

# ANAIIS



PRIMEIRO  
CONGRESSO  
NACIONAL DO  
**CONTESTADO**

UM OLHAR CIENTÍFICO SOBRE A HISTÓRIA DE UM POVO

## REALIZADORES:



## APOIADORES:



## APRESENTAÇÃO:

O **Congresso Nacional do Contestado**, realizado em Caçador de 12 a 15 de junho de 2019 pela rede Contestado de educação, ciência e tecnologia, é um evento de popularização da ciência. O debate promovido na sua primeira edição, levou diversos conhecimentos sobre o tema para toda a comunidade, em especial, para os estudantes da educação básica. Foram mais de mil pessoas que passaram pelo evento, ouviram algo sobre o Contestado e puderam se manifestar. O evento visou socializar pesquisas, ações e resgatar a identidade coletiva como forma de agir em prol da redução das desigualdades que se inserem na região. Assim, construiu-se um diálogo interdisciplinar, de forma a reconfigurar pensamentos e práticas de popularização da ciência no espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. Os trabalhos apresentados possibilitaram desconstruir a figura do povo caboclo vinculada ao banditismo e ao fanatismo, sobretudo, afirmou o movimento contemporâneo no Contestado. A emergência dos estudos e ações que trouxeram novas narrativas sobre a história do Contestado e a essência dos processos que se configuraram neste território desde a guerra, são importantes para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla.

Os trabalhos apresentados foram divididos nos seguintes eixos temáticos. **(Eixo 1) Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento:** o qual agrupou projetos que contribuem para o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação profissional e tecnológica, dos processos e produtos tecnológicos, das tecnologias de informação e comunicação, dos negócios e cooperativas, entre outros. **(Eixo 2) População e Relações Étnico-Raciais:** o qual agrupou trabalhos sobre processos migratórios e populações vulneráveis, diante do avanço do preconceito, do racismo e da xenofobia, seja na área das políticas sociais, na questão agrária e urbana, no acesso às políticas públicas em geral ou áreas de igual importância. **(Eixo 3) Patrimônio Imaterial, Cultura, Artes e Religiosidade:** o qual reuniu trabalhos relativos aos aspectos culturais contemporâneos no Contestado, modo de vida caboclo ou dos povos originários, sua identidade, artes e religiosidade, bem como, pesquisas acerca da atuação e presença dos monges no território Contestado. **(Eixo 4) Conflitos Sociais, Trabalho e Violências:** o qual agrupou pesquisas referentes aos diversos conflitos que permeiam o Contestado, tais como a questão de limites, a construção da ferrovia, a colonização, os movimentos sociais oriundos da questão da terra, os trabalhadores no Contestado, a atuação dos caboclos e militares durante a guerra e as questões relacionadas ao processo de modernização capitalista. **(Eixo 5) Gênero e suas Reflexões:** o qual tratou dos trabalhos com foco nas perspectivas de gênero, compreendendo a história das mulheres, a construção das masculinidades, a violência de gênero, reflexões sobre gênero e etnias ou gênero e campo, entre outras. **(Eixo 6) Arquitetura, Cidades, Territorialidades e Patrimônio Material:** o qual abrangeu trabalhos sobre as transformações ocorridas no território Contestado referente à arquitetura, urbanismo ou território em geral, planejamento, políticas urbanas e governança, história urbana e arquitetônica, ambiente, paisagem, turismo e dinâmicas sócio-espaciais. **(Eixo 7) Contestado à Luz da Educação:** o qual agrupou trabalhos que relatam as concepções, desafios e métodos de abordagem da temática do Contestado na educação, seja no nível fundamental, médio ou superior, além das experiências vivenciadas que objetivem preservar a historicidade e a memória do Contestado na política de educação.

O Contestado vive, enche e pulsa no coração de quem o toca, mesmo que sutilmente. Assim, delicadamente viu-se o nascer de uma rede que pretende lembrar da existência do Contestado como espaço, como território e como lugar, lugar de todos. As conexões foram feitas, daí em diante, muito trabalho e pessoas se reunindo para ajudar, porque o Contestado vive. Latente e sufocado, muitas vezes pela falta de oportunidade para se mostrar, em rede, buscou-se apontar um futuro mais justo para quem vive e pisa nesse chão encharcado de sangue e com cicatrizes de uma guerra. As manifestações artísticas e a cultura cabocla foram evidenciadas, como também, o que pesquisadores andam descobrindo e construindo sobre o Contestado. Acima disto, problematizou-se e debateu-se novas provocações.

## COMISSÃO ORGANIZADORA:

### Coordenação

Dr. Eduardo do Nascimento (IFSC)  
Ma. Letíssia Crestani (Museu do Contestado)  
Ma. Márcia Elizabete Schüler (IFC)  
William Douglas Gomes Peres (IFSC)

### Equipe

Alzira Scapin  
Arthur Luiz Peixer  
Ma. Denise Danielli Pagno (IFC)  
Me. Diogo Moreno Pereira Carvalho (IFSC)  
Ma. Emanoela Carolina Vogel (UFSC)  
Ma. Fernanda Zanotti (IFC)  
Ma. Inara Pagnussat Camara (UNOESC)  
Ma. Jane Suzete Valter (IFC)  
Juciara Ramos Cordeiro (IFC)  
Dr. Manassés Ribeiro (IFC)  
Ma. Mayara Tsuchida Zanfra (IFSC)  
Ma. Michelle Françoise Haswany de Almeida (UNOESC)  
Ma. Solange Francieli Vieira (IFC)

## COMISSÃO CIENTÍFICA:

### Coordenação

Dra. Márcia Janete Espig (UFPel)

### Eixo 1

Dra. Danielle Regina Ullrich (IFSC)  
Dr. Eduardo do Nascimento (IFSC)  
Me. Jair José Ferronato (IFSC)  
Dr. Manassés Ribeiro (IFC)  
Dr. Marco Antonio Torrez Rojas (IFSC)  
Dr. Rodrigo Acácio Paggi (IFSC)  
Ma. Sibeli Paulon Ferronato (IFSC)

### Eixo 2

Me. Adriano Bernardo Moraes de Lima (IFC)  
Dr. Daniel Granada da Silva Ferreira (UFSC)  
Dra. Eliane Tomiasi Paulino (UEL)  
Ma. Emanoela Carolina Vogel (UFSC)  
Juciara Ramos Cordeiro (IFC)  
Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Dra. Roberta Sperandio Traspadini (UNILA)

### Eixo 3

Ma. Letíssia Crestani (Museu do Constestado)  
Ma. Márcia Elizabete Schüler (IFC)  
Ma. Michelle Françoise Haswany (UNOESC)  
Dr. Rogério Rosa Rodrigues (UDESC)  
Dra. Tânia Welter (UFSC)

### Eixo 4

Dr. Alexandre Assis Tomporoski (UnC)  
Dra. Daiane Daniela Gemelli (UNESPAR)  
Dr. Delmir José Valentini (UFFS)  
Ma. Fernanda Zanotti (IFC)  
Dr. Marcos Rohling (IFC)  
Ma. Marilu Pohlenz (UNOESC)  
Dra. Vanessa Ludka (UENP)  
Dra. Viviani Poyer (UFF)  
William Douglas Gomes Peres (IFSC)

### Eixo 5

Ma. Ana Carolina Mendes Oliveira (IFSC)  
Me. Diogo Moreno Pereira Carvalho (IFSC)  
Dra. Patricia Frangelli Bugallo Lopes (IFSC)  
Thays Julianny Domingues Bieberbach

### Eixo 6

Dra. Alcimara Aparecida Foetsch (UNESPAR)  
Me. Gustavo Glodes Blum (UNICURITIBA)  
Ma. Inara Pagnussat Camara (UNOESC)  
Dra. Maria Conceição de Oliveira (UNIPLAC)  
Ma. Solange Francieli Vieira (IFC)

### Eixo 7

Arthur Luiz Peixer  
Me. David Ferreira Severo (IFSC)  
Ma. Denise Danielli Pagno (IFC)  
Dr. Jaison Schinaider (IFSC)  
Ma. Jane Suzete Valter (IFC)  
Ma. Letícia Mara de Meira (UFPR)  
Me. Ricardo de Campos (IFSC)

## SUMÁRIO:

### EIXO 1

Uma casinha cabocla: Os costumes do Contestado .....	p. 6
Plásticos biodegradáveis .....	p. 8
Canecas sustentáveis .....	p. 11
Boas práticas de segurança e privacidade de dados para crianças e adolescentes .....	p. 13
Relato de projeto de permanência e êxito no câmpus IFSC-Caçador .....	p. 15
Experiência de aplicação de linguagem de programação visual e arduino no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas técnicas do curso técnico integrado em informática no câmpus IFSC-Caçador .....	p. 17
Consultoria junior no Contestado: Empreendedorismo em processos gerenciais, o caso de uma empresa de Caçador .....	p. 19
Proposta de melhoria do projeto pedagógico do curso técnico em eletromecânica do IFSC Caçador .....	p. 21

### EIXO 2

O incentivo à geração de renda para mulheres em vulnerabilidade social em Caçador (SC): O caso do programa mulheres sim 2018 .....	p. 25
A revolta do Contestado e o passado que não passa: nacionalismo, abjeção e contemporaneidade .....	p. 27
Imagens que contam: Uma aula sobre a invisibilidade afrodescendente na guerra do Contestado .....	p. 29
Os Intitutos Federais frente às populações vulneráveis: mecanismos de ação inclusiva para o desenvolvimento .....	p. 31
Território e territorialização dissidente no Instituto Federal Farropupilha .....	p. 33
A vida invisível das mulheres e crianças do Contestado .....	p. 35

### EIXO 3

A influência do monge João Maria para a cultura de Irati e Rebouças (PR) .....	p. 38
A gruta do monge em Fraiburgo e a história por trás das águas abençoadas do Contestado .....	p. 40
Banda Caboclos Rebeldes: A identidade do Contestado em concerto .....	p. 42
A expressão religiosa presente na cultura popular cabocla: Benzimentos .....	p. 44
Cemitérios de anjinhos de São João Maria: do enraizamento territorial ao direito à memória .....	p. 46
Identificação e localização de bens agrários para a conformação de uma estratégia alternativa de desenvolvimento territorial no Contestado .....	p. 48
Índios, luso-brasileiros e “brasileiros”, desenvolvimento regional e invasão de terras na invenção do planalto meridional (1814-1844) .....	p. 50
Contendas entre catolicismo popular e catolicismo erudito no contestado .....	p. 52

### EIXO 4

Propriedades tomadas, propriedades incendiadas, vidas apagadas! .....	p. 55
A presença indígena no Contestado: Revendo e (contra)argumentando invisibilidades .....	p. 57
O estado das missões: Insurgências pela criação de um novo estado no Contestado .....	p. 59
Dinâmica territorial no Contestado: Uma aproximação entre Paraná e Santa Catarina .....	p. 61
A cartografia na fronteira sul do Brasil: Rio Branco e os limites entre Brasil e Argentina (1889-1895) .....	p. 63
Cotidiano e movimento operário em Rio Negrinho: Considerações sobre a formação da classe trabalhadora na região de fronteira com o Contestado (1919-1982) .....	p. 65
Memória do combate de Rio das Antas: Descobrimos vestígios sobre a trincheira dos colonos .....	p. 67
A região do Contestado na contemporaneidade: Perpetuação do domínio fundiário .....	p. 69
A trajetória do vaqueano Pedro Ruivo com base nas fontes jornalísticas .....	p. 71
Nas entrelinhas do processo judicial: O assalto ao trem pagador .....	p. 73
A atividade judiciária em meio ao conflito .....	p. 75
De monge a charlatão: Uma análise historiográfica sobre a trajetória de José Maria .....	p. 77
Bandoleirismo de fronteira: Desdobramentos do acordo de limites de 1916 .....	p. 79

Massacre do Contestado .....	p. 81
Da derrota e morte na batalha do Irani (1912) ao culto cívico a João Gualberto: O heroísmo como missão .....	p. 83
A guerra do Contestado expressão da barbárie em relação à defesa de uma forma-de-vida .....	p. 84
<b>EIXO 5</b>	
A desigualdade de gênero analisada por meio do estudo do tempo total de trabalho na agricultura familiar de Concórdia/SC .....	p. 87
O papel feminino na guerra do Contestado .....	p. 89
Aplicação de algoritmos de aprendizagem de máquina na análise de dados de violência contra a mulher em Caçador/SC .....	p. 91
A resistência, o sincretismo religioso e o papel de salvaguarda da memória do Contestado nas benzedadeiras da região do contestado no século XXI (2000-2018) .....	p. 93
A violência contra mulheres na cidade de Caçador .....	p. 95
<b>EIXO 6</b>	
Museu do jagunço: Um abrigo a memória da localidade de Taquaruçu .....	p. 98
Terras do Contestado submergidas pelas águas: O caso das propriedades formadoras do lago da usina hidrelétrica de Machadinho .....	p. 100
Análise da temática arquitetônica da igreja da linha Consulta e a influência da guerra do Contestado nas construções da região .....	p. 102
A contribuição da implantação do parque rio do Peixe para a preservação da história e memória da guerra do Contestado .....	p. 104
A reconstrução da antiga estação ferroviária de Caçador: Uma análise comparativa da arquitetura .....	p. 106
O abrigo primitivo dos primeiros imigrantes europeus no sul do Brasil e as contribuições dos luso-brasileiros e caboclos .....	p. 108
O legado de um conflito: A herança do Contestado para a região meio-oeste catarinense ...	p. 110
Produção do espaço social por meio do arquivo do Contestado nas artes visuais .....	p. 112
Em busca da reafirmação da identidade territorial do Contestado .....	p. 114
Análise temática do museu municipal ministro Andreas Thaler .....	p. 116
<b>EIXO 7</b>	
Memórias do Contestado em sala de aula: Uma experiência com o 1º ano do ensino médio	p. 119
Livros interativos para o ensino do Contestado .....	p. 121
Lançando olhares sobre a aborgagem da guerra do Contestado nos processos educacionais .....	p. 123
Turismo pedagógico no Contestado .....	p. 125
A voz do sangue: Experiências de contar e cantar a história do Contestado a partir de Vicente Telles .....	p. 127
Quem foram os sertanejos do Contestado?: Pesquisa e análise de discurso no ensino médio .....	p. 129
Movimento do Contestado e literatura infanto-juvenil: Uma realidade possível .....	p. 131
Docência superior um lugar possível para a democracia e a alteridade diante da ameaça do gerencialismo nas universidades comunitárias .....	p. 133
Dez anos da Universidade Federal de Santa Catarina em Curitiba .....	p. 135
Quando os objetos falam: A história por meio de vestígios materiais .....	p. 137
Uma experiência no desenvolvimento de pesquisa sobre o Contestado .....	p. 139

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Estudantes no Congresso. Foto: Athur Peixer





## UMA CASINHA CABOCLA: OS COSTUMES DO CONTESTADO

- Felipe Locatelli Kosciow<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Gabriely Aparecida Vieira<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Isabela Carvalho de Lima<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Leticia Kunzel Correa<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Nicolly Caroline Maia<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Wellen de Almeida Seron<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Sandra Elisa Miosso<sup>2</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- William Douglas Gomes Peres<sup>3\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** “Atualmente, há uma grande realidade de degradação ambiental, desemprego, pobreza, desigualdade social e vários outros problemas no planeta” (KRONEMBERGER, 2011, pg 24). Pensando nestes problemas, o Projeto Integrador foi criado com o objetivo de integrar a educação ao desenvolvimento da sociedade, compartilhar conhecimento e arranjar meios para amenizar os atuais problemas sociais e ambientais. O tema norteador do projeto desenvolvido é sustentabilidade, cujo o significado é “manter o progresso da sociedade, preservar e restaurar a natureza, agir com responsabilidade para não afetar as gerações futuras” (KRONEMBERGER, 2011, pg 24). Pensar junto a sustentabilidade é respeitar e seguir os seus três principais pilares, econômico, ambiental e social. Com base no propósito social, surgiu a relação do tema com a Guerra do Contestado, um evento histórico que aconteceu na região e que implica perfeitamente esta ideia. A Guerra do Contestado (1912-1916) teve lugar na Região Sul do Brasil, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina, foi um conflito sócio-político causado pela disputa desses territórios, por isso, recebe o nome de contestado. O motivo do conflito deu-se ao fato da construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul ter deixado muitas pessoas em más condições de vida em detrimento dos interesses dos coronéis e da empresa norte-americana *Brazil Railway Company and Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Com o objetivo de construir a estrada, a *Brazil Railway Company* precisava de mão-de-obra, o que acarretou na ida de novos moradores em busca de trabalho para a região. Ao mesmo tempo, o governo cedeu uma grande extensão de terra, cerca de 15 mil metros, nos limites do Estado do Paraná e de

---

<sup>1</sup> Discentes do curso técnico em plásticos.

<sup>2</sup> Assistente de alunos.

<sup>3</sup> Técnico administrativo em assuntos educacionais.

\* Autor para correspondência: [william.peres@ifsc.edu.br](mailto:william.peres@ifsc.edu.br)





Santa Catarina, mas aproveitou o pretexto e desapropriou as terras dos camponeses porque descobriu que poderia lucrar com a erva-mate, bem como com a madeira existente na localidade. Quando a linha férrea ficou pronta, a empresa não garantiu o regresso das pessoas que tinham se deslocado para a região, permanecendo ali sem qualquer apoio; acresce ainda o fato de os camponeses terem ficado desempregados e sem as suas terras para trabalhar, situações que provocaram o empobrecimento da população dessa região. Com base no tema norteador, sustentabilidade, o objetivo principal do projeto é construir um cenário que revivesse memórias do Contestado, onde foi decidido que seria uma amostra de casa cabocla, que contasse a história da trajetória do povo e da região. Este trabalho é um relato do projeto integrador desenvolvido no curso técnico em plásticos integrado ao ensino médio. Realizou-se uma visita técnica, onde a equipe foi guiada por um funcionário da prefeitura de Lebon Régis, o qual é responsável por guiar os visitantes até os locais históricos no interior da cidade. Foram tomadas notas de todas as explicações do guia e fotos foram tiradas para as apresentações escritas. Muitas reuniões entre o grupo foram feitas, para discutir os procedimentos para realizar as fases do projeto. Com todas as pesquisas e relatórios já organizados, iniciou-se a construção da casa cabocla, onde todos os membros da equipe colaboraram, tanto na parte teórica, quanto na prática. Foram feitas algumas apresentações ao longo de todo o ano, onde cada uma expressava de maneira diferente o conhecimento adquirido, a primeira apresentação ocorreu em um evento do câmpus, “Semana do Empreendedorismo”, a qual foi usada como teste base para as próximas apresentações. Nessa apresentação a casa ainda não havia sido construída e o cenário foi improvisado para representação do tema. O uso de celulares se fez necessário pois ainda não se tinha o conhecimento gravado, roupas e objetos foram usados de maneiras indescritível, onde foi tentado ao máximo representar um caboclo e sua cultura. O segundo evento onde o projeto foi apresentado foi a “Semana do Meio Ambiente”. Com a experiência do evento anterior, muitos aspectos foram alterados para melhorar a qualidade da apresentação, os textos já haviam sido descorados aumentando a qualidade da apresentação, porém ainda se fazia presente um cenário sem a casa pois a mesma não estava finalizada. A terceira, e talvez mais importante, ocorreu na “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia”, onde já com a casa cabocla construída e mobiliada, fotos e objetos emprestados do Museu do Contestado (Caçador,SC) onde eram representados cenários, pessoas e a cultura expressada naquela época, foram feitas várias apresentações para a sociedade. Em sua maioria, alunos e professores dos colégios locais. As apresentações finais foram nos colégios: E.M.E.B. Ulysses Guimarães e E.M.E.B. Alto Bonito, onde com atividades interativas como gincanas e questionários divertidos e apresentações teatrais, foram apresentadas as memórias do contestado com inteira base na casinha construída, e com essas apresentações externas, o projeto deu-se por concluído. Antes de iniciar o projeto, nem mesmo o grupo tinha conhecimento sobre o tema foi preciso estudar a história mais a fundo para conseguir transmitir o verdadeiro significado da Guerra do Contestado. Ao concluir o projeto era esperado transmitir aos ouvintes que ao final de uma guerra não importa se fomos vitoriosos ou não, o que realmente importa é o aprendizado que levaremos para nossas vidas. Com isso foi aprendido a trabalhar em equipe e a respeitar as opiniões e ideias dos demais integrantes do grupo. A importância de todos os coordenadores foi crucial pois eles organizaram o grupo, além de apoiar em cada decisão. O grupo acredita que tudo que foi realizado, será aproveitado para a vida toda. Só a agradecer pela oportunidade de trabalhar com este tema e ganhar esses conhecimentos que são tão especiais para a preservação da nossa cultura.

**Palavras-chave:** materiais reaproveitados; cenário; teatro; sustentabilidade; caboclo.



## PLÁSTICOS BIODEGRADÁVEIS

- Isabella Leticia Rossi Grutzmann<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Laísa Figur<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Julia Heloíse Ramos Percegon<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Lais Ponzoni<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Marina Lourdes Zir<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Amanda Tayko Abiko Dos Santos<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Anna Carolina Mendes Oliveira<sup>2</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Ricardo Guz<sup>3\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** Com o aumento da demanda de consumo de materiais plásticos a indústria da mesma vem crescendo proporcionalmente, gerando modernização e ao mesmo tempo grandes impactos ambientais. Segundo Deutsche Welle (p.2) "a produção mundial de plásticos está acima de 400 milhões de toneladas ao ano, o Brasil acompanhou esse crescimento, produzindo somente em 2017 6,4 milhões de toneladas de plásticos". Os plásticos se tornaram parte do dia-a-dia comum, devido à sua versatilidade de propriedades e facilidade de processamento, sendo usados desde embalagens alimentícias até peças de carros. Eles são um dos grandes avanços tecnológicos realizados no século XX," pois passaram a suprir a indústria com uma variedade de materiais sintéticos que receberam o nome de polímeros e ficaram universalmente conhecidos como plásticos. Possuem um tempo de degradação mínimo de 200 anos. Para se ter ideia, o tempo de decomposição de um copo descartável está entre 250 e 400 anos. Todos estes plásticos se não forem separados para a reciclagem ou reutilizados acabam nos aterros públicos e grande parte nos oceanos. Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades dos seres humanos da atualidade, sem comprometer a capacidade do planeta para atender as futuras gerações. Portanto, é o desenvolvimento que não esgota os recursos, tornando-os perenemente disponíveis, se possível. E como forma de tornar mais acessível e simplificado o acesso ao conhecimento sobre a importância da sustentabilidade, foi criado o conceito dos três pilares da sustentabilidade. Eles se baseiam naquelas que são consideradas as práticas

---

<sup>1</sup> Discentes do curso técnico em plásticos.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em educação.

<sup>3</sup> Docente. Mestre em química.

\* Autor para correspondência: ricardo.guz@ifsc.edu.br



ideais relacionadas às ideias de preservação do meio ambiente, utilização de materiais renováveis e diminuição do desperdício para a aplicação desta forma de pensar na atual configuração da sociedade. Os três pilares da sustentabilidade se dividem nos seguintes âmbitos: o social, o ambiental e o econômico. Cada um retrata um contexto em que a sustentabilidade é aplicada, ao mesmo tempo em que um depende do outro para se sustentar. Entre as possíveis opções para resolver esse problema ambiental estão a redução da produção, a reciclagem e a degradação total do material sem agredir o meio ambiente. Segundo Brito (p.5) Os biopolímeros “polímeros produzidos por seres vivos ou obtidos a partir de matérias primas de fontes renováveis”, podem substituir em grande parte os plásticos convencionais, tornando-se assim uma forma de desenvolvimento sustentável ajudando na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros. Porém é preciso ressaltar que existem três categorias de biopolímeros primeiro os polímeros verdes. O termo polímero verde será atribuído aos polímeros que outrora eram sintetizados a partir de matéria-prima proveniente de fontes fósseis, mas que, devido a avanços tecnológicos passaram também a ser sintetizados a partir de matéria-prima proveniente de fontes renováveis. Segundo Polímeros biodegradáveis são polímeros nos quais a degradação resulta da ação de microorganismos de ocorrência natural como bactérias, fungos e algas, podendo ser consumidos em semanas ou meses sob condições favoráveis de biodegradação. Terceiro são os biocompatíveis: polímeros que não produzem efeitos nefastos sobre os tecidos biológicos. O artigo presente se trata do projeto biopolímeros feitos por meio do amido que teve como objetivo realizar a produção de plásticos biodegradáveis por meio de fontes renováveis, para a degradação deste plástico por ação de microorganismos como fungos não prejudicando a natureza. Pesquisas feitas na área de biopolímeros foram a base para o início de experimentos e protocolos que levaram a “produção” de filmes plásticos e usados como fonte de matéria prima o amido da batata, mandioca e milho. Os protocolos foram baseados em outras pesquisas. O protocolo mais adequado foi 20 gramas de amido em pó seco na estufa com 175ml de água, 75ml de vinagre e 10 ml de glicerina, colocados em um béquer e aquecidos por 45 minutos até ficar uma mistura homogênea e viscosa, espalhadas em placas de petri para a secagem durante 2 semanas. O amido age como o polímero já que é um polissacarídeo uma união de várias moléculas de glicose, mas este ainda precisa de mudanças em sua estrutura para ter características plásticas, este é o papel da água para dissolver o amido e o vinagre quebrando as ligações de hidroxila. Já a glicerina age como um lubrificante dando mobilidade das cadeias. Os resultados obtidos foram biofilmes transparentes e não quebradiço. Com os plásticos prontos e a pesquisa, o projeto foi levado para ser apresentado em escola e eventos públicos para cumprir com o papel de extensão e levar a iniciação e conhecimento científico para a comunidade. Os eventos e escolas públicas em que o projeto foi apresentado são citados abaixo: A semana de empreendedorismo ocorreu entre os dias 13 e 14 de junho e na semana do meio ambiente que ocorreu no dia 10 de agosto, nas quais apresentou-se o trabalho para outras escolas visitantes. Essas apresentações foram a base para as outras e ajudaram na postura de apresentação a outros públicos. A semana nacional de ciências e tecnologia ocorreu nos dias 17 e 18 de outubro algumas escolas da cidade de Caçador-SC e moradores locais estiveram presentes e também a presença de escolas da região como: Rio das Antas, Videira, Calmon e Lebon Régis, visitaram a feira de ciências do IFSC campus Caçador. Apresentou-se para públicos de diversas idades, indo do fundamental até pós-graduação, variando assim o vocabulário utilizado e o modo de apresentação. Pode-se destacar a presença de um grupo de pessoas com deficiência auditiva que possibilitou uma nova experiência ao grupo e compartilhando novos cenários, linguagens e formas de expressão. No dia 29/11/2018 realizou-se o projeto de extensão na escola Ulisses Guimarães e na escola Alto Bonito. Realizou-se a apresentação teórica sobre a pesquisa científica do projeto e aplicada metodologia prática.



Conclui-se que com a utilização excessiva dos plásticos pela sociedade, surgiu a necessidade de buscar novas alternativas sustentáveis para substituí-los e uma delas é a utilização de biopolímeros, com o objetivo de gerar menores impactos ambientais por ter uma degradação em um curto espaço de tempo e ter origem de fontes renováveis.

**Palavras-chave:** biopolímeros; projeto integrador; sustentabilidade.



## CANECAS SUSTENTÁVEIS

- Gustavo Alves de Oliveira<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Gustavo Kieslich<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Matheus Godoy<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Matheus Gabriel Zanella<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Mario Francisco de Freitas<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Victor Hugo Bettio<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Douglas Daniel<sup>2</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)
- Francisco Sartori<sup>3\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** Este trabalho é um relato sobre o projeto integrador do grupo canecas sustentáveis do curso técnico em plástico integrado ao ensino médio. O projeto integrador é uma metodologia de ensino interdisciplinar e os projetos integram todas as disciplinas que pertencem ao curso. Este projeto consiste em um tema central para que os alunos desenvolvam oficinas propostas com o tema sustentabilidade. Sustentabilidade é a ideia de utilizar a natureza para atender as necessidades da sociedade sem comprometer as gerações futuras, de modo que, elas também possam utilizar os meios naturais. Ou seja, deve-se preservar o meio ambiente a fim de, retirar apenas os recursos necessários para nossa sobrevivência, assim garantindo a nossa existência para as próximas gerações. Algumas ideias para que a sustentabilidade seriam: acabar com o desmatamento e praticar mais o reflorestamento, conservar rios e cursos d'água entre outros. Existem três pilares da sustentabilidade, os quais são importantes para que tenha uma melhor gestão dos recursos. Social: trata-se do capital humano de um empreendimento, comunidade, sociedade como um todo. Econômico: relacionado com a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. A economia deve considerar a questão social e ambiental. Relacionado com a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. A economia deve considerar a questão social e ambiental. Ambiental: refere-se aos recursos naturais do planeta e a forma como são utilizados pela sociedade, comunidades ou empresas. A sustentabilidade está muito envolvida com o projeto, para que os alunos se conscientizem e entendam que não é um simples fabricar um produto feito de plástico, envolvendo desde o projeto do produto no software para planejar

---

<sup>1</sup> Discentes do curso técnico em plásticos.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em matemática.

<sup>3</sup> Docente. Mestre em engenharia mecânica.

\* Autor para correspondência: francisco.sartori@ifsc.edu.br



o molde com precisão e de uma forma mais econômica para que o produto moldado tenha uma vida útil considerável. A caneca foi desenvolvida para diminuir o uso de copos descartáveis nos IF's que é um uso muito comum e pelo fato de ser descartável o copo acaba sendo descartado em qualquer lugar como: ruas, lagos e bueiros e a caneca vai entrar como um meio de parar de usar copos descartáveis para um único meio de beber água e café. A produção das canecas passa inicialmente pelo projeto do molde para o processo de injeção. O software *solidworks* é amplamente utilizado para a projeção de moldes que serão utilizados para a fabricação de peças plásticas. O *solidworks* é um *software* CAD (*Computer Aided Design*) de objetos 3D. Nele é possível visualizar toda a constituição do objeto projetado, tanto por dentro quanto por fora, identificando de forma mais simples toda a sua constituição, o que favorece a correção de possíveis falhas logo no início, evitando futuros erros. O *solidworks* dispõe de um amplo leque de funcionalidades incluindo funções específicas que são muito usadas geralmente mais na área mecânica para projetar peças e moldes para extrusoras e injetoras. O máquina injetora consiste em algumas partes principais: O funil, tem a função de armazenar o material e conduzi-lo até o canhão da máquina (onde se localiza a rosca e as resistências da máquina). Após esta etapa o material é conduzido através de uma rosca para para o interior da máquina aquecendo o pelo atrito entre a rosca e o canhão juntamente com o auxílio das resistências, após o material estar na temperatura ideal para ser injetado ele é transmitido para o bico de injeção, que irá “empurrar” o material para dentro do molde preenchendo todas as suas cavidades. Ao final deste processo o molde é aberto e o produto expulsado. O objetivo deste projeto é fazer com que os alunos tivessem ideia de como funciona a fabricação de uma caneca “sustentável” e alguns dos processo de injeção, desde como funciona uma injetora, quais são as fases da injeção, e quais são as peças principais da injetora entre outras, a partir da oferta de uma oficina. Foi apresentado para alunos de outras escolas algumas especificações sobre os plásticos. Desde para que cada plástico serve, quais são os tempos de deterioração de cada um deles para que as pessoas entendam o quanto o plástico pode ser prejudicial para o meio ambiente e também para os animais, para isso foi feito um longo estudo para efetuar esta apresentação. Com este projeto fomos até as escolas Alto Bonito e Ulisses Guimarães divulgar o instituto e ao mesmo tempo explicar sobre o projeto, como funciona a máquina injetora, com o objetivo de despertar o interesse dos alunos pela instituição para participarem de nossa oficina sobre o programa *solidworks*. Para conseguirmos explicar corretamente o processo de injeção fizemos visitas técnicas para o melhor entendimento do processo e também de operação da máquina. Por último, foi oferecido uma oficina de *solidworks* para alunos das escolas visitadas. Esse projeto foi interessante para nosso crescimento profissional pois aprendemos que não é muito fácil prender a atenção das pessoas e várias maneiras de efetuar melhores pesquisas e como elaborar trabalhos técnicos. Também aprendemos muito com as pesquisas feitas para o andamento do projeto que possivelmente não aprenderíamos de outra forma mas sem perder sua devida importância. Concluímos que com a oficina apresentadas nas escolas, os alunos envolvidos nessa atividade, conseguiram relacionar o nosso projeto diretamente com a questão da sustentabilidade, com isso contribuimos para o aprendizado dos alunos e também conscientizar os alunos para repensarem em seus atos, levando em consideração o tempo de degradação de plásticos se descartados incorretamente, contribuindo assim para um mundo melhor.

**Palavras-chave:** canecas, moldes, *solidworks*, injeção.



## BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE DE DADOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Gabrielly Recalcatte Vogel<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Marco Antonio Torrez Rojas<sup>2\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** As pesquisas sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil são conduzidas pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Essas pesquisas são realizadas em todo Brasil, incluindo áreas urbanas e rurais, e vem contribuindo com os setores públicos, privados e acadêmico. Com o objetivo de mapear possíveis riscos e possibilidades online, a TIC Kids Online Brasil vem construindo pesquisas gerando indicadores sobre os usos que crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade fazem na internet. Desta forma, o projeto visa pesquisar, elaborar e divulgar material adequado ao público-alvo relacionado a boas práticas de privacidade de dados e segurança de dados na utilização de tecnologias providas pela Internet, por parte de alunos do ensino fundamental e médio das escolas de Caçador, bem como, os professores e pais destes alunos. A necessidade de abordar os temas de segurança e privacidade de dados com as crianças e adolescentes é de suma importância, pois, atualmente constituem a comunidade que mais faz uso destas tecnologias para lazer, relacionamento social e estudo, e ao mesmo tempo, a comunidade mais vulnerável aos riscos advindos pela utilização destas tecnologias. A interação das crianças e adolescentes é cada dia mais precoce com estas tecnologias, e geralmente sem o mínimo de conhecimento dos riscos envolvidos, de mesmo modo que os professores e pais também não se encontram preparados para abordar estes temas com os filhos devido a complexidade ou desconhecimento. Através de coletas de dados em cartilhas já existentes que tratam sobre diversos ataques e formas de prevenção, método de pesquisa bibliográfica, separando as principais características dos golpes e as formas básicas de prudência, repartindo entre as idades, e ainda selecionando sites de ajuda e denúncia para conscientizar e ensinar os responsáveis a proteger seus filhos e, em caso de suspeita, saber o local adequado para fazer uma denúncia. Para a constituição dos materiais, ainda levando em consideração a segmentação por faixa etária, ficou decidido criar para os adolescentes um infográfico apresentando os dados coletados, utilizando imagens e pouco texto para surgir o interesse da leitura, pois quanto mais texto, maior a dificuldade em manter a atenção, principalmente em uma idade onde qualquer material de leitura se torna maçante, assim um infográfico que apresenta informações com predominância em imagens autoexplicativas facilita a disseminação da informação. Já para as crianças a informação foi passada através de historinhas e jogos, que prendem a atenção e faz com que tenham a vontade de aprender

---

1 Discente do curso técnico em informática.

2 Docente. Doutor em engenharia elétrica.

\* Autor para correspondência: marco.rojas@ifsc.edu.br



e conhecer sobre os riscos que correm. Além disso, elaboramos um material para os pais e responsáveis, para que saibam como agir nessas situações e como dialogar com seus filhos sobre os perigos que eles correm na internet. Atendendo um dos principais objetivos do projeto de extensão o material sobre segurança e privacidade de dados elaborado pela equipe foi apresentado para escolas da região do município de Caçador, em especial alunos do ensino fundamental dois e ensino médio. Estas apresentações alcançaram uma ótima receptividade por parte dos alunos e professores. Durante as atividades os alunos participantes interagiram através de perguntas relacionadas ao tema abordado e histórias de acontecimentos em suas vidas. Na turma do ensino médio a participação ocorreu de forma mais discreta, com perguntas relacionadas principalmente a questão de transações eletrônicas no processo de compra pela Internet. Já no ensino fundamental dois verificou-se uma maior participação e inúmeras perguntas por parte dos alunos, principalmente o compartilhamento de suas experiências e relatos de amigos, mais especificamente àquelas relacionadas ao Jogo da Momo e Baleia Azul, que despertou preocupação em alguns professores que asseguram redobrar a atenção relacionado ao comportamento dos alunos. Além das visitas nas escolas da região, o material foi apresentado a um grupo de professores de informática de diversas escolas, para conscientizar e ajudar os educadores a lidar com possíveis ameaças, e repassar esse conhecimento aos seus alunos. A participação dos pedagogos também se apresentou de forma extremamente ativa, tendo em vista as inúmeras perguntas efetuadas aos apresentadores em relação ao conteúdo abordado. O processo de divulgação destas informações para as crianças e adolescentes, bem como a seus pais e aos professores das escolas visitadas, foi uma das formas encontradas para o processo de conscientização da sociedade para com este problema. Durante as visitas foi possível constatar a importância da divulgação dos problemas que envolvem a questão de segurança e privacidade para as crianças e adolescentes, pois todos estão muito relacionados a este ambiente altamente conectado da Internet. Colocando em prática essas medidas de segurança poderemos diminuir o risco de ocorrências de ataques, golpes e abusos na internet, tornando-a um lugar mais seguro, acessível e melhor para todos. O processo de divulgação destas informações para as crianças, adolescentes, bem como pais e professores das escolas visitadas é uma das formas de conscientizar a sociedade para este problema. Colocando em prática essas medidas de segurança poderemos diminuir o risco de ocorrências de ataques, golpes e abusos na internet, tornando-a um lugar mais seguro, acessível e melhor para todos.

**Palavras-chave:** segurança; privacidade; crianças e adolescentes; internet.





## RELATO DE PROJETO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO CÂMPUS IFSC-CAÇADOR

Marco Antonio Torrez Rojas<sup>1\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** No campus de Caçador o processo de ingresso nos cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes é realizado por sorteio. Este critério de ingresso foi definido para possibilitar que todos os alunos região possam ter a mesma oportunidade de acesso a um ensino de qualidade e público. De fato, esta heterogeneidade de alunos é perceptível. De forma geral e, principalmente, no caso do curso de informática é mais agravante o fato de que muitos destes alunos sofrem do problema de inclusão digital o que dificulta muito seu aprendizado. O que acarreta em um processo de repetidas reprovações, desinteresse por parte do aluno e, muitas vezes, termina com a sua evasão do curso. Portanto, conseguir que um aluno que nem sequer foi usuário de computador e internet se torne um programador é uma tarefa muito árdua. Neste contexto chamamos de inclusão digital a tentativa de garantir a todas as pessoas o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs). De acordo com a última pesquisa TIC Domicílios (NIC.br, 2016), que mede o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), 46% dos lares brasileiros ainda estão desconectados. O índice sobe para 54% entre as famílias com renda entre um e dois salários-mínimos. Na região sul 65% dos domicílios que participaram da pesquisa não tem algum tipo de computador seja ele, de mesa ou portátil, já o índice de desconectados na região chega a 52%. Da totalidade dos alunos dos três cursos (cerca de 140 alunos), hoje temos 73 alunos que tem IVS ativo e deferido no Campus Caçador. O projeto tem como objetivo buscar diminuir a evasão através da melhoria do rendimento escolar dos alunos que se enquadram na problemática de inclusão digital, em especial dos alunos do curso de Informática. Uma primeira iniciativa foi conseguir a doação de computadores do CEDIR (Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática) que estavam na situação de descarte, ou seja, lixo eletrônico. A ideia é tratar o equipamento como se fosse um livro ou material didático, que será emprestado e depois devolvido quando não mais for necessário. Promoção de um monitor para as atividades nas disciplinas da área de informática e disciplinas de informática dos demais cursos, pretende-se estimular os alunos e prover-lhes ferramental para que possam ter um desempenho acadêmico adequado. Também pretende-se identificar possíveis doadores destes equipamentos, ou seja, identificar onde não estão mais em uso e revitalizá-los. Verificamos que por meio destas atividades simples, mas fundamental, podemos ter um impacto no rendimento escolar dos alunos e com isso evitar a sua evasão, bem como também fazer a sua inclusão digital, que pode ser estendida a sua família. A equipe executora do projeto será composta pelos professores da área de informática, com o gerenciamento por parte do coordenador do projeto e quatro alunos bolsistas, além de contar com o apoio da coordenação pedagógica que será a interface com os coordenadores dos cursos técnicos em questão. O projeto é composto pelas etapas: A primeira etapa do projeto consiste em identificar os alunos bolsistas que vão compor a equipe, dando-se preferência para os alunos que tem o problema inclusão digital apresentado e são alunos do curso técnico integrado em

<sup>1</sup> Docente. Doutor em engenharia elétrica. Projeto financiado pelo IFSC Edital 02/2018 PROEN.

\* Autor para correspondência: marco.rojas@ifsc.edu.br



informática (3 alunos). A segunda etapa consiste em revisar os quarenta (40) equipamentos do tipo UCA doados pela Universidade de São Paulo (USP) ao campus. Esta revisão consiste em verificar as condições de uso dos equipamentos, fazer ajustes e deixar o maior número possível operacional. Atualizações estas que consistem em instalação de um Sistema Operacional Linux (Linux Mint), instalação de ferramentas de escritório como o LibreOffice e também de ferramentas de programação utilizadas pelas disciplinas do curso, como o Portugol Studio e Code Blocks. Estas ferramentas são compatíveis com as utilizadas nos cursos e também estão disponíveis nos laboratórios de informática do campus, além de não serem ferramentas proprietárias. Em paralelo, o reforço com os alunos será efetuado nesta etapa, em especial com os alunos do curso técnico integrado em informática. A terceira etapa compreende a entrega dos equipamentos para os alunos que atendem os requisitos para recebê-los e efetuar o treinamento na utilização do equipamento e respectivas ferramentas computacionais. A quarta etapa consiste em coletar os dados para a elaboração final do relatório e também apresentar uma proposta e método para manter o projeto para as demais turmas ingressantes. Para verificar a aceitação do equipamento e software utilizado foi realizado um questionário com oito perguntas. Foram entregues nove questionários e somente seis questionários foram respondidos até a data estipulada. Pelos resultados, o equipamento recebeu nota de 7,00 na escala de 0 a 10,00, e o resultado atribuído ao software foi de 7,50, isto representa que o equipamento atendeu bem a necessidade dos alunos em suas atividades acadêmicas. Considerando as notas recebidas, podemos constatar que o projeto atende a necessidade dos alunos e tem auxiliado em suas atividades acadêmicas. Deste questionário também surgiram sugestões de melhorias que foram aplicadas na segunda edição do projeto, principalmente com relação aos softwares instalados e necessários para as atividades acadêmicas. Os bolsistas puderam trabalhar em equipe e um auxiliar o outro nas dúvidas durante a execução das atividades, assim, compartilhando conhecimento. Pode-se constatar um grande desenvolvimento dos alunos com a questão de montar e desmontar os notebooks, no início tinham medo e receio, depois montavam e desmontavam com facilidade, bem como manipulavam as ferramentas de forma adequada. Na parte de Sistemas Operacionais, eles puderam aprender melhor o sistema, principalmente como se instala e configuração softwares no ambiente Linux. Também fundamentos básicos sobre o SO Linux Mint foram explicados e apresentados aos alunos, bem como a também solucionar problemas neste ambiente. Foi verificado que o projeto em sua segunda edição teve ótima aceitação e também boa avaliação para parte dos alunos que se utilizaram dos equipamentos, onde tivemos o dobro de equipamentos solicitados. Também foi possível comprovar os altos índices de pessoas que não possuem computador em suas residências na cidade de Caçador e por consequência nos alunos do IFSC.

**Palavras-chave:** permanência, êxito, inclusão digital, alunos, curso.



## EXPERIÊNCIA DE APLICAÇÃO DE LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO VISUAL E ARDUINO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA DISCIPLINA TÉCNICA DE ALGORITMOS DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA NO CÂMPUS IFSC-CAÇADOR

Fernando Franceschet de Souza<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Gustavo Massaneiro Reibnitz<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Marco Antonio Torrez Rojas<sup>2\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** Na área de informática as disciplinas introdutórias de lógica de programação e programação são responsáveis por altos índices de reprovação e evasão escolar nos cursos da área. Esta realidade também é vivenciada no Curso Técnico Integrado de Informática e Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas. Este fato está relacionado a complexidade que estas disciplinas de cunho abstrato possuem e também ao método utilizado no processo ensino-aprendizagem das mesmas. Métodos que não são adequados ou não despertam motivação e interesse aos alunos da atual geração, os ditos nativos digitais, alunos que possuem familiaridade com as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e que vivem cercados de múltiplos recursos tecnológicos no seu cotidiano. Neste caso este perfil está fortemente ligado aos alunos dos três anos do Curso Técnico Integrado de Informática e primeiro ano do Curso de Sistemas de Informação e também aos alunos do Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas. Diante deste problema, este projeto de pesquisa visa aplicar novos métodos e ferramentas que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem destas disciplinas, principalmente para a realidade dos Cursos Técnicos em Informática do Câmpus Caçador, e em especial aos alunos do 1º Ano (nativos digitais), bem como, avaliar seu resultado durante a sua execução no primeiro semestre letivo de 2019. Os novos métodos e ferramentas propostos neste projeto consistem na aplicação de Linguagem de Programação Visual (e.g. App Inventor, ArduBlock) e Hardware Livre (Arduino). Estas ferramentas visam trazer para o processo ensino-aprendizagem maior proximidade com a sua realidade de nativos digitais, ou seja, por meio da Linguagem de Programação Visual o processo é lúdico e mais próximo da dinâmica apresentada em jogos, bem como a interação ocorre por meio de aplicações de dispositivos móveis (celulares ou tablets). Assim, o aluno vai se sentir mais confortável para com base na vivência deste ambiente tecnológico poder estender seus conhecimentos e agregar novos conhecimentos relacionados a lógica e programação, e construir aplicações para dispositivos móveis de forma mais simples, abstraindo diversas camadas complexas para que este objetivo fosse alcançado se linguagens convencionais fossem empregadas. Para auxiliar o Hardware Livre proposto permite que o aluno possa controlar um “carrinho” dotado de sensores e atuadores que são responsáveis pelo seu

<sup>1</sup> Discentes do curso técnico em informática.

<sup>2</sup> Docente. Doutor em engenharia elétrica. Projeto financiado pelo IFSC edital 38/2018/PROPII.

\* Autor para correspondência: marco.rojas@ifsc.edu.br



controle de direção e movimento, sendo este “carrinho” controlado por uma aplicação desenvolvida para dispositivos móveis Android. Para realizar os controles de locomoção e manipulação dos sensores a programação, lógica de programação e princípios de comunicação entre componentes de um computadores terão que ser aplicados, facilitando o entendimento e aplicação dos conceitos teóricos que estas disciplinas abrangem durante o 1º ano do curso. A Linguagem de Programação Visual e Hardware Livre também permitem que os mesmos sejam utilizados empregando linguagens de programação que requerem um nível mais avançado de conhecimento, como a Linguagem C e Java. Além deste problema, a utilização destas ferramentas introduzem o aluno a nova realidade da apresentada pela Indústria 4.0 que é a Internet das Coisas, onde a robótica, sensores, atuadores, Internet e aplicações móveis encontram-se presentes. A metodologia utilizada no desenvolvimento do projeto consiste de três atividades principais. Sendo elas: 1) Pesquisar, estudar, preparar e testar as atividades (laboratórios) que serão aplicadas aos alunos, com grau de dificuldade gradativa de atividade. Estas atividades devem compor conteúdos curriculares das disciplinas do 1º ano do Curso Técnico Integrado em Informática e Desenvolvimento de Sistemas. Especificamente foi aplicada a disciplina de Algoritmos; 2) Aplicar as atividades planejadas e coletar dados referente a compreensão dos conteúdos propostos nas atividades; 3) Avaliar os dados coletados e verificar se os objetivos didático-pedagógicos planejados para a atividade foram atingidos e sugerir mudanças em caso contrário; A disciplina escolhida para a aplicação destas novas abordagens foi a de Algoritmos, disciplina do 1º semestre do Curso Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas, destinados a alunos que já concluíram o 2º grau. A escolha desta turma e curso para a aplicação desta nova abordagem se deu em função da mesma ter apresentado elevado nível de evasão em sua primeira edição, e também pelo fato da turma atual do 1º semestre de 2019 ser bastante heterogenea, contendo alunos de 18 anos até alunos de 50 anos, com variado conhecimento de informática, desde o básico até o avançado, e também alunos já com formação universitária. Assim, foram lecionadas aulas do Arduino e também do ArduBlock (ambiente de programação visual) para auxiliar na compreensão das principais estruturas de repetição e controle de execução de programas, que também auxiliaram a fixar o princípios básicos da Arquitetura de Computadores e suas funções. Para avaliar o impacto da utilização do Arduino em conjunto com o ArduBlock no entendimento das estruturas de repetição e controle de execução de programas foi elaborado um questionário que continha dez perguntas, respondido por doze alunos. Com relação ao ArduBlock tivemos uma nota média de 7,70, na escala de 0 a 10,00. Este resultado representa que os alunos consideram que o ArduBlock auxiliou no entendimento dos assuntos da disciplina, bem como na sua abstração e respectiva aplicação. Com relação ao Arduino a nota média foi de 7,80 na mesma escala do ArduBlock, esta média representa que o Arduino auxiliou na compreensão dos assuntos da disciplina e também contribuiu para o entendimento do ciclo de desenvolvimento de um programa, pois, testaram os programas desenvolvidos de forma mais interativa e prática, sem a necessidade de maiores abstrações computacionais. Também para avaliar o entendimento e aplicação das ferramentas o desenvolvimento do sistema de controle de um sinalizador com opção de solicitação de parada por parte do usuário foi desenvolvido. Foi verificado que todas as sete equipes de dois alunos que estão cursando a disciplina conseguiram fazer a prototipagem no Arduino do sinalizador e desenvolver a lógica de controle do sinalizador com solicitação de parada no ArduBlock. Aplicando as abordagens proposta foi possível verificar que os alunos ficaram bastante motivados para utilizar as novas tecnologias. Com base neste resultado pretende-se estender a utilização desta abordagem as outras disciplinas do curso e também repetir com os alunos ingressante, e principalmente para os alunos que reprovam nesta disciplina e disciplina de programação.

**Palavras-chave:** programação visual, linguagem, arduino, ensino, programação.



## CONSULTORIA JUNIOR NO CONTESTADO: EMPREENDEDORISMO EM PROCESSOS GERENCIAIS, O CASO DE UMA EMPRESA DE CAÇADOR

Ana Merabe Corrêa dos Santos<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Emanuelle da Silva Weber<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Evelin Carine Schimtt Bianchi<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Julia Koehler dos Santos<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Julia Rech Dias<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Wesley Caetano Lima<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Danielle Regina Ullrich<sup>2\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** Este trabalho é resultado do desenvolvimento de um projeto integrador desenvolvido ao longo do terceiro ano do Curso Técnico Integrado em Administração do IFSC Câmpus Caçador. A proposta do projeto integrador é integrar as unidades curriculares de diferentes áreas e convergir em uma proposta alinhada a área de formação técnica dos alunos, no caso, a Administração. Nesse sentido, com vistas a aprofundar a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do ensino médio, na área propedêutica e técnica, e tendo por base que os alunos do IFSC formam-se no ensino médio com formação técnica, optou-se em desenvolver um projeto integrador no formato de consultoria júnior a ser prestado para as empresas de Caçador e região. Desta maneira, os alunos dividiram-se em equipes de consultores juniores e deveriam buscar uma empresa que servisse de objeto de estudo, para que eles pudessem realizar um diagnóstico organizacional e propor uma ação de intervenção em qualquer uma das áreas da Administração. Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar a proposta de melhoria (avaliação de desempenho pelo método 360º) desenvolvida durante a disciplina de Projeto Integrador do 3º ano do Curso Técnico Integrado em Administração, a uma empresa do setor de vestuário na cidade de Caçador, SC. Para atingir este objetivo, durante o primeiro semestre de 2018, foi realizado um diagnóstico organizacional realizado na empresa objeto deste estudo, o qual apontou caminhos nos quais a equipe de consultores juniores poderiam contribuir. A área que mais chamou atenção dos alunos foi a área de Recursos Humanos, na qual, eles observaram que a empresa realizava apenas uma avaliação com os chefes de setores, não sendo possível ter uma visão completa do desempenho de seus colaboradores.

<sup>1</sup> Discentes do curso técnico em administração.

<sup>2</sup> Docente. Doutora em administração.

\* Autor para correspondência: [danielle.ullrich@ifsc.edu.br](mailto:danielle.ullrich@ifsc.edu.br)



Segundo Chiavenato (2005), o método de Avaliação 360° é uma forma de avaliar o desempenho dos colaboradores, por meio de questionários em que todos (funcionários, clientes, fornecedores, gerente, etc) participam. Para Rizzio (2017), a Avaliação 360° mede os comportamentos e competências do colaborador, aborda habilidades como ouvir, planejar e estabelecer metas, e foca em áreas como trabalho em equipe, caráter e liderança. Além disso, segundo Areco (2015), com a Avaliação 360°, a empresa consegue identificar novos talentos e oportunidades por meio da análise comportamental de cada indivíduo. Se bem executada, essa análise permitirá ao gestor avaliar melhor seus subordinados e desenvolver mais benefícios na organização, como melhorar a produtividade e o clima de trabalho, desenvolver treinamentos e aprimorar métodos já existentes. Por fim, todos ganham quando se implementa a avaliação 360°. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se como procedimentos metodológicos, a abordagem da pesquisa qualitativa e em relação a sua natureza foi classificada como pesquisa aplicada, a qual envolve verdades e interesses locais que visam a extração de informações para aplicação prática, voltadas a resolver problemas específicos. Quanto aos objetivos, foi uma pesquisa descritiva que pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracterizou como estudo de caso que, segundo Fonseca (2002), pode ser caracterizado como um estudo de uma organização bem definida (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A pesquisa teve como população os supervisores que fazem parte da área administrativa da empresa estudada, que engloba os setores de Recursos Humanos (RH), Departamento Pessoal (DP) e Financeiro, e uma amostra de funcionários de cada um desses setores. A coleta de dados foi feita através de entrevistas com os supervisores, observação *in loco* e análise dos documentos da empresa. A análise desses dados foi realizada através da leitura das respostas obtidas nas entrevistas e da categorização destas respostas. Após a análise institucional, evidenciou-se a necessidade de aplicar uma avaliação de desempenho mais aprimorada. A partir disso, algumas visitas técnicas foram realizadas na companhia da psicóloga da empresa, que orientou sobre os setores que precisavam ser considerados na pesquisa, além de analisar com maior profundidade a descrição de cargos da organização. Foram desenvolvidos formulários de avaliação 360° para cada um dos quatro cargos: analista de DP (departamento pessoal), psicóloga organizacional (recursos humanos), analista financeiro (financeiro) e assistente financeiro (financeiro). Para os cargos do setor financeiro foram elaborados questionários para o colaborador (autoavaliação), para o par, para o supervisor e para os fornecedores. Para os cargos de DP e RH, os mesmos questionários foram elaborados, exceto o de fornecedores, já que estes não possuem contato direto com os dos setores. Além disso, foi elaborado um manual de aplicação da avaliação 360°, no qual, por meio da descrição de um roteiro com etapas, guiará a empresa no momento da aplicação e análise dos formulários. Com isso, conclui-se que com a elaboração do manual de aplicação de avaliação 360° o objetivo proposto foi alcançado. Os resultados obtidos foram entregues a empresa por meio de uma apresentação que ocorreu no final de 2018, além da entrega física dos formulários e do manual. Conclui-se, assim, que o objetivo de integração entre ensino, pesquisa e extensão, foi alcançado por meio desta prática, na qual os alunos puderam aplicar conceitos apreendidos ao longo do curso e demonstrar que estavam preparados para o mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** consultoria júnior; gestão de pessoas; avaliação de desempenho; empresas; projeto integrador.



## PROPOSTA DE MELHORIA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA DO IFSC CAÇADOR

Alisson Luiz Agusti<sup>1\*</sup>

(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

Francisco Sartori<sup>2</sup>

(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

Marcio Antonio Paulo<sup>3</sup>

(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

Paulo Orsi<sup>4</sup>

(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

Viviane Aparecida Trindade<sup>5</sup>

(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** A evasão e retenção de alunos nos Cursos Técnicos noturnos é notório. Fenômeno que se apresenta em todo o país, mormente na rede técnica federal. No campus Caçador do IFSC, essa ocorrência também é, deveras, proeminente. De acordo com levantamento efetuado por meio da plataforma Nilo Peçanha da SETEC/MEC, no ano de 2018, em todo o Brasil, em cursos Técnicos do eixo de Controle e Processos Industriais com execução no período noturno, teve 13.158 ingressantes e 5.902 concluintes. No que diz respeito ao IFSC, para os cursos do mesmo eixo tecnológico, mesma modalidade e mesmo turno de oferta, em 2018 teve-se 1.249 ingressantes e 452. Acerca do campus Caçador, e especificamente no curso Técnico em Eletromecânica, tem-se observado, evasão de aproximadamente 50% dos alunos, já na primeira fase do curso. A primeira turma do curso Técnico em Eletromecânica contou na última fase do curso 18 alunos enquanto a segunda turma, que é a turma corrente, está com 17 alunos, dos quais há apenas 13 que não possuem retenção alguma. Na tentativa de melhorar os índices de aproveitamento relativo à conclusão deste mesmo curso, foi reunido um Grupo de Trabalho (GT), formado por Pedagoga, Técnico em Laboratório e Docentes, na finalidade de discutir melhorias nas condições do curso (para professores e alunos), incrementar o desempenho do mesmo, e por conseguinte melhor contribuir para o desenvolvimento regional, a partir da qualificação técnica do indivíduo. Foi verificadas oportunidades de melhoria no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e essa foi, portanto, a primeira ação tomada, a qual é apresentada aqui neste trabalho. Essas necessidades ficaram patentes com o decorrer dos semestres e as execuções das aulas propriamente ditas. A partir do ano de 2018, constitui-se um GT para reestruturar o referido curso. Deste modo, o GT iniciou suas atividades de maneira sistemática em reuniões quinzenais desenvolvendo um esboço preliminar de curso. Esse, todavia, se deu a partir de 2 ações que foram determinantes para o trabalho, a saber: 1) entrevistas com egressos do curso e que

<sup>1</sup> Docente do curso técnico em eletromecânica. Mestre em mecatrônica

<sup>2</sup> Docente do curso técnico em eletromecânica. Mestre em engenharia mecânica

<sup>3</sup> Docente do curso técnico em eletromecânica. Mestre em engenharia mecânica

<sup>4</sup> Técnico de laboratório. Mestre em engenharia e ciência de materiais

<sup>5</sup> Pedagoga.

\* Autor para correspondência: [alisson.agusti@ifsc.edu.br](mailto:alisson.agusti@ifsc.edu.br)



estivessem atuando, em alguma área correlata da Eletromecânica; 2) entrevistas com empresários/gestores em empresas cujas atividades estejam relacionadas ao profissional da eletromecânica. Em decorrência dessas entrevistas (4 empresas [empresa 1 – prestadora de serviços de mecânica industrial; empresa 2 – prestadora de serviços de eletricidade industrial, predial e residencial; empresa 3 – grande empresa do setor de transformação, e; empresa 4 – fabricante de máquinas industriais] e 3 alunos egressos atuantes nalguma área da Eletromecânica [egresso 1 – atuando na área de projetos industriais; egresso 2 – atuante na área de manutenção mecânica, e; egresso 3 – atuando na área de instalações e manutenção elétrica]) obteve-se vários apontamentos das necessidades verificadas no mundo do trabalho, tanto pelos Técnicos egressos quanto pelas empresas contratantes, entre os quais, podem ser destacados: aspectos relacionadas à atitude profissional (comprometimento, proatividade, relacionamento interpessoal, redução de desperdícios, relacionamento com clientes, atendimento à normas e procedimentos, atenção ao trabalho, interesse, etc.); importância de conhecimentos técnicos básicos (soldagem, metrologia, desenho técnico, manutenções, ajustagem, uso de ferramentas portáteis, uso de maquinário, instalações elétricas, etc.); importância de trabalhos elementares com ênfase em práticas laboratoriais nas diversas áreas da eletromecânica; saber reconhecer e especificar materiais; abordar conteúdos direcionados à prática do Técnico em Eletromecânica; adequar carga horária, conteúdos e aulas práticas; aspectos relacionados com a dificuldade em conciliar trabalho e estudo no IFSC (provas, conteúdos complexos, falta de tempo para estudar extraclasse); Levando-se em conta estes apontamentos, a execução do PPC atual, bem como a verificação dos documentos de referência (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, Atribuições do Profissional Técnico em Eletromecânica, Classificação Brasileira de Ocupações, e Referências Curriculares Nacional – Técnico Industrial) o GT, definiu as alterações abaixo como sendo as principais: 1) alteração de encontros semanais – de 5 para 4 noites - Isso se dá pelo fato de o aluno trabalhador, em quase 100% do tempo de curso, não conseguir desenvolver atendimento extraclasse junto aos professores. Com um dia da semana sem aula, o aluno poderá valer-se desta noite para seus estudos complementares, consultar biblioteca, professores, tirar dúvidas, e participar mais ativamente de outras atividades como projetos de pesquisa e extensão, etc.; 2) Alteração na integralização do curso de 3 para 4 semestres - Não tendo aula, uma noite na semana, faz-se necessário aumentar em um semestre a integralização do curso. Além disso, os conteúdos e práticas diluídos em mais um semestre proporcionará melhor aprendizagem, pelo fato de poder exercitar mais. Todavia, no que diz respeito ao aumento de carga horária do curso, não será significativo, perfazendo apenas 80 h acima do que preconiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ainda, o curso programado para ocorrer em 4 semestres facilitará o sequenciamento lógico e prático das disciplinas técnicas; 3) Divisão de turmas nas duas primeiras fases - Como verificado, mediante as entrevistas e também a partir da execução do atual PPC, detecta-se a necessidade da divisão de turmas a fim de efetuar minimamente satisfatória as aulas práticas em laboratório. Como a intenção do novo curso é levar os alunos ao contato da profissão desde o primeiro semestre, há essa necessidade de se dividir a turma em duas partes, pelo menos. O novo PPC prevê a divisão de turmas nos Semestres I e II, quando a quantidade de alunos é maior. Isso ocorre pelo fato de que são 40 alunos ingressantes e nossa estrutura física, humana e equipamentos não suportam todos esses alunos em uma única aula prática. O grande intuito da nova proposta deste curso, que terá início a sua execução, no segundo semestre de 2019, é de proporcionar ao aluno Trabalhador uma oportunidade de poder ingressar no almejado curso técnico noturno e levar a termo seus intentos. Com um projeto de curso pautado nos conhecimentos básicos da profissão e com largos tempos em laboratórios (não especificados no projeto anterior), e ainda mais, com uma noite livre para o





aluno tirar suas dúvidas, poder desenvolver seus trabalhos extra classe, entre outros, e também, com divisões de turma em algumas aulas específicas, acredita-se, piamente, que os índices de sucesso do novo projeto serão significativamente melhorados.

**Palavras-chave:** projeto de curso; técnico; eletromecânica.

## POPULAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Grua do Monge. Foto: Athur Peixer





## O INCENTIVO À GERAÇÃO DE RENDA PARA MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM CAÇADOR (SC): O CASO DO PROGRAMA MULHERES SIM 2018

Danielle Regina Ullrich<sup>1\*</sup>

(Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Caçador)

Daiane de Lourdes Toledo<sup>2</sup>

(Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Caçador)

Vithor Daniel da Cruz<sup>3</sup>

(Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Caçador)

**Resumo:** O presente trabalho é resultado da execução do Programa Mulheres SIM 2018, em Caçador, Santa Catarina. O Programa Mulheres SIM, é um Programa do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), cujo propósito é atender, por meio de atividades de extensão, mulheres em situação de vulnerabilidade social. A intenção do Programa é o fortalecimento da autonomia das alunas em sentido amplo e também a promoção de uma atividade que as oportunize a geração de renda. O Câmpus Caçador do IFSC executa desde 2014 o referido Programa e vem atendendo e contribuindo para mudar a realidade de mulheres em situação de vulnerabilidade social no município. Embora a cidade de Caçador tenha se desenvolvido e se intitulado como a capital industrial do meio-oeste, ainda é perceptível na cidade a existência de uma ampla desigualdade social. Mais evidente ainda é a desigualdade enfrentada pelas mulheres, muitas dependentes financeiramente e psicologicamente de seus cônjuges ou companheiros. Diante desta realidade, e sabendo que na cidade de Caçador as mulheres são, enquanto cidadãs, o público mais penalizado pela falta de oportunidades, em especial pela falta de emprego, o Programa Mulheres SIM torna-se uma oportunidade de resgate da autoestima e valorização da mulher. Deste modo, desde a primeira edição em 2014, o Câmpus Caçador pleiteou e conquistou, por meio de edital, a participação nas quatro edições do Programa, compreendendo que as atividades preconizadas pelo referido Programa estão de acordo com a missão institucional do IFSC e contribuem para a minimização das desigualdades de gênero. Além disso, o Programa contribui para que o quinto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas, Igualdade de Gênero. Cada uma das edições apresentou suas peculiaridades e enfocou em públicos femininos diferentes. Já foram alunas do Programa Mulheres SIM, as reeducandas do Presídio Regional de Caçador, mulheres da comunidade em geral que apresentavam vulnerabilidade e mulheres com o Cadastro Único ativo, portanto, em situação de vulnerabilidade social. Diante deste contexto, o objetivo geral deste artigo foi apresentar o caso do Programa Mulheres SIM 2018, desenvolvido em Caçador (SC), com vistas a incentivar a geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, delineou-se como objetivos específicos:

1 Coordenadora do Programa. Doutora em Administração. Trabalho financiado pelo Edital PROEX 09/2018, Programa Mulheres SIM.

2 Docente do Programa. Mestre em Design.

3 Discente do curso Técnico em Administração e Bolsista do Programa.



a) descrever o histórico da execução do Programa Mulheres SIM em Caçador; b) relatar as etapas de execução do Programa Mulheres SIM 2018; c) analisar o impacto do Programa na vida as mulheres participantes. Para tanto, o aporte teórico que subsidiou as discussões compreendeu as temáticas de geração de renda e mulheres em situação de vulnerabilidade social. Com relação aos procedimentos metodológicos, pode-se classificar esta pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, quanto aos objetivos é descritiva e quanto aos procedimentos trata-se de um estudo de caso. A população envolvida na pesquisa são servidores do IFSC Caçador, alunas do Programa Mulheres SIM e aluno bolsista extensionista. A coleta de dados foi realizada por meio das técnicas de observação *in loco* e realização de entrevistas semiestruturadas com as mulheres que foram alunas do Programa em 2018. Para a análise dos dados, as entrevistas foram transcritas e posteriormente categorizadas. A observação *in loco* perdurou ao longo de toda a execução do Programa, que ocorreu de agosto a dezembro de 2018, o que faz com que o relato desta experiência seja rico em detalhes. Salienta-se que, na edição de 2018, o referido programa foi executado em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, envolvendo os públicos atendidos pelo CRAS Norte e Martello. Nesta edição, foi executado um Curso de Extensão, cujo projeto pedagógico foi desenvolvido pelo próprio Câmpus Caçador, com vistas a atender demandas já identificadas nas versões anteriores. Diante deste contexto, o Curso de Extensão para o Incentivo a Geração de Renda por meio da Confecção de Bolsas e Acessórios em Tecido foi uma oportunidade para as participantes do Programa Mulheres SIM obterem conhecimentos e habilidades na área da confecção de bolsas e acessórios em tecido, com vistas a produzir opções para a geração de renda, resgate de valores e promoção e valorização da autonomia feminina. Assim, buscou-se promover a inclusão social e econômica das participantes através das atividades do curso que abordaram aspectos relacionados a parte produtiva de confecção de acessórios e bolsas e também o empreendedorismo, precificação dos itens confeccionados e, por fim, a exposição dos seus trabalhos de forma física em exposição e também de maneira virtual, a partir da utilização das redes sociais e demais mídias relacionadas. Além do Curso, as alunas tiveram a oportunidade de comercializar os produtos em três Feiras organizadas pelo Câmpus, cuja renda foi revertida integralmente para as alunas. As Feiras foram uma oportunidade para as alunas colocarem em prática os conceitos aprendidos ao longo do Curso, como por exemplo, estratégia de vendas, além de exporem seus produtos e receberem elogios por parte da comunidade. Essa participação das alunas desde a concepção dos produtos até a venda dos mesmos nas feiras proporcionou-as uma vivência completa sobre o ciclo produtivo das bolsas e acessórios desenvolvidos, bem como o contato direto com o público que demonstrou grande satisfação com os produtos, incentivando-as a dar continuidade à confecção de produtos para sua geração de renda e construção de independência financeira. Por fim, realizou-se as entrevistas com as alunas egressas com vistas a avaliar o impacto das atividades executadas pelo Programa na vida delas. Para todas, o Programa teve alto impacto ao oportunizar a chance delas desenvolverem habilidades de costura e ao prepará-las para serem empreendedoras de suas vidas. Ao trabalhar com a proposta de incentivo a geração de renda, o Programa contribui para minimizar a vulnerabilidade social. E ao trabalhar o tema gênero, que perpassa toda a execução do Programa, ele contribui para minimizar outras questões enfrentadas por estas mulheres. As discussões que permeiam a vulnerabilidade social e a geração de renda, em especial, por mulheres, é um debate longo e profundo. Há muito mais a ser discutido do que o apresentado neste artigo, cuja intenção foi de apenas apresentar o Programa e os resultados alcançados em 2018.

**Palavras-chave:** geração de renda; vulnerabilidade social; mulheres; programa mulheres SIM; Caçador.



## A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal de Santa Catarina – Câmpus Curitibanos)

**Resumo:** A Revolta do Contestado aconteceu entre o período de 1912 e 1916, como uma manifestação da insurreição dos caboclos frente a um complexo projeto político orientado pela instauração da República no Brasil, sob a égide capitalista. Diante deste acontecimento e da história narrada e escrita, e partindo da apreensão psicanalítica e do pensamento crítico, entra em questão: que passado da Revolta do Contestado insiste em não passar? E como esta repetição se revela, na sua forma, na contemporaneidade? Assim, este trabalho objetiva apresentar um recorte sobre a Revolta do Contestado, especificamente em relação aos conflitos entre os grupos dominantes e os caboclos, investigando o quê destes conflitos continua atual. Para isso, como procedimento metodológico, utilizamos a pesquisa bibliográfica. Walter Benjamin, um dos importantes autores do que se convencionou chamar de Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, em seu texto sobre o conceito de história, escreveu: “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos do que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialismo histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (1940/1994, p.225). Podemos depreender vários ensinamentos desta preciosa reflexão, contudo, para este trabalho, faremos dois apontamentos. Esta tese de Benjamin recusa o pensamento iluminista, o qual tende a dicotomizar a civilização da barbárie, conduzindo a localização da barbárie no outro, no exterior, apontando que, pelo contrário, uma é o avesso da outra, ou seja, a barbárie está sempre à espreita, o que nos adverte sobre a ilusão de pacificação; além disso, através do materialismo dialético proposto por Karl Marx (1865), e da crítica à história contada pelos vencedores que se mantém na função de reproduzir o seu domínio e o lugar dos dominados, Benjamin nos convida a “escovar a história a contrapelo”, que implica em situar-se ao lado dos vencidos e a desvendar a barbárie que engendra a história e os elementos que a torna possível. Considerável parte da história escrita sobre o Contestado, provindas, sobretudo, dos relatórios militares – os quais mantêm a perspectiva dominante – os caboclos foram tratados, estereotipadamente, como fanáticos, bandidos, jagunços, rebeldes, um atraso ao desenvolvimento (THOMÉ, 1992; TONON, 2000), e esses elementos foram algumas das justificativas para a repressão que ceifou milhares de vida. Para além de um fato político regional e local, o contexto da revolta do Contestado se inseriu

<sup>1</sup> Psicólogo educacional. Mestre em psicanálise.

\* Autor para correspondência: lucas\_emmanoel@yahoo.com



no início do Período Republicano no Brasil (TONON, 2002, p.13), com o declínio da monarquia e o começo da chamada República Velha, que teve como arautos a modernização, a ordem, o progresso, o povoamento, a colonização do país, o que se revelou como um movimento nacionalista no qual os privilegiados foram as classes dominantes – como representantes da nação – em detrimento dos caboclos. A idéia de Nação está relacionada à demarcação das fronteiras geográficas e simbólicas onde se definem quem dela participa e quem dela é excluída; o que não pode ser pensada fora da racionalidade capitalista que se institui com o domínio da natureza, e conseqüentemente, com o controle social, a manutenção da hegemonia burguesa – atualmente, neoliberal –, e a própria reprodução do capitalismo. Nesse sentido, além da demarcação das fronteiras, se fez necessária uma identidade social, na qual o outro que não reflete a sua imagem é tornado abjeto da sociedade, e quando este outro ainda insiste na sua insurreição, é exterminado, como nos caso dos caboclos. Conforme Butler (2000, 2015), o abjeto faz referências às vidas que a sociedade não assimila e, por isso, as arremessa às margens da vida social. Contudo, o abjeto faz parte desta sociedade, na medida em que a identidade dominante desta sociedade se faz na exclusão do que não pode ser. Nos conflitos do Contestado podemos dizer que a identidade dominante era representada pelos coronéis, oligarcas, colonos estrangeiros e os representantes do Estado, enquanto os caboclos, pondo-se como ameaça à identidade dominante, foram tornados abjetos. Esse processo de abjeção remonta ao entendimento tão atual presente no texto Narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1930[1929]), em que os indivíduos se unem e se identificam entre si criando uma identidade, de modo a eleger um outro – caboclos – a quem se pode exercer a destrutividade. Para isso, acentuam certas características deste outro de forma que não se reconhece outras características e possibilidades, justificando, assim, subjetivamente e socialmente, a exclusão e o extermínio do outro ameaçador. A abjeção dos caboclos, como uma manifestação presente na ordem nacionalista, pode se colocar como um passado que não passa, na sua forma, e se repete na contemporaneidade, na qual é notável um recrudescimento de posicionamentos nacionalistas no Brasil e em vários países. Desse modo, podemos indicar que os caboclos da Revolta do Contestado continuam como abjetos e se atualizam nas figuras dos imigrantes, dos negros, das mulheres, dos LGBT's, dos índios, como efeito político da crescente precarização de suas vidas.

**Palavras-chave:** contestado, nacionalismo, identidade, abjeção, precarização.



## IMAGENS QUE CONTAM: UMA AULA SOBRE A INVISIBILIDADE AFRODESCENDENTE NA GUERRA DO CONTESTADO

Natália Ferronato da Silva<sup>1\*</sup>

(Universidade do Estado de Santa Catarina - Câmpus Florianópolis)

**Resumo:** Pesquisar sob as premissas do Tempo Presente implica em considerar que, como defende François Dosse (2012), é preciso posicionar-se na escrita, criando campo de diálogo entre a academia e a sociedade, diante desse pensamento, cabe refletirmos sobre as representações que foram criadas e recriadas em torno do Movimento do Contestado ao longo dos anos. Heróis foram aclamados, inimigos depreciados, e outros sujeitos foram simplesmente esquecidos diante disso. Este projeto pretende questionar, refletir e problematizar sobre a visibilidade e invisibilidade afro-brasileira na Guerra do Contestado, tomando como referência, fotografias sobre o conflito em questão. Propor uma sequência didática para ser aplicada em turmas do ensino fundamental na disciplina de história, que busque desenvolver tais discussões com os alunos, assim como propor atividades em que eles possam tomar posição na escrita destas histórias invisibilizadas. Essa análise se faz necessária já que, segundo Aníbal Quijano (2005), o lugar marcado aos afros na América Latina e no mundo tem bases muito antigas, que remontam à colonização e à criação de espaços de poder e dominação, ocupados pelos descendentes de colonizadores europeus, autodenominados brancos. A partir da exploração física e simbólica dos demais povos; expropriados de lugar, cultura, memória e sofrendo os impactos da violência discursiva. Isso se revela na historiografia catarinense, que durante um longo período, minimizou a presença africana e afrodescendente em Santa Catarina, todavia, pesquisas recentes têm mostrado um povo atuante e presente, tanto no campo quanto na cidade tomando como base, Ilka Boaventura Leite (1996), enquanto a identidade brasileira procurava exaltar a diferença étnica, a identidade no sul do país era justamente construído negando o negro, ele é, segundo a autora, sistematicamente retirado do quadro da identidade da região. Essa discussão visa construir um plano de ensino que dê conta de trabalhar a invisibilidade dos africanos e afrodescendentes através das fotografias da Guerra do Contestado. Propondo ao final da sequência didática uma atividade escolar que os alunos invertam a lógica e construam, junto a sua professora, novas legendas e uma exposição fotográfica que procure evidenciar a participação dos afro descendentes no Contestado. Ao longo do projeto será trabalhado com as fotografias feitas pelo Exército brasileiro durante a Guerra do Contestado. Entendendo que a fotografia é uma forma de expressão e comunicação não verbal, uma imagem fotográfica contém, quase sempre, elementos abstratos e elementos concretos. Apenas os elementos concretos podem ser visualizados sem uma interpretação mais aprofundada e mesmo assim, dificilmente o grau de compreensão dos ícones e signos chega a sua totalidade.

<sup>1</sup> Discente do mestrado profissional em ensino de história.

\* Autor para correspondência: nferronato@gmail.com



Por isso a importância da legenda, já que, a epígrafe na qual se coloca em uma fotografia pode modificar seu sentido de leitura. A informação transmitida pela legenda conduz a forma como o leitor pode interpretar a fotografia e o acontecimento. Através da legenda pode-se determinar a forma com a qual o leitor tomara contato com o fato, e como irá interpretá-lo. Como o caráter polissêmico da fotografia é muito grande, ela permite interpretações diversas. Será justamente essas interpretações que serão abordadas ao longo do projeto. A fotografia tem a impressão ao seu receptor, de ser uma captura de uma memória, de um momento. No entanto, tal afirmação não é completamente correta, visto que a recepção da imagem se faz em outro momento histórico, a partir de diversos conceitos e ideias que o indivíduo que observa a fotografia carrega consigo. Partindo desse entendimento, de que a fotografia não pode ser a captura perfeita de uma memória ou de um momento singular da história, que há a importância das legendas nas fotografias e de como essas estão expostas, pois induz o receptor a chegar em um entendimento “x” ou “y” do que vê nessas imagens. A sequência didática contará com breves explicações sobre como ocorre a leitura de fotografias, a importância das legendas e a forma como estão dispostas para isso, visando dar fundamentação aos alunos para desenvolver a atividade final. A exposição fotográfica é uma montagem de imagens, legendas e disposição dos objetos. O objetivo da atividade final com os alunos é desmontar a lógica existente da invisibilidade africana e afrodescendentes no estado de Santa Catarina, mais especificamente na Guerra do Contestado, e montar exposição que evidencie justamente o que estava invisível e ocultado. Para tal desafio buscou-se fundamentação na concepção historiográfica de Walter Benjamin e na leitura que o historiador Didi Huberman em seu livro “*Quando as imagens tomam posição: O Olho na História*” faz de duas obras de Bertold Brecht, *l’Arbeitsjournal* (Diário de trabalho) e *Kriegsfibel* (ABC da guerra). A ideia principal aqui é fazer algo inspirado no trabalho de Brecht, que a partir de montagens de imagens, fotografias e epígrafes deu novo sentido a fotografias que ele recortava de jornais de sua época, colocando nessa nova leitura de mundo muito de sua experiência e *práxis* política. Com os alunos a proposta é fazer uma releitura das imagens reescrevendo as legendas para as fotografias do exército e construir essa exposição com os alunos, com base nos questionamentos e inquietações que esses levantarem sobre o tema a partir das orientações da professora. Essa atividade é feita no tempo presente, a partir de conceitos e ideias desse tempo em direção ao passado representado e recortado nas fotografias. Cada fotografia dessas, traz consigo uma carga energética, uma potência, por meio da qual podemos questionar o modelo de história como narrativa linear e continuada, instaurando, como o faz uma montagem de imagens, em lugar de um encadeamento causal de acontecimentos, a concepção de “saltos” históricos, constelações. As fotografias são lampejos do passado, utilizando uma concepção de Benjamin, que brilham para os alunos no tempo presente, formando constelações, que ganharão sentido a partir do legendamento que será produzido com base no tema da invisibilidade negra.

**Palavras-chave:** contestado; invisibilidade; afrodescendente; fotografias; ensino de história.





## OS INSTITUTOS FEDERAIS FRENTE ÀS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS: MECANISMOS DE AÇÃO INCLUSIVA PARA O DESENVOLVIMENTO

Arthur Breno Stürmer<sup>1\*</sup>

(Instituto Federal de Alagoas – Câmpus Palmeira dos Índios)

**Resumo:** Ao longo dos anos, o Contestado inspira estudos como este, que busca o reconhecimento e o empoderamento regional, dando visibilidade às questões sociais e culturais que envolvem as populações e as relações étnico-raciais. Aqui se optou por destacar o papel social, cultural e também educativo de uma instituição educacional que tem contribuído para, de um lado, compreender as razões e raízes das desigualdades que afetam as populações e qualificar o debate sobre as relações étnico-raciais. De outro lado, tem auxiliado a dar visibilidade às lutas, movimentos e resistências típicos de nosso tempo. Este trabalho é um recorte de pesquisa de pós-graduação em que se procura pensar relações possíveis entre a educação promovida pelos Institutos Federais e o desenvolvimento local e regional. Tem como pressuposto a premissa de que só faz sentido essas instituições falarem em desenvolvimento se as dimensões humana, social e cultural estiverem envolvidas. Indo além, poderíamos falar em dimensão inclusiva, como se verá adiante. Assim, a presente investigação toma como ponto de partida as leis e normativas que regem os Institutos Federais, buscando evidenciar tanto as populações vulneráveis quanto a concepção de desenvolvimento utilizada para atendê-las, do que decorre a opção por mecanismos que visem reduzir desigualdades, conviver com as diferenças, combater preconceitos, eliminar a xenofobia, valorizar as culturas, empoderar os grupos, dentre outras ações. O objetivo é investigar os mecanismos que Institutos Federais adotam para atender as populações vulneráveis, entendidas como as que estão em desvantagem por razões históricas, sociais e/ou culturais. A metodologia utilizada é a pesquisa documental, com ênfase sobre legislação, políticas e normativas internas. Os resultados são discutidos tendo-se em vista o desenvolvimento territorial, que deve caracterizar as ações dos Institutos Federais, conforme rezam os documentos normativos para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Populações vulneráveis são aquelas cuja condição é dada, mas não apenas, pela origem étnica (indígena, caboclo, quilombola, cigano), orientação sexual e identidade de gênero (gay, lésbica, inter e bissexual, cis e transgênero), deficiência/necessidade especial (motora, auditiva, visual, interativa, mental), migrante, tipo de arranjo residente e outras. Muitas dessas populações movem-se à margem, na periferia, nos circuitos periféricos, nas fronteiras, enfim, nos domínios da invisibilidade e subalternidade. Os Institutos Federais, sensíveis ao contexto em que atuam e não se limitando ao ponto de vista da promoção do desenvolvimento (econômico) segundo os arranjos produtivos locais, mostra-se sensível às demandas mais próximas da população, como indivíduo e coletividade. O atendimento às populações vulneráveis, então, representa verdadeiro desafio às políticas sociais e educacionais contemporâneas. Desacostumados a enfrentar a diversidade que caracteriza a população brasileira, os governos, por meio das instituições públicas de educação e seus sistemas de ensino, buscam, hoje, garantir o

<sup>1</sup> Docente. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

\* Autor para correspondência: arthur.sturmer@gmail.com



acesso, a permanência e o êxito dos estudantes oriundos de grupos específicos, origens étnicas distintas e orientações sexuais, políticas ou religiosas, etc., antes invisibilizados, silenciados, reprimidos. A educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais é exemplo de esforço do governo federal capaz de atrair muitos estudantes que buscam uma formação profissional completa nos cursos do ensino médio integrado. Sabendo que os Institutos são uma das últimas fronteiras para a formação do trabalhador/a e cidadão – ao mesmo tempo – e para a concretização de direitos básicos, é também uma oportunidade de entrar em contato com as políticas de diversidade e inclusão. O papel que os chamados Núcleos Inclusivos têm exercido entre os estudantes é exemplo marcante de estratégia de resposta a problemas de múltiplas origens e natureza, que se converteram em questões sociais da maior gravidade e urgência. Se a formação básica e a qualificação profissional técnica e tecnológica são o foco dos Institutos Federais, a atenção às questões étnicas, identitárias, territoriais e comunitárias não devem ficar para trás. No Instituto Federal Farroupilha (IFFar), as populações vulneráveis são consideradas, também, em outras políticas de ações inclusivas, como as que se referem às datas comemorativas, em que são trabalhadas não apenas as relações étnicas, mas a convivência com os diferentes, os outros. O mesmo conta com intervenções nos campi privilegiando dias alusivos aos negros, indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQ+. De 2010 a 2016, foram instituídos: NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas); NAPNE (Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas); e NUGEDIS (Gênero e Diversidade Sexual). Os mecanismos de ação inclusiva do IFFar apontam para um tipo de desenvolvimento em que reconhecem as necessidades das populações vulneráveis para além da formação básica, profissional, técnica e tecnológica. Trata-se de atender às populações em suas demandas reais, ainda que reduzir as desigualdades exija debate e luta constante.

**Palavras-chave:** educação; inclusão; vulnerabilidade.



## TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO DISSIDENTE NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Arthur Breno Stürmer<sup>1\*</sup>

(Instituto Federal de Alagoas – Câmpus Palmeira dos Índios)

Elis Angela Botton<sup>2</sup>

(Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Frederico Westphalen)

**Resumo:** Toda instituição educacional pode ser vista como um território. Um espaço ocupado, apropriado, dominado, com identidade, pertencimento, demarcação, separação. A territorialidade aparece quando, como princípio formador do território, há a ocupação, mesmo informal, sutil e chancelada por uma instituição como o Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Este trabalho discute a presença da territorialização dissidente, em especial nas ações inclusivas que visam o atendimento aos grupos de diferentes segmentos, quais sejam as minorias em nossa sociedade. O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) não fala em termos de territorialização, muito menos em *dissidência*. Menciona o território ou os territórios que pretende influenciar por meio de sua atuação com vistas ao desenvolvimento regional e local. Não está em seus planos acolher deliberadamente o que tenha o caráter de contrariedade. Não obstante, seu papel social o coloca em situação privilegiada no contexto social e educacional, merecendo ser investigada quanto às formas que a territorialização dissidente se apresenta. A pesquisa bibliográfica e documental se deu sobre dados primários de 12 relatórios de gestão das Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs) da reitoria do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e dos seus *campi*, datados do ano de 2017. A referência para a discussão dos dados apoiou-se no conceito de territorialização dissidente e espaços de controle, ambos oriundos de estudos interdisciplinares em ciências sociais, dentre estas a Geografia. O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) mantém Núcleos Inclusivos, que são subordinados às Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs). Eles se destinam a estudar, pesquisar e propor ações de acordo com a temática que lhe é própria. Assim, há três grandes Núcleos: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE); Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI); Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS). Cada Núcleo carrega o compromisso com demandas de diferentes grupos que vêm fragilizados de suas comunidades e adentram um espaço institucional que, por definição, é dado ao controle, vigilância e disciplinamento. Esses grupos ou sujeitos coletivos buscam ocupar seu espaço, territorializando-se. Os Núcleos Inclusivos, então, surgem como um lugar contraditório, de acolhimento da dissidência, ainda que esta seja quase uma imposição da sociedade. A natureza das

---

<sup>1</sup> Docente. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Este trabalho contém resultados de projeto de pesquisa que investiga a relação entre os Institutos Federais e o desenvolvimento local e regional. Conta com o apoio do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem orientação do professor Benhur Pinós da Costa, e integra o rol de trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Espacialidades Urbanas – LABEU/UFSM e no Grupo de Pesquisa Espacialidades Urbanas/CNPq.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

\* Autor para correspondência: arthur.sturmer@gmail.com



“dissidências” faz-nos caracterizar as ações dos Núcleos como experiências insurgentes. Elas o seriam em qualquer contexto normatizado e normatizador. Aqui se ressalta a importância dos Núcleos Inclusivos por levar as territorializações adiante, como forma de ocupar, ser, resistir. Tanto a territorialização quanto os núcleos podem até se apresentar como antíteses dos espaços de controle, mas sua função social e educacional é incontestável. As ações dos Núcleos Inclusivos, em relação à territorialização dissidente via Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs), configuram-se como: 1º) Experiências educativas insurgentes e elemento de contestação no conjunto da comunidade acadêmica, apesar do caráter institucionalizado das ações; 2º) Canais de questionamento de atitudes, hábitos e comportamentos dos grupos, de um lado, e, de outro, alvo de vigilância, regulação e controle; 3º) Oportunidade de problematizar a diferença, diversidade e pluralidade presentes na sociedade; 4º) Estímulo às ações que favoreçam grupos e comunidades invisibilizados, desempoderados, excluídos, guetificados e sua conexão com coletivos, movimentos sociais, organizações não-governamentais. O território pertencente ao Instituto Federal Farroupilha (IFFar), entendido como aquele relativo aos seus *campi*, estão diretamente implicados com a territorialização dissidente. A forma que assumem no cotidiano, em Núcleos Inclusivos e sob a sombra das ações das Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs), representam experiências educativas insurgentes. Desta feita, guardam importância entre as estratégias mais caras hoje em dia para as instituições educacionais: as estratégias ligadas à inserção social, quando incidem no acesso, permanência e êxito de populações vulneráveis desde sua origem.

**Palavras-chave:** desenvolvimento; diversidade; espaço; experiência educativa; inclusão.



## A VIDA INVISÍVEL DAS MULHERES E CRIANÇAS DO CONTESTADO

Julia Noceti Arzua<sup>1</sup>

(Universidade do Estado de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis)

Júlia Corrêa da Maia<sup>1</sup>

(Universidade do Estado de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis)

Rogério Rosa Rodrigues<sup>2\*</sup>

(Universidade do Estado de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis)

**Resumo:** A presença das mulheres e crianças no Contestado é um tema pouco abordado pela historiografia especializada nesse movimento social rural de forte impacto em nosso passado republicado. Um dos principais motivos por essa lacuna é a dificuldade em acessar documentos que permitam traçar a trajetória dessas personagens no interior do conflito rebelde. Soma-se a isso, a pouca ousadia de alguns pesquisadores e pesquisadoras em elaborar questões que coloquem crianças e mulheres em primeiro plano nos estudos sobre o Contestado. Acaso homens como Chiquinho Alonço, Antônio Tavares e Adeodato Ramos, destacadas lideranças caboclas, não tinham esposas, irmãs, mães e filhas? O que faziam as mulheres e as crianças que viviam no interior das cidades santas enquanto os homens guerreavam? Ficavam em casa fiando, plantando e rezando ou seguiam os homens nas frentes de batalha? Quando os homens morriam, quem chorava por eles? Quando milhares de pessoas se renderam ao exército, após meses de cerco militar impedindo que entrasse comida, munições e informações nos redutos, somente os homens sofreram? Questões como essas são difíceis de responder, visto que carecem de fontes confiáveis que tenham sido registradas pelos homens da época, mas antes de desistir pelo receio do fracasso, vale a pena formalizar uma pergunta ou abrir um inquérito em busca de pistas, por mínimas que sejam, sobre essas personagens. O questionamento refinará nossos olhares e ali onde geralmente elas se encontram silenciadas, subordinadas ou na retaguarda de outros personagens, caberá recortar o vestígio, inclui-lo em um grande rol de figuras, iluminar essas existências mínimas (posto que fragmentadas) com as perguntas históricas para, em seguida, construir uma pequena constelação sobre suas vivências. Para dar conta dessa proposta será preciso abrir a perspectiva sobre o que pode ser considerado fonte histórica. Serão incluídas fotografias, memórias, telegramas oficiais, produção historiográfica, relatos de militares, notícias de jornais, listas de prisioneiros e rendidos e o que mais vier à mão que permita localizar, ainda que de forma fragmentária e fugaz, a presença de mulheres e crianças no Contestado. Relatório fragmentado, mas nem por isso isento de confiabilidade da vivência dessas personagens no cenário da guerra. Elas estiveram lá, seus rastros, ainda que quase invisível pelas camadas de estratos de tempo que se acumulou entre suas presenças e o nosso tempo, podem ser ao menos perseguidos nas entrelinhas dos documentos oficiais. Trata-se, portanto, de uma proposta parcial, composta basicamente do mapeamento dos vestígios do passado para, em fase seguinte, propor uma problematização que inclua os métodos, teorias e técnicas da pesquisa histórica. Diante dos vestígios

<sup>1</sup> Discentes em História.

<sup>2</sup> Docente. Doutor em História.

\* Autor para correspondência: rogerclio@gmail.com



identificados será montada uma apresentação em forma de vídeo curto contendo uma constelação composta de todas as mulheres e crianças que deixaram rastros na história do Contestado. Esse vídeo será precedido pela pesquisa documental e historiográfica, por debates com professor orientador e, por fim, pela construção de um roteiro que refletirá sobre a melhor forma de ordenação das informações encontradas, assim como sobre a linguagem visual que melhor se aplicará para os fins da proposta vigente, qual seja, convidar o presente a refletir sobre a presença de mulheres e crianças na história: do Contestado, do Brasil, do mundo. Espera-se, ainda, que o material materializado no vídeo proposta, sirva de subsídios para discussões em sala de aula. Nesse sentido, essa apresentação se insere tanto na vertente da história social vista de baixo, como da história pública.

**Palavras-chave:** Contestado, mulheres, crianças, história pública.

## PATRIMÔNIO IMATERIAL, CULTURA, ARTES E RELIGIOSIDADE

Ladainhas Caboclas. Foto: Athur Peixer





## A INFLUÊNCIA DO MONGE JOÃO MARIA PARA A CULTURA DE IRATI E REBOUÇAS (PR)

Jaqueline Kotlinski<sup>1\*</sup>  
(Universidade Estadual do Centro-Oeste – Câmpus Irati)  
Lucimara dos Santos Ribas  
(Sem afiliação)

**Resumo:** Esse trabalho tem o intuito analisar a influência do monge João Maria na cultura regional das cidades de Irati e Rebouças, situadas no estado do Paraná. Atualmente Irati é composta por uma média de 60 mil habitantes e Rebouças por cerca de 15 mil habitantes. Ambas as cidades são uma mescla de diferentes etnias, mas que sua colonização se deu majoritariamente por poloneses e ucranianos, que continuam mantendo fortemente suas tradições religiosas, basicamente cristã. Encontramos nesse contexto duas localidades em que a religiosidade é ainda muito forte e rege a vida dos indivíduos. E é pela forte influência religiosa encontradas nas regiões de estudo que nos debruçamos a estudar o monge João Maria, o qual possui total ligação a um dos acontecimentos mais difíceis da história brasileira, a Guerra do Contestado, tal acontecimento iniciou-se em 1912 e percorreu até os anos de 1916 nos três estados do sul, onde aconteceram os conflitos propriamente ditos. A guerra foi ocasionada pela construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo até o Rio Grande do Sul. O conflito se deu devido a concessão recebida pela empresa norte-americana Brazil Railway Company, responsável pela construção da ferrovia, a mesma lhes dava o direito sobre 15 km de terra sob cada lado da estrada de ferro. Obviamente nestes territórios residiam famílias, agricultores, caboclos que seriam então expulsos de suas terras para que a empresa tomasse sua posse, cedidas pelo governo da época. Este evento histórico, político, místico, religioso, de luta e resistência dos caboclos e caboclas em defesa de suas terras, lares e comunidades, transcende o caráter de conflito agrário, estes simples agricultores detentores apenas da posse das terras e de uma grandiosa fé, foram capazes de protagonizar uma das mais importantes guerrilhas brasileiras. A simplicidade destes povos, aliadas a fé e a necessidade de lutar por suas terras, lhes permitiu organizar-se em exércitos expressivos. O estranhamento do desconhecido monstro contra quem lutariam, o caráter tecnológico que a expropriação das terras se apresentava naquele momento, se materializava em um gigante de ferro que tudo engolia. Por onde o temido trem passava deixava rastros de sangue e morte visível, não só dos camponeses, bem como das florestas e rios. Para tal fato era necessário uma explicação quase que divina, é neste contexto que a liderança do monge se edifica. João Maria ao passo que vai descrevendo para estes humildes jagunços, de forma profética os acontecidos recentes, e os consequentes, vai os instruindo e conscientizando-os da necessidade da luta. Como a liderança do monge traz consigo este caráter messiânico, transmite e forja no povo um sentimento de irmandade de luta, que permanece vivo nas batalhas, nas comunidades (redutos) e também na memória desses povos. O monge João Maria era conhecido por seu caráter peregrino, transpassando por diversas regiões, como é o caso de Irati e Rebouças, cidades da região do centro-sul do Paraná. Nas quais a figura do

<sup>1</sup> Discente do mestrado em história.

\* Autor para correspondência: [jaquekottlinski2015@gmail.com](mailto:jaquekottlinski2015@gmail.com)





monge supracitado possui uma representatividade ampla e diversa, são reflexos culturais que ilustram a própria vida e atuação deste homem, são elementos de devoção, cura, religiosidade, humildade, doação, serviço social, aspectos políticos de organicidade e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras, de autonomia e construção coletiva de territórios de convívio social dos caboclos e caboclas em defesa de suas terras, cultura e forma de vida. Estas ações do santo monge como era e segue conhecido, resultam ao longo do tempo em memórias, reflexões, tomadas de decisão, transmissão de valores, crenças e práticas. A socialização destes elementos transmite com a passar do tempo histórico, uma memória coletiva e individual em torno do tema, que se aplica e se verifica no cotidiano das pessoas, famílias, comunidades da região, vale destacar que não possuem um caráter único, são práticas concebidas que remontam uma história holística conforme indica a atuação do monge. O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações do monge João Maria no imaginário coletivo das cidades paranaenses, Irati e Rebouças. Identificar como a passagem do monge tem um legado histórico de várias significações culturais para essa região. Pretendemos buscar narrativas que nos indiquem quais elementos fazem parte da cultura do grupo, desde batismos, benzimentos, simpatias, orações, grutas, olhos d' água, entre outras memórias interligadas ao monge João Maria que se materializam nesses espaços. Um mapeamento dos lugares de memória também é um dos objetivos deste trabalho. Para que possamos ter um suporte teórico, realizamos um levantamento bibliográfico acerca do tema, e também utilizamos de 8 entrevistas realizadas com pessoas ligadas às diversas possibilidades de influência cultural que o monge possa representar. Os critérios para seleção de nossos entrevistados, se deu por pessoas devotas ao monge; que utilizam de lugares de memórias e mantém presente a cultura imaterial em seu cotidiano. A utilização da oralidade, nos possibilita pensar os sujeitos, como também protagonistas da história. Ao trabalhar esta proposta somos levadas a questionar o que entendemos por esse método e qual é o papel da memória no processo de entrevistas. Sendo assim, de acordo com Portelli (1997) pensamos a memória não apenas como um depósito de acontecimentos, mas como um processo ativo nas criação de significados, a qual está em constante mudança de acordo com cada contexto histórico. Este trabalho nos possibilitou o contato com um grupo de pessoas marcado por significações advindas do movimento do contestado. O imaginário presente nos grupos estudados permitiu-nos a compreensão de como a memória é partilhada e construída por vivências comuns e vividos por tabela. Podemos concluir que esse trabalho teve objetivo de propiciar novas reflexões acerca da peregrinação do monge João Maria e seu vínculo com o contestado, que ainda é um tema pouco estudado, pela dimensão de seu acontecimento. Sendo assim, pesquisar a influência do monge João Maria para as cidades de Irati e Rebouças foi de extrema importância para o desvendamento dos sistemas simbólicos e culturais dessas regiões e destes povos.

**Palavras-chave:** João Maria; memória coletiva; cultura; Irati; Rebouças.



## A GRUTA DO MONGE EM FRAIBURGO E A HISTÓRIA POR TRÁS DAS ÁGUAS ABENÇOADAS DO CONTESTADO

Arthur Luiz Fiorese<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Maria Eduarda Kroetz Fernandes Andrade<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Sabrina Varella Ferreira<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Juliana Aparecida Biasi<sup>2\*</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

**Resumo:** A Guerra do Contestado é uma guerra civil que ocorreu no sul do Brasil, entre nas porções a oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina. A guerra teve início no ano de 1912, e a partir daí se arrastou por mais quatro anos, até 1916. No dia 22 de outubro de 1912, na cidade de Irani, tropas paranaenses comandadas pelo coronel João Gualberto travaram um violento combate contra sertanejos sem-terra, liderados pelo “monge” José Maria, que pregava a volta da monarquia e a construção de uma sociedade igualitária. Os seguidores do monge continuaram mantendo as práticas de cura ensinadas por ele, até o combate do Irani, quando o Regime de Segurança do Paraná entrou em combate com os caboclos, o que terminou na derrota das forças policiais e, entre os caboclos, na morte de José Maria. Um ano após a morte do líder espiritual dos sertanejos, os caboclos passaram a se aglomerar nos redutos rebeldes, as famosas “Cidades Santas”. Os redutos que foram denominados de Taquaruçu, Bom Sossego, Santa Maria, Perdizes, Pedra Branca, São Pedro, Caraguatá entre tantos outros, foram refúgios e vilas dos seguidores do monge José Maria que ali encontravam acolhimento, por conta da expulsão que ocorria em massa para alguns e por descontentamento com o governo republicano para outros. O reduto inicial de aglomeração foi o de Taquaruçu, onde fiéis de todos os cantos vieram se reunir em torno de uma pequena menina chamada Teodora que contava seus sonhos, certificando que José Maria ordenava que seus seguidores voltassem ao Taquaruçu para seguir sua “Santa Religião”. Os acontecimentos que culminaram neste fatídico conflito, marcando um combate sangrento em Taquaruçu, se dão a partir de uma disputa de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina e a parceria de duas grandes empreendedoras americanas responsáveis pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande e a extração das madeiras nobres da região, a multinacional *Brazil Railway Company* e a segunda maior madeireira da América, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company Inc*, ambas pertencentes ao sindicato Farquhar e lideradas pelo capitalista Percival Farquhar. Tais acontecimentos resultaram na expulsão de camponeses e habitantes nativos da região do contestado, na ocupação de suas terras e também na exploração das ricas reservas de pinheiro araucária, as quais sofreram a primeira devastação ecológica industrialmente planejada na América Latina com a derrubada

<sup>1</sup> Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em Engenharia Civil.

\* Autor para correspondência: [juliana.biasi@unoesc.edu.br](mailto:juliana.biasi@unoesc.edu.br)



de mais de 2 milhões de pinheiros e outras árvores nobres. Durante a guerra, chegaram a ser mobilizados dois terços do Exército Brasileiro, milícias estaduais e também forças paramilitares, trazendo à tona, pela primeira vez na América Latina, a utilização de aviões para fins militares, bombas de fragmentação e aprimoradas técnicas de contra insurgência, apenas esboçadas durante a Guerra de Canudos. No ano de 1915, é encerrada oficialmente a intervenção do Exército, porém a guerra se estendeu por mais um ano, com a formação de alguns piquetes militares que perseguiram focos de revoltosos, este que se seguiu por anos após o fim da guerra, que chegou em outubro de 1916, no Rio de Janeiro, com a assinatura do tratado que dividia as terras para cada um dos dois estados. O Paraná ficou com 20 mil quilômetros quadrados da área contestada e Santa Catarina com 28 mil quilômetros quadrados. O objetivo deste artigo é analisar como a Gruta do Monge João Maria, localizada na cidade de Fraiburgo – palco de parte da Guerra do Contestado, é representativa como patrimônio imaterial da memória e da cultura e religiosidade. A pesquisa foi desenvolvida com o levantamento de referências bibliográficas, entrevistas e visitas *in loco* para criar uma maior familiaridade com o tema apresentado. Entre momentos críticos da história do Brasil, surgiram três monges, dois chamados de João Maria e o último José Maria. Existem relatos de que o primeiro monge João Maria D' Agostini, natural do Piemonte, na Itália, era um eremita, que fazia profecias e benzimentos, fez toda sua trajetória a pé, estando presente na Guerra dos Farrapos (1835-1845); o segundo monge, João Maria de Jesus, natural de Buenos Aires, Argentina, previu que um “dragão de ferro” viria cuspidando muito fogo e deixando um rastro de sangue e que a guerra se avizinhava, já previa a construção das estradas de ferro e os combates que viriam após esta mudança, para os sertanejos ele também operava milagres ao benzer pequenos cursos d'água e esteve presente na Revolução Federalista (1893-1895); e o terceiro monge, José Maria de Santo Agostinho, pouco se sabe sobre o início de sua vida, mas em Palmas, Paraná era conhecido como Miguel Lucena de Boaventura, que curava e batizava o povo sem-terra, esquecido pelo estado, e que também esteve presente na Guerra do Contestado (1912-1916). No Brasil, na cidade de Fraiburgo (SC), cidade onde está localizado o antigo reduto Taquaruçu, também se situa na Avenida Beira Lago a gruta Monge João Maria em homenagem ao curandeiro que auxiliou este povo reprimido e esquecido pelo Estado Republicano, operando milagres, curando e benzendo os sertanejos. Por onde João Maria de Jesus passava, benzia poços, grutas e pequenos cursos d'água que passavam a ser fontes de milagre para o povo caboclo. Pode-se concluir que a gruta representa parte importante da memória dos acontecimentos locais, que influenciaram e influenciam no modo de vida e na maneira de pensar de uma população e que é de extrema importância para a formação da cultura regional.

**Palavras-chave:** guerra do contestado; João Maria de Jesus; patrimônio imaterial; patrimônio cultural; Santa Catarina.



## BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO

Eduardo do Nascimento Karasinski<sup>1\*</sup>  
(Instituto Federal Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** A música é uma forma cultural amplamente consumida em quase todos os ambientes, sejam eles públicos ou privados. Os significados simbólicos embutidos na música podem revelar os elos inextricáveis entre cultura, lugar e tempo, sendo então, uma proveitosa fonte para a construção da identidade de um lugar. Estes significados são incorporados nas relações sociais retroalimentando a formação cultural (KONG, 1995; CARNEY, 2003; GUIMARÃES, 2008). É notório que, a grande parcela da população de Caçador tem pouquíssimo acesso à diversidade cultural. Assim, combater as desigualdades históricas através de ações que promovam a identidade e a diversidade cultural são importantes. O objetivo central é promover a cultura e a diversidade musical, de forma a divulgar e fortalecer a identidade regional para comunidade de Caçador e região. Criou-se um repertório com canções inéditas, composições que foram arranjadas com objetivo de instigar e comover sobre o tema e em busca da identidade do Contestado fomentando valores fundamentais da cultura regional. Cada música traz em sua letra e melodia, aspectos folclóricos da cultura cabocla em alusão aos fatos históricos da guerra do Contestado. Foram composta 11 canções com relação às temáticas culturais do Contestado, as quais foram apresentadas durante a semana nacional de ciência e tecnologia do IFSC Caçador e da UFSC Curitiba, além do concerto na semana do Contestado de Caçador. Este trabalho também analisa a linguagem da obra musical “O Contestado” de Romário José Borelli, fazendo um contraponto com as composições produzidas no projeto de extensão Banda Caboclos Rebeldes do IFSC Caçador. O povo caboclo que ocupava as terras Contestadas desde muito antes do conflito foi brutalmente apagado, e com isso, as características próprias do seu modo de vida, como o faxinal, faixa de terra de criação comum de animais e o pixirum, mutirão comunitário para realização de tarefas ligadas à agricultura com uma celebração festiva ao final (TOMPOROSKI & BUENO, 2018). O cooperativismo na partilha das terras, a irmandade e a fraternidade materializada na frase histórica, “quem tem mói, quem não tem mói também”, são valores fundamentais hoje. Por isso, a frase foi incluída no refrão da canção “Cavalos de fogo no céu” da banda Caboclos Rebeldes. Esta música faz alusão à alguns fatos históricos como a luta entre irmãos na guerra, a fé, e ainda, a metralhadora que falhou na primeira batalha no Irani. Retrata também o misticismo que pairava nos redutos, quando ao alvorecer avermelhado os caboclos tinham visões do exército encantado de São Sebastião. José Maria anunciava que, após sua morte reuniria os caídos em batalha e retornaria com o exército encantado. Fato também lembrado por Borelli na música com tom de ladainha “São José Maria” que cita: “São José Maria recoie nosso irmão vivido na agonia e morto na afrição, ... São José Maria recebe teu sordado e traiz de vórta um dia no exército encantado” (BORELLI, 1979). Borelli mostra um profundo conhecimento sobre o tema, os personagens e a geografia

---

<sup>1</sup> Docente. Doutor em Engenharia e Ciência de Materiais. Projeto fomentado pelo edital IFSC APROEX 03/2018.

\* Autor para correspondência: eduardo.nascimento@ifsc.edu.br.



da região onde se desenrolou o conflito. Acima de tudo, retrata os costumes locais, o modo de vida dos caboclos sertanejos nativos, suas crenças, linguagem e convicções, como a justiça e a valentia. Destaca-se o trecho cantado: “serra que eu cruzo, neste andá com a jagunçada, abusadô perde os abuso e exproradô fica sem nada” (BORELLI, 1979). A canção “Lá vem João Maria, a bença” mostra o sincretismo como um importante traço da religiosidade cabocla, como no trecho: “o pai véio João Maria, não qué pôso nem esmola, afasta a agonia, batiza, benze e consola” (BORELLI, 1979). Vários dos aspectos destacados foram pinçados da realidade histórica, como a preocupação em preservar a linguagem regional. É essencial para manter a autenticidade do processo cultural, de tal maneira que, o documento linguístico complementa o documento histórico, como retratado no trecho: “o sor quente rebenta a pinha que se espaia na coxia, ...poncho véio, pingo magro e as história da porfia, ...todo povo sertanejo trabaiando nos carijo” (BORELLI, 1979). É preciso reconstruir esta identidade, com a finalidade de, atender as novas expectativas e necessidades futuras enquanto sociedade. O resgate do respeito à mulher é um tema central do projeto banda Caboclos Rebeldes, como observado na poesia musicada do folclorista caçadoreense Pinduca: “Eu louvo minha esposa da cabeça ao carcanhá, louvo suas mãos, louvo os seus braço que é pra me abraçá, adespois louvo a cabeça e os cabelo dela pentiá, louvo as sombracelhas e os seus lindos olhos de enxergá, adespois mimosa boca e os dente de mastigá. Eu louvo o seu pescoço com que enfeita o colar, adespois louvo o joelho que é dela se ajoelhá, quando entra numa igreja fazendo o siná, cruzando o dedo na testa pro cão não atentá, adespois louvo os sapato e as meia de carçá, de uma doce criatura quando sai pra passeá, tão bonita e tão faceira pro seu home admirá”. Após isto, a música intitulada “Maria ninguém”, aborda novamente o tema de gênero e traz um apelo para a importância da ruptura com as sanções à mulher, como citado: “o silêncio, cala, sufoca, castiga, sanções 100 anos depois ...identidade é ter, coragem e gratidão, sem ponto e nem dó dar uma basta nesta sanção”. Outro aspecto interessante de algumas composições de Borelli e da banda Caboclos Rebeldes é a sua estrutura rítmica, a qual remete ao som do trem, o foco central da guerra do Contestado. As composições da banda Caboclos Rebeldes tem arranjos diversificados, transpassando suavidade e fluidez até tensões dissonantes (BOHUMIL, 1996). Sobretudo, a proposta é distanciar-se do relato histórico e emergir uma nova identidade que remete aos valores culturais históricos, contribuindo para que tais valores pudessem ser ressignificados e reconstruídos, fortalecendo a identidade local.

**Palavras-chave:** composições; lugar e música; identidade cultural.



## A EXPRESSÃO RELIGIOSA PRESENTE NA CULTURA POPULAR CABOCLA: BENZIMENTOS

Claudia Felisbino Souza<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal da Fronteira Sul – Câmpus Chapecó)  
Indaiara Felisbino  
(Sem Afiliação)  
Pedro Aleixo Felisbino  
(Sem Afiliação)

**Resumo:** Os primeiros moradores do Taquaruçu de Cima, localidade berço da guerra do Contestado, e seus descendentes, ficaram conhecidos na região e se autodenominam “caboclos”, tendo suas origens na miscigenação de grupos étnicos como negros, índios, migrantes da revolução farroupilha e tropeiros que passavam pela região (FELISBINO, FELISBINO, 2002; LAZARIN, 2005). A religiosidade está firmemente presente no dia a dia dos caboclos residentes na localidade, com fortes heranças do catolicismo e grande devoção ao monge João Maria de Agostini, a quem consideram santo. Atualmente, a melhoria ao acesso de serviços básicos de saúde, somado ao uso de tecnologias, faz com que dia após dia, muitas destas informações sejam desprezadas e deixadas de lado pelos descendentes do Contestado. Registrar as crenças e religiosidades do caboclo residente na comunidade do Taquaruçu de Cima, em especial o credo em benzeduras e as superstições relacionadas a elas. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e com abordagem qualitativa. As informações obtidas neste trabalho foram coletadas durante os anos de convivência dos pesquisadores na comunidade do Taquaruçu de Cima, através de observações, pesquisa de campo e entrevistas com os benzedores da localidade. Segundo os caboclos, benzeduras caracterizam-se por orações que buscam cura e proteção, e grande parte delas são realizadas exclusivamente por “benzedores”. Estudos dizem que esta crença trata-se de herança dos portugueses que, no Brasil, sofreu influência dos conhecimentos sobre plantas medicinais dos povos indígenas e africanos, e foi repassada de geração em geração, originando o costume de curar doenças por meio de recursos naturais (NERY, 2006, p. 02). Benzeduras expressam a fé e evocam cura e proteção, são consideradas orações fortes, que podem curar pessoas e animais, proteger contra diversos males como mal-olhado e quebrante, ajudar em problemas conjugais, espantar pestes das lavouras ou contra ações climáticas que julgam desfavoráveis, como tempestades ou ventos fortes. Algumas orações e benzimentos, como as contra quebrante ou mal-olhado, tiveram origem nos ensinamentos de São João Maria de Agostini. Acreditam que nem todos podem realizar um benzimento e apenas quem recebeu o dom Divino é capaz de benzer com eficiência e ajudar a quem precisa – estas pessoas são chamadas de benzedores. Esta regra só é quebrada em pouquíssimas orações que são realizadas pelas mães em seus filhos. Observa-se que a maioria dos benzedores são mulheres, o que vai ao encontro de pesquisas que afirmam que a presença da mulher é marcante no mundo da crendice e é ela, numa maioria quase absoluta, quem conhece o segredo das palavras e dos gestos capazes de exorcizar o mal (GOMES; PEREIRA, 1989,

<sup>1</sup> Técnica administrativa em assuntos educacionais.

\* Autor para correspondência: claudia.souza@uffs.edu.br



apud NERY, 2006, p. 04). É clara a presença de heranças do catolicismo entre os benzedores da localidade do Taquaruçu: Os benzedores mais velhos não benzem em dia santo, sábado e domingo, e consideram a sexta-feira o dia mais indicado para a oração. Usam um rosário na mão direita ou no pescoço como instrumento de proteção, pois acreditam que quando “tiram algum mal” por meio de suas benzeduras, ele pode permanecer consigo. O sinal da cruz e a água benta também acompanham os benzimentos e várias benzeduras tem, entre suas evocações, orações de origem católica. Para realizar os benzimentos, o benzedor faz uso de diversas plantas, cada uma exercendo um poder sobre determinados males, ramos de arruda, por exemplo, são utilizados com fim de proteção. Porém, se mesmo protegido, o benzedor sentir-se “sobrecarregado” deve “mexer em terra” (caminhar na terra sem sapato, plantar, capinar...), pois creem que a terra retira as más energias de seu corpo, ficando novamente em condições de benzer e ajudar outras pessoas. Os benzedores preferem benzer em suas casas, pois é onde possuem a proteção dos seus santos. Afirmam que no momento da benzedura ninguém deve ficar em frente ao benzido, para evitar que o “mal” passe de uma pessoa a outra. Não realizam bênçãos após o pôr do sol e são unânimes ao afirmar que o responsável pela graça alcançada é Deus e por conta disso não cobram por suas orações. As benzeduras não são apenas rituais orais. Gestos são realizados frequentemente pelos benzedores e muitas vezes pelo benzido, sendo o sinal da cruz executado constantemente, e dependendo do objetivo da benzedura, é realizado com o uso de plantas ou com rosário. Os gestos podem ser feitos sobre o benzido, no ar, sobre cinzas ou no chão. O auxílio de instrumentos como o facão, machado, tesoura e faca são comuns e variam de acordo com o benzedor e a benzedura realizada. Grande parte das orações apresentam repetidamente alusão ao número três, como quando benzem com três galhos de plantas ou quando as benzedoras ou os benzidos pronunciam três vezes determinadas partes das orações. Quando questionadas sobre o fato, as benzedoras explicaram que a repetição acontece porque a Santíssima Trindade é composta por três pessoas, mostrando mais uma vez a forte ligação com o catolicismo. O benzedor realiza as orações de acordo com sua sensibilidade, assim, enquanto benze pode alterar as palavras da oração e/ou substituir a oração no ato da bênção de acordo com sua percepção do que a pessoa precisa. Na comunidade de Taquaruçu percebe-se que os benzedores alcançam certo status social pelo “ofício” que desempenham. São conhecidos, respeitados, vistos pela população local, como detentores de um conhecimento oculto. Porém, frequentemente, ouve-se um benzedor queixando-se de que, cada vez mais, há desinteresse da nova geração em aprender este ofício, que tratase principalmente de sabedoria popular. Os benzimentos sobreviveram ao tempo e passam de geração em geração na comunidade do Taquaruçu de Cima, sendo fundamental para sobrevivência desse importante traço da cultura cabocla perante a globalização e conectividade que observa-se na geração atual. O acesso a médicos e medicamentos também está mais fácil atualmente, porém os moradores da comunidade ainda recorrem com frequência aos benzimentos e simpatias para cura de enfermidades e proteção espiritual. Comumente vê-se o caboclo fazendo uso de um medicamento alopático ao mesmo tempo que recorre ao benzimento, que silenciosamente mostra sua força e resistência diante de uma cultura eurocêntrica que, muitas vezes, o discrimina.

**Palavras-chave:** contestado; cultura popular; caboclos; benzimentos.



## CEMITÉRIOS DE ANJINHOS DE SÃO JOÃO MARIA: DO ENRAIZAMENTO TERRITORIAL AO DIREITO À MEMÓRIA

Alcimara Aparecida Föetsch<sup>1\*</sup>  
(Universidade Estadual do Paraná – Câmpus União da Vitória)

**Resumo:** São João Maria, intérprete e profeta, é ícone construído à várias mãos. Princípio estruturante comum, hoje congrega, simbolicamente, diferentes expressões de resistência, passando de santo popular legitimado a líder político atualizado, em um processo ressemantizador (WELTER, 2012). Os lugares sagrados a ele associados tradicionalmente conhecidos pela sacralização de elementos da natureza, se resignificaram e acolheram além de oferendas e ex-votos, os anjinhos, os nascidos para não viver, enterrados sob sua proteção. Esses espaços tidos como valiosos, religiosamente fundados, batizam, curam e também abrigam. São referenciais espaciais de enraizamento territorial em um recorte geográfico conhecido como Contestado, marcado por ausências institucionais, carências eclesíásticas e abandono público. Neste cenário, nos propomos a discutir a paisagem religiosa presente nos lugares sagrados de São João Maria para além das cruzes e águas santas com a inserção dos cemitérios de anjinhos. O foco, para além da ritualização do luto, centra-se no direito à memória e trata os cemitérios a partir de seu papel difusor de referência, proteção e recordação. Para tanto, metodologicamente, partimos das contribuições da Pesquisa Qualitativa (BANKS, 2007; HEIDRICH, 2016) e dos trabalhos de campo (SUERTEGARAY, 2002; MINAYO, 1994) apreendendo estes como “lugares de memória” (NORA, 1993), ou seja, lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, os percebendo como cenários que permitem revisitar e interpretar o passado, percebendo as histórias que impregnam o meio, isso porque a memória se enraíza no concreto, na paisagem e no objeto. Esses lugares de memória (GASTAL, 2002) surgem, portanto, conforme as memórias vão sendo acumuladas, somadas em camadas, construindo um perfil único onde as comunidades estabelecem vínculos com imensurável valor afetivo. Assim sendo, é necessário lidar com a oralidade e com a paisagem (material e intangível) a fim de captar a memória simbólica desses lugares associados a São João Maria, e assim, desembaraçar os nós do tempo e compreender as relações com a espacialidade geográfica da religião e do sagrado. As histórias dos anjinhos são construídas em torno de pessoas, relatos de vida e experiências, informações ricas, vivas e comoventes, cujo conteúdo da narrativa quando confrontado com a paisagem religiosa permite perceber o Contestado e sua complexidade: o enraizamento territorial e toda uma série de conflitos, marginalizações, exclusões e abandono. Cruzes e águas santas são conjunção comum nos espaços sagrados de São João Maria, porém, em São Mateus do Sul, no Paraná, o cemitério de anjos/criancinhas, adiciona um forte elemento identitário agregador, os resignificando por práticas distintas. Difícil determinar o início, sobretudo, porque os primeiros a realizarem essa prática já faleceram, restando apenas os que reproduzem os sepultamentos pela devoção a João Maria e pela consideração aos costumes ancestrais. Estes “anjinhos” eram, principalmente, recém-nascidos natimortos, fetos que nasciam antes do tempo e crianças até sete anos de idade. De início, acreditava-se que

<sup>1</sup> Docente. Doutora em geografia.

\* Autor para correspondência: [alcimaraf@yahoo.com.br](mailto:alcimaraf@yahoo.com.br)





eram chamados de anjos por não terem sido batizados, isso procede em alguns casos, porém, muitos relataram que a própria Igreja, justamente por sua ausência nestes sertões interioranos, não impedia o sepultamento nos cemitérios oficiais. Dessa forma, percebeu-se que o que deu origem aos cemitérios de anjinhos foi, sobretudo, a crença na proteção de João Maria, (lembrando que muitos eram seus afilhados reais ou espirituais) do que o fato de não terem sido oficialmente abençoadas pelo batismo da fé cristã. Quando não se sabia ainda o sexo, durante o batismo em casa ou no próprio lugar sagrado, eram atribuídos nomes duplos que mesclavam o feminino e o masculino, como Maria José, ou, muito comum, João Maria. O enterro era feito pela própria família, pela parteira ou por conhecidos próximos, sem documentação oficial de nascimento e óbito, deriva daí o enraizamento territorial pelo vínculo afetivo não somente com João Maria, mas também com os anjinhos enterrados sob sua proteção. Somam-se a isso, as justificativas acerca das dificuldades encontradas na região durante estes anos iniciais do século XX, em especial, a falta de estradas trafegáveis, a precariedade de transportes e as intempéries do tempo que dificultavam o traslado destas crianças até os campos santos mais distantes. Neste sentido, é necessário pontuar que a expansão de crenças e práticas religiosas populares no início do século XX em São Mateus do Sul/PR se deu por uma série de motivos intimamente relacionados ao contexto social e econômico da época na região do Contestado: ausência da medicina oficial, distanciamento das instituições eclesiais, expropriação de terras, dominação coronelista, choque cultural entre indígenas, caboclos e imigrantes, exploração estrangeira, insegurança em relação ao governo republicano, entre outros (FRAGA, 2006). Este cenário era sentido na ausência de escolas, desemprego, abandono por parte do Estado, altas taxas de mortalidade (sobretudo, infantil), falta de estrutura comunitária e, principalmente, “atribuída” ignorância religiosa do povo. Emerge, desta forma, uma estrutura social propícia ao desenvolvimento de crenças messiânicas e, João Maria, evento fundante, irrompe justamente neste conturbado período e passa a representar resistência, princípio estruturante comum. Vira símbolo, mártir, era padrinho em vida, criou e alimentou laços de compadrio pelo apadrinhamento espiritual que neste contexto social significava proteção, acolhimento, abrigo, amparo e assistência. Os lugares que lhe serviram de abrigo foram santificados, recebendo o *status* de “espaço sagrado de São João Maria”. São lugares de encontro, de fé, peregrinação e particularização com a santidade, de fato, lugares de memória que lutam constantemente para garantir tanto a sobrevivência material na paisagem quanto o direito às práticas e rituais religiosos historicamente professados. Tratam-se de paisagens marginalizadas por não conterem aspectos estéticos de beleza, proporção e elegância, mas que, no entanto, vivificam lembranças e promovem experiências emocionais/espirituais. São pequenos lugares, distintos dos grandiosos santuários marcados pela opulência, que contrastam espremidos pelo agronegócio, pelo reflorestamento, pela modernidade e pelo esquecimento. Contudo, resistem justamente pela fé e devoção à João Maria, fortificada pelas histórias, memórias, crenças e milagres transmitidos pela oralidade, o que constitui o campo das motivações simbólicas, um verdadeiro sistema de significações.

**Palavras-chave:** cemitério de anjos; São João Maria; identidade territorial; direito à memória; contestado.



## IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE BENS AGRÁRIOS PARA A CONFORMAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO CONTESTADO

Micael Eduardo Bonfim<sup>1</sup>

(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)

Alexandre Assis Tomporoski<sup>2\*</sup>

(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)

**Resumo:** O Território do Contestado abrange, preponderantemente, a região norte e centro-oeste do estado de Santa Catarina. Naquele território, aconteceu, entre os anos de 1912 e 1916, um dos maiores movimentos sociais da história brasileira, que eclodiu em uma guerra civil de grandes proporções, e ceifou dezenas de milhares de vidas (MACHADO, 2004; WELTER, 2007; RODRIGUES, 2008; VALENTINI, 2009; CARVALHO, 2012; ESPIG, 2012; KARSBURG, 2012; TOMPOROSKI, 2006, 2013; POYER, 2018). Transcorrido mais de um século, o Território do Contestado continua enfrentando sérios entraves à superação de injustiças históricas e à adoção de estratégias eficientes de desenvolvimento. É razoável delimitar três fatores vigentes no território do Contestado que geram entraves à implementação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável: o trauma associado ao conflito social e ao genocídio praticado contra os caboclos, impondo, à população que reside naquele território, sentimentos de vergonha e conseqüente silenciamento; a expansão fundiária que promove a concentração da propriedade da terra, através do controle por parte de grandes proprietários rurais e de empresas multinacionais; a perpetuação do modelo econômico baseado primordialmente no extrativismo (TOMPOROSKI, 2016). Desta feita, o crescimento econômico e a expansão dos programas sociais permitiriam amenizar desigualdades históricas da sociedade brasileira, os municípios que integram o Território do Contestado apresentam, hodiernamente, alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado de Santa Catarina (IBGE, 2010), de acordo com sua classificação do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), compondo um “bolsão” de pobreza e exclusão. Como objetivos tem-se: identificar as potencialidades do Território do Contestado a partir da utilização da categoria de Patrimônio Agrário, viabilizando alternativas de desenvolvimento territorial; promover o levantamento dos bens imóveis singulares (sítios, pomares, instalações de processamento agrícola, celeiros, cercas) e localizar os bens imóveis de conjunto ou lineares (paisagens, assentamentos rurais, irrigação trilhas, estradas) que compõem o Território do Contestado; definir o conjunto do patrimônio imaterial do Território do Contestado (linguagem, crenças, rituais e eventos festivos, conhecimento, gastronomia e cultura culinária, técnicas artesanais); catalogar os bens que compõem o patrimônio natural e genético (variedades locais de cultivos, raças autóctones de animais, sementes, solos, vegetação e animais silvestres associados) presentes no Território do Contestado. A proposta apresentada utilizará com principal categoria o Patrimônio Cultural Agrário, que consiste no conjunto de bens naturais e culturais, materiais e imateriais, gerados e explorados pela atividade agrária ao longo da história. A trajetória metodológica do projeto, que terá como

<sup>1</sup> Discente do mestrado em desenvolvimento regional.

<sup>2</sup> Docente. Doutor em história.

\* Autor para correspondência: alexandre@unc.br



aporte uma abordagem qualitativa, articulando três procedimentos: investigação, análise, e produção escrita de seus resultados. O conceito de desenvolvimento territorial é assim estabelecido por Dallabrida (2015, p. 325): “O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situada histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população”. Cabe destacar o enfoque dado pelo autor à importância dos recursos e ativos, tanto materiais quanto imateriais, endógenos, tendo como fim último a ampliação da qualidade de vida dos habitantes de determinado território. Assim, refletir sobre o desenvolvimento de um território significa identificar nele potencialidades internas que possam alavancar um processo de desenvolvimento. Esta perspectiva coaduna-se com a proposta de Pecqueur (2009), para o qual a cesta de bens e serviços territorializados necessita atender aos seguintes parâmetros: um conjunto de bens e serviços complementares que reforce a imagem mercadológica do local; uma combinação de bens privados e públicos que contribuam para elaborar a imagem e reputação do território; uma combinação interativa entre os produtores da cesta (clube) a fim de internalizar a renda da qualidade territorial. O fornecimento de mercadorias da cesta poderia se constituir em objetivo estratégico para as políticas públicas de desenvolvimento local. Uma estratégia que vem destacando-se em nível internacional, especialmente em territórios do reino da Espanha, principalmente na região de Castilla La-Mancha, é a adoção, no campo teórico, de uma nova categoria de patrimônio cultural, o Patrimônio Cultural Agrário. Em âmbito prático, sua aplicação permite a identificação do Patrimônio Cultural Agrário de determinado território e representa uma oportunidade, capaz de obliterar o ciclo recorrente da pobreza em âmbito territorial. As potencialidades latentes, desveladas pela operacionalização do conceito de Patrimônio Cultural Agrário, podem contribuir eficientemente para um processo de desenvolvimento territorial sustentável e duradouro. A mais importante contribuição desta categoria de patrimônio é o fomento e o reconhecimento da preservação dos bens que compõem este tipo de patrimônio, estimulando a responsabilidade socioambiental, cultural, econômica e alimentar. Permite reconhecer a relevância cultural que este tipo de bens possui para a sociedade, por isso tornam-se patrimônio. Os bens agrários considerados mais relevantes culturalmente podem ser declarados parte do Patrimônio Cultural. A categoria de patrimônio agrário foi desenvolvida por um conjunto de pesquisadores da Universidade Internacional de Andaluzia, em Granada, na Espanha, sendo então, consolidado na Carta de Baeza (2012), segundo a qual: “O Patrimônio Agrário está conformado pelo conjunto de bens naturais e culturais, materiais e imateriais, gerados ou aproveitados pela atividade agrária ao longo da história”. O reconhecimento de determinado bem como patrimônio cultural implica o início de processo de proteção, que desencadeia ações de conservação, fomento e difusão. Sendo assim, a utilização desta categoria de Patrimônio Cultural no Território do Contestado poderá contribuir para a construção de um processo de desenvolvimento territorial em bases alternativas, mediante proposta que considere a identidade territorial e os recursos materiais e imateriais do território, contrapondo-se às práticas que ainda se manifestam entre as políticas públicas e empreendimentos econômicos, que impedem a superação de um modelo que promove a dilapidação dos recursos ambientais, além da concentração de riqueza e perpetuação da miséria e exclusão social. A obtenção do reconhecimento do Patrimônio Cultural Agrário por um determinado território promove uma série de melhorias decorrentes, inclusive, do aporte de recursos provenientes de diferentes atores envolvidos no processo, em especial a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), instituição responsável pelo reconhecimento oficial de certo recorte patrimonial, bem como pelos processos de salvaguarda.

**Palavras-chave:** patrimônio agrário, desenvolvimento territorial, contestado.



## ÍNDIOS, LUSO-BRASILEIROS E “BRASILEIROS”, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INVASÃO DE TERRAS NA INVENÇÃO DO PLANALTO MERIDIONAL (1814-1844)

Almir Antônio de Souza<sup>1\*</sup>  
(Faculdade Capivari de Baixo)

**Resumo:** Na primeira metade do século XIX no Sul do Brasil, o governo imperial inicia uma campanha de desenvolvimento e integração dos territórios que estavam sob o domínio dos povos originários numa região de terras para agricultura e criação de animais em campos acima das serras. Lugares que acabariam por compor uma região denominada de Planalto Meridional. Implantar fazendas, abrir novos caminhos, criar gado para venda e subsistência, plantar e colher gêneros de toda espécie, inventar povoados, vilas e ocupar a região. Nesse contexto invadir e ocupar os campos de vivência dos povos originários abrindo os caminhos entre São Paulo e o interior até as campanhas gaúchas era primordial e surge nesse processo lugares como Guarapuava, Palmas, Curitiba, Cruz Alta e Passo Fundo e outros que passam a ter uma importância reavivada como Lages e Vila do Príncipe (atual Lapa). O objetivo desta pesquisa é demonstrar e entender como se dá esse processo, ao mesmo tempo em que se busca entender concepções como Brasileiro, Luso-brasileiro, Índio, e ver como esses grupos se engendram nesse amalgama. Três histórias serão analisadas para a compreensão no contexto proposto, primeiro a história de Atanagildo Pinto Martins e a abertura do caminho para as missões em 1814. Atanagildo Pinto Martins era tenente da expedição de invasão e conquista dos campos de Guarapuava comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, e recebe desse último a incumbência de descobrir um caminho que saindo de Guarapuava chegasse até as campanhas gaúchas, tarefa difícil de ser concluída já que o caminho em questão era habitado por indígenas. Entender essa história é abrir veredas para a compreensão da ocupação dos campos de cima da serra da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A segunda história é a de Francisco Machado de Souza um cidadão morador da Ilha de Santa Catarina-Desterro (atual Florianópolis) que recebe como missão levar de Lages até a capital da província de Santa Catarina- Desterro, índios aprisionados em Lages. Essa história é reveladora das práticas de utilização da mão de obra indígena em Lages e seus arredores e abre a discussão sobre a escravidão indígena no século XIX. Os índios poderiam ou não ser escravizados, quais as nuances que envolviam tais questões, e quais alternativas iriam permitir que Francisco Machado de Souza cumprisse sua missão. A terceira história é a história de como o índio Kaingang Vitorino Condá foi processado na Vila do Príncipe acusado de ser o principal líder nos ataques às caravanas e tropas que cruzavam o caminho do sul ou caminho das tropas entre Lapa e Lages até chegar às campanhas gaúchas. Depois desse processo foi praticamente impedido de viver com seu contingente guerreiro nos campos de Palmas abrindo caminho para fazendeiros de Guarapuava, Curitiba e de outras regiões para invadir as terras. Após o acontecido, Vitorino Condá ficou sem alternativas para estabelecer novos lugares de moradia para seu povo tomando-se em conta que praticamente se via impedido pelas circunstâncias desfavoráveis e acusações que sofria. No momento em que lhe foi oferecido fazer uma viagem

<sup>1</sup> Docente. Doutor em História.

\* Autor para correspondência: almirppo@gmail.com



atravessando as matas até as antigas missões jesuíticas, ou seja, a abertura definitiva do caminho até as campanhas rio-grandenses não teve como recusar. Na análise desses três momentos claves da conquista e invasão das terras dos povos originários: 1) a invasão e conquista dos campos de Guarapuava e a consequente necessidade de abrir um caminho entre esses campos e os campos de cima da serra na província de São Pedro do Rio Grande do sul; 2) as questões acerca da escravidão indígena que envolvia os índios prisioneiros em Lages; 3) a conquista da aliança com Vitorino conda para a abertura definitiva de um caminho até o Rio Grande do Sul pelo oeste das províncias, a pesquisa busca compreender quais significados engendram o desenvolvimento regional e os protagonistas históricos nele envolvidos e nesse contexto perceber como se realizou a tomada das terras dos povos originários durante a primeira metade do século XIX.

**Palavras-chave:** Brasil meridional, planalto meridional, história indígena.



## CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ERUDITO NO CONTESTADO

Cleber Duarte Coelho<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis)

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar as contendas existentes entre o catolicismo popular (ou catolicismo rústico) e o catolicismo erudito (ortodoxo) no contexto histórico referente ao período da guerra do Contestado. Para tanto, através do método de análise bibliográfica, objetivamos investigar as formas de manifestação religiosa ligadas aos caboclos e aos monges João e José Maria, estabelecendo contrapontos com as tentativas de imposição do catolicismo ortodoxo. Quando estudamos as diversas formas de manifestação dos modos de vida cabocla no período histórico denominado como Contestado, constatamos uma série de práticas religiosas ligadas diretamente àquilo que no universo acadêmico denominamos como “cultura popular”. Estas manifestações, tais como batizados, casamentos, benzimentos, rezas coletivas, dentre tantos outros modos de manifestação, caracterizavam-se como pilar fundamental da identidade cabocla, tão esvaziada de condições materiais básicas necessárias à existência. O principal expoente desta manifestação de catolicismo popular é o monge João Maria, considerado pelos caboclos como sendo um grande curandeiro e que, em seu *modus vivendi*, supria no modo de vida dos caboclos a necessidade de um sacerdotal oficial. João Maria batizava, casava, orientava moralmente a conduta do povo. João Maria mostrava-se um verdadeiro líder espiritual através de seu exemplo e seu modo de vida. Não exigia remuneração por suas ações e distribuía entre os próprios caboclos os presentes que lhe eram ofertados. João Maria valia-se, em seu cotidiano, de um linguajar simples que alcançava as pessoas mais simples e destituídas de cultura escolar. Este homem, que vivia a mesma simplicidade dos caboclos, deu legitimidade entre os seus a um tipo de manifestação que neste trabalho chamamos de “catolicismo popular”, e que tantos historiadores chamam de “catolicismo rústico”. Catolicismo este que possuía seus próprios ritos e práticas peculiares e, além disso, se caracterizava como uma forma de resistência e também de afirmação identitária diante de uma realidade social e econômica desprovida de quaisquer tipos de benesses. Este expoente tão significativo e simbólico do catolicismo popular teve sua prática reiterada posteriormente pela figura do Monge José Maria, que assumiu, para muitos, o papel de “irmão” de João Maria como mestre espiritual dos caboclos, estando este diretamente ligado à eclosão da Guerra do Contestado. Diante de tão forte manifestação deste catolicismo popular, um representante da ortodoxia católica, Frei Rogério Neuhaus, um franciscano nascido em 1863 na Alemanha, chegou a Santa Catarina (Desterro) em dezembro de 1891. Foi incumbido pelo Bispo do Rio de Janeiro de administrar a imensa paróquia de Lages. Sempre preocupado em transportar consigo os instrumentos para celebração de uma missa, Frei Rogério não compactuou com a ausência de ortodoxia nas práticas católicas dos caboclos da região contestada. Sob a percepção pessoal de que nem mesmo alguns sacramentos oficiais eram conhecidos, como a confissão e a comunhão, Frei Rogério passa a trabalhar em prol da tentativa de construção e absorção, dentro da cultura dos habitantes

<sup>1</sup> Docente. Doutor em filosofia.

\* Autor para correspondência: rebelc2000@yahoo.com.br



do planalto catarinense, dos valores e preceitos do catolicismo ortodoxo e admitido pela tradição católica oficial. Para tal empreendimento, escolas e capelas foram criadas, no intuito de, através do estudo das letras e das missas, aculturar a população com os preceitos religiosos eruditos. No entendimento de Frei Rogério, os caboclos precisavam ser catequizados, por desconhecerem os preceitos admitidos e permitidos pela Igreja Romana. Não tardou para que se evidenciassem as discrepâncias inerentes às práticas do catolicismo popular e do catolicismo ortodoxo. Enquanto o monge João Maria vivia como anacoreta e asceta, igualando-se aos caboclos batizando seus filhos e doando o que recebia com sinal de gratidão, Frei Rogério entendia que a cultura e as tradições caboclas eram inferiores à cultura que ele possuía. Deste modo, por um lado, o monge João Maria alentava a alma do povo oprimido, benzendo o gado e a roça, dando conselhos para a vida prática do expropriado da terra, benzia e valia-se de seu conhecimento das ervas e plantas para curar, dizendo inclusive ao próprio Frei Rogério que a sua reza valia tanto quanto uma missa. Paralelamente, Frei Rogério não abria mão da ortodoxia católica, e suas ações estavam voltadas à tentativa de correção e instrução das práticas religiosas, ou seja, catequização do povo através do catolicismo erudito e toda a ritualística que envolvia o catolicismo romano tradicional. Estas duas realidades, obviamente, não eram totalmente excludentes uma à outra ou impermeáveis: estavam envolvidas nas diversas nuances e peculiaridades das formas de manifestações culturais que envolvem a religiosidade. No entanto, podemos afirmar que, grosso modo, o monge João Maria pode ser visto como um autêntico representante do catolicismo popular e estava embrenhado no cotidiano existencial dos caboclos. Frei Rogério, paralelamente, representava a Igreja e a classe abastada, muitas vezes servindo como mediador (quando iniciada a guerra) entre o exército e os caboclos, sendo que estes tendiam a vê-lo como uma figura dúbia: estaria ele a serviço de Deus ou dos poderosos? Fato é que Frei Rogério, tendo travado contato com João Maria (Atanás Marcaf) e também com José Maria (o terceiro monge reconhecido no Contestado), não obteve submissão dos mesmos frente à tentativa de submetê-los ao catolicismo erudito. José Maria negou a confessar-se e a presenciar uma missa celebrada por Frei Rogério. Deste modo, concluímos, a força do catolicismo popular e toda a simbologia envolvendo a figura dos monges foi fundamental para manter os caboclos fiéis à crença de que estavam salvaguardados pela força do exército encantado de São Sebastião. Também por conta disso, Frei Rogério, visto a princípio por alguns caboclos também como um homem santo, não obteve o êxito que esperava em sua tentativa de imposição do catolicismo erudito: seja porque se exigia dos caboclos o pagamento de uma significativa quantia ao vigário, seja porque esteve no reduto de Taquaruçu, sob os auspícios dos coronéis da época, no intuito de dissuadir os caboclos de lutarem por sua causa. Frei Rogério foi, então, expulso do reduto e não teve mais espaço entre os caboclos. Parece-nos evidente que a contenda existente entre aquilo que aqui chamamos de “catolicismo popular” e “catolicismo erudito” foi elemento de fundamental importância e destaque para a eclosão e tantos desdobramentos na Guerra do Contestado.

**Palavras-chave:** patrimônio agrário, desenvolvimento territorial, contestado.

## CONFLITOS SOCIAIS, TRABALHO E VIOLÊNCIAS

Cortejo Cívico. Foto: Maria Fabíola







## PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!

Viviani Poyer<sup>1\*</sup>

(Universidade Federal Fluminense – Câmpus Rio de Janeiro)

**Resumo:** A presente discussão é fruto de uma pesquisa de doutorado e busca mostrar como imigrantes tomavam lugar de sujeitos de ação e de articulação, e estabeleciam redes que mobilizavam meios os mais diversos, fazendo com que governos estaduais, federal e até mesmo de seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil. São casos de morte, prisões, explosões, saques, espoliação, roubos, incêndios criminosos e até mesmo chacinas envolvendo imigrantes, que a partir de extensa investigação nos registros existentes, em diferentes instâncias, me remeteram à diversas situações difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas nacionais, justamente pela falta de fontes. Para o desenvolvimento da mesma, foi utilizado o método micro-histórico, por meio do qual foi possível compreender questões macro, relacionadas à política nacional e internacional brasileira, bem como, desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais ou imigrantes, pobres ou remediados. As diversas situações conflituosas que envolvem esses imigrantes, foram tomadas como fios que tecem a malha, ou melhor, a trama, que caracterizou a vida de muitos colonos no Sul do Brasil. A partir de uma abordagem inovadora em relação ao movimento do Contestado, buscou-se alargar seus marcos, contudo sem perder a relação imbricada que eles possuem, o objetivo foi, perceber a Guerra do Contestado como mais do que somente uma guerra, um fato histórico ou uma fronteira temporal ou espacial, mas como consequência de uma política de Estado que vinha se moldando durante o século XIX e se acentuou com o fim da escravidão e fortalecimento de uma política de imigração, com o advento da República, com a questão de terras e como consequência da abertura desenfreada ao capital estrangeiro. Os casos aqui apresentados envolvem o coronel da Guarda Nacional, Fabricio Vieira e o seu bando de "patriotas" ou fabricianos, como eram chamados seus vaqueanos. Tais mortes, geralmente ocasionadas por meio da degola, objetivavam o roubo, o saque, mas principalmente a espoliação de empreiteiros e trabalhadores da EFSPRG, de colonos bem sucedidos e ou de comerciantes locais. Dois casos emblemáticos dessa realidade, serão aqui apresentados: a Chacina do Iguaçu, caso que envolveu 12 imigrantes estrangeiros estabelecidos naquela região de diferentes origens: italianos, poloneses, russos, espanhóis, alemães, austríacos e portugueses e 5 brasileiros. Esses homens viviam a 3 meses aproximadamente, na margem direita do rio Iguaçu, trabalhando no cultivo de batata, criação de pequenos animais, bem como na coleta de nó de pinho para servir de lenha para as locomotivas da Estrada de Ferro. O chefe do grupo José Lyro Santi, imigrante italiano, era empreiteiro do Ramal São Francisco, mas como as obras estavam paralisadas durante aquele período, levou seu grupo para as terras, que ficavam na altura de Canoinhas no lado paranaense, para trabalhar e tirar algum sustento, enquanto os serviços no Ramal não eram retomados. Esse foi surpreendido na noite de 21 para 22 de novembro de 1914, por Isaias Daniel e João

---

<sup>1</sup> Doutora em história. Bolsista de pós-doutorado pela FAPERJ.



Ruas, ambos homens de confiança do coronel Fabrício Vieira. Tais vaqueanos os obrigaram a levá-los até o rancho onde se encontravam os trabalhadores de José Lyro Santi, com a intenção de reunir o grupo e transportá-los à margem esquerda do rio Iguaçu, região conflagrada pelo conflito armado. Ao mesmo tempo, outra parte do grupo de fabricianos comandada pelo afamado Dente de Ouro, sobrinho do senador Pinheiro Machado, desembarcou em outro ponto do rio, violentou a esposa de um comerciante local, incendiou seus pertences e o sequestrou, levando a vítima ao encontro dos demais em direção ao local conhecido como Porto Jararaca, atual comunidade de Felipe Schmidt no município de Canoinhas. Ali foram degolados um a um e seus corpos, de acordo com o laudo cadavérico e com depoimentos de moradores da região, ficaram sem piedade, espalhados pelo chão encharcado de sangue, servindo de alimento à animais selvagens e aos corvos. Outro caso emblemático e aqui apresentado é o da família de Mariano Antoniewicz, morto por vaqueanos desse mesmo coronel a mando de filhos de Arthur de Paula, nas imediações da fazenda Santa Leocádia. Em 05 de fevereiro de 1915, foram assassinados na porta de sua casa, juntamente com o patriarca Mariano Antoniewicz, um filho e mais um familiar. Documentos enviados ao consulado russo pela viúva e encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores, dão uma noção de como tudo aconteceu. Logo após os dois primeiros fuzilamentos, os homens do destacamento começaram a saquear a propriedade, pegando tudo que podiam e com algum valor. Levaram consigo cerca de um conto de réis em moeda corrente e, dos documentos, apenas o salvo-conduto concedido pelo general comandante do corpo expedicionário, em função das viagens de negócios empreendidas pela vítima. Levaram também vales emitidos pelo Exército como forma de pagamento ao comerciante, pelos gêneros alimentícios fornecidos à instituição militar. Após recolher os cadáveres e o ferido, as mulheres da família seguiram a pé pela margem do rio Iguaçu até Barra Feia, onde, ao encontrar outro destacamento de vaqueanos do coronel Fabrício, esse sob as ordens de Dente de Ouro, tiveram a permissão de ir, no dia seguinte, enterrar os mortos e buscar o gado e objetos domésticos. Contudo, naquele mesmo dia pela noite, a viúva recebeu uma comunicação em que proibia qualquer pessoa de se dirigir até o sítio, sob pena de morte. Passados dois dias, percebeu-se que o sítio, e o que nele podia restar, havia sido incendiado. Pelo que consta no documento da legação russa, os crimes foram praticados por pessoas diferentes. Se os assassinatos e saques foram pelos homens do coronel Fabrício Vieira, diz ter sido o incêndio, pelos filhos de Arthur de Paula e Souza. Cabe ressaltar, que muitos casos como esses devem ter ocorrido no Contestado, envolvendo caboclos, pobres moradores da região e ou pequenos proprietários de origem nacional, mas esses na sua maioria tendem a se tornar invisíveis à história, principalmente pela falta de fontes que possam nos ajudar a dar a necessária visibilidade aos mesmos e desvelar outras nuances desse Movimento Social.

**Palavras-chave:** propriedade; contestado; chacina do Iguaçu; Fabricio Vieira.



## A PRESENÇA INDÍGENA NO CONTESTADO: REVENDO E (CONTRA) ARGUMENTANDO INVISIBILIDADES

Flávio Braune Wiik<sup>1</sup>  
(Universidade Estadual de Londrina – Câmpus Londrina)  
Eloi Giovane Muchalovski<sup>2\*</sup>  
(Universidade Estadual do Centro-Oeste – Câmpus Irati)

**Resumo:** O crescente aumento de trabalhos de pesquisa histórica sobre o Movimento Sertanejo do Contestado tem possibilitado uma ampliação dos campos de observação sobre o Movimento, inserindo temáticas pouco trabalhadas pela historiografia anterior. Nesse contexto, a presença indígena no Território do Contestado é um destes temas que ainda carece de aprofundamento. A presença dos povos Jê Meridionais (Laklãnõ-Xokleng, Ngrokòthi-tõ-prèy-Xokleng e Kaingang) na região data há pelos menos 1500 anos, e sua invisibilidade nos estudos acadêmicos nos fazem pensar outras ressignificações históricas frente às tipologias construídas sobre estes grupos no passado, para além das ações coordenadas de extermínio empreendidas pelos não índios, as quais criaram a ideia hegemônica de vazio demográfico dos indígenas sobreviventes, a qual contribuiu para se negligenciar a existência de populações autóctones nos embates do Contestado. Considerar a interação dos primeiros habitantes não índios com estes povos, e suas trocas socioculturais, não pode ser tomada como deflagradora de um simples processo de “miscigenação” ou “aculturação” que, aliado ao extermínio indígena, o fez desaparecer do território enquanto grupo étnico. Os textos de memorialistas, cronistas e jornais da época, assim como fotografias dos rendidos demonstram a participação de distintas etnias nos redutos, permitindo inferir uma relação entre localização de cidades santas e áreas de aldeamento. Portanto, esta comunicação tem por intento apresentar pontos em que é possível identificar a presença de grupos Xokleng e Kaingang na região do Contestado relacionando-os com localização espacial dos principais redutos, de maneira a apresentar um mapeamento preliminar do estudo em que as sobreposições destes locais possam servir de partida para uma análise mais profunda acerca da participação indígena no Movimento e sua respectiva representação como parte integrante do conflito. A elaboração de um mapeamento, através dos documentos e de material bibliográfico já produzido sobre o Contestado, contribuirá para contemplar as especificidades sobre a presença indígena na região e no Movimento, igualmente inferindo sobre seu protagonismo e agência histórica junto ao mesmo. A metodologia adotada neste estudo foi a de levantamento documental e revisão bibliográfica em relatórios de presidentes de província, os quais mencionam a presença indígena em determinadas áreas do planalto, além de matérias de jornais e obras memorialistas e históricas, em que há referências consistentes para delimitar a sobreposição destes locais com a existência de povoados e cidades santas. Além disso, o uso de campos distintos e complementares de estudo e observação sobre estes aspectos, isto é da História e da Antropologia, nos levaram a pensar um escopo metodológico que não apenas considerasse os documentos como fonte única,

<sup>1</sup> Docente. Doutor em antropologia.

<sup>2</sup> Mestre em história.

\* Autor para correspondência: eloigiovane@gmail.com



mas com concepções que insiram conceitos mais amplos com relação a especificidade do que pode ser considerado como uma população miscigenada, ou seja “caboclos”, representados popularmente como não índios, mas que não espelham as reais dimensões socioculturais e políticas inerentes ao fenômeno da identidade étnica e etnicidade, contrariando a produção deliberada de invisibilidades que camuflam a tanto o impacto quanto a participação dos Jê Meridionais no conflito. A intensificação dos contatos entre representantes da sociedade nacional e as populações autóctones, intensificaram-se com o estabelecimento da Estrada de Tropas em 1728. A abertura do caminho que cortava o território xokleng e kaingang e a fundação de fazendas nos campos de Lages, Curitiba e Guarapuava, bem como a posterior iniciativa da instalação de uma colônia de imigrantes alemães em Rio Negro/PR, em 1829, encurralou ainda mais os indígenas. Alguns relatos encontrados na imprensa nos permitem inferir que muitos desses grupos, que circulavam pela região, tiveram – para além de contatos belicosos e dos coletivos indígenas já contatados e aldeados – contato ativo e amistoso com a população sertaneja. O fato de existirem coletivos indígenas que falavam o português demonstra uma dimensão de interação que nos é revelador no sentido de os entendermos como agentes participativos da dinâmica social da época. Se, por um lado, faziam intensa oposição a ocupação de seu território, por outro, mantinham certo trato com moradores locais. Portanto, dentre vários aspectos e variantes, é passível de consideração que um dos problemas na tematização do índio nas obras sobre o Contestado e sua invisibilização, deve-se a limitações de ordem categórica. A população era descrita, muitas vezes, de modo generalizante por conta de seus traços fenotípicos de mestiçagem. Obviamente, há que se considerar que as falas à época são balizadas pela replicação do discurso da “raça” hierarquicamente branqueador dos tipos humanos e que fora adotado pelos pensadores e intelectuais. Por outro lado, há uma concepção, muitas vezes difícil de se desvencilhar, de que o índio, “para ser índio de verdade”, deve estar isolado do contato com o branco, vivendo apartado e subsistindo inteiramente do que a floresta lhe proporciona, negando a este o status de indígena se uma ou mais representações não constituam parte integrante de seu modo de vida ou atribuições de alteridade. Nega-se aos indígenas a historicidade, mesmo que própria e com características distintas da ocidental. Essa visão, dentre outras distorções, impede a possibilidade de entendermos os povos autóctones diretamente ligados a um passado vivo, presente, que os orienta e os faz constituírem-se enquanto povo tradicional alicerçado na sua própria experiência histórica de contato e trocas com demais contingentes humanos não índios. Com o mapeamento dos territórios indígenas e dos redutos do Contestado é possível concluir que grupos Kaingang estavam presentes na região desde o meio do estado de Santa Catarina até o Oeste, nos Campos de Palmas, Xanxerê e Erê, nas proximidades dos rios do Peixe, das Pedras e das Antas. Já a presença Xokleng era ainda mais próxima dos redutos caboclos, desde o Norte nas margens do Iguaçu, Negro, Timbó e Canoinhas e da vila de Itaiópolis, até o Meio-Oeste, próximo aos rios Jangada e Canoas, bem como mais a leste no vale do Itajaí. Os indícios da localização destes territórios e redutos, e as várias menções encontradas nos documentos, revelam que os grupos rebeldes tiveram sim entre seus integrantes elementos indígenas, e/ou mantiveram em diversos momentos da guerra algum tipo de contato com objetivos comuns de resistência.

**Palavras-chave:** contestado; indígenas; invisibilidade; mapeamento.



## O ESTADO DAS MISSÕES: INSURGÊNCIAS PELA CRIAÇÃO DE UM NOVO ESTADO NO CONTESTADO

Gabriel Goulart Barboza<sup>1\*</sup>

(Universidade Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis)

**Resumo:** Durante quase todo o século XIX e início do século XX os estados de Santa Catarina, São Paulo e posteriormente Paraná, se envolveram numa contenda sobre a demarcação das fronteiras internas e a respectiva jurisdição de cada um, sobre parte do território do Sul do Brasil que ficou conhecido como o Contestado. A disputa teve seu início quando São Paulo deixou de ser responsável pela jurisdição do Sul do país, agravando-se ainda mais com a criação da província do Paraná, em 1853. A partir daí, São Paulo se absteve da disputa, deixando que Santa Catarina e Paraná definissem a questão, que só foi resolvida jurisdicionalmente, em 1916, com a intervenção do governo federal e a assinatura do Acordo de Limites pelos líderes dos dois estados. Contudo, durante a resolução desse conflito, emergiu uma proposta de parte da elite local da região Sudoeste do Paraná, colocando a criação de um novo estado, o Estado das Missões, como a melhor alternativa para resolver a questão. A ideia vai ser concretizada, em 1910, com a fundação da Junta Governativa do Estado das Missões em Porto União da Vitória, como uma resposta da elite local frente às vitórias obtidas por Santa Catarina em sua ação judicial movida no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o estado vizinho. Lideravam o movimento figuras renomadas da região, como os coronéis Amazonas Marcondes, José Júlio Cleto da Silva e Domingo Soares. Temendo alguma reação precipitada, o governo paranaense envidou dois indivíduos para apurar o ocorrido, pedindo para que os líderes locais esperassem o desfecho do processo judicial no STF e garantindo um futuro apoio caso tivessem a causa perdida. Entre esse período até a assinatura do Acordo de Limites, José Julio Cleto da Silva vai assumir a liderança do movimento através da redação do semanário MISSÕES, defendendo a causa paranaense e a também do novo estado. Em contrapartida, a não execução das sentenças ganhas por Santa Catarina no STF e a Guerra do Contestado (1912-1916) farão com que o governo federal pressione ambos estados a assinatura do acordo. Nesse ano, percebendo que o acordo traria grandes perdas de prestígio econômico, político e territorial para as lideranças, Cleto da Silva, que havia se eleito deputado estadual nas últimas eleições, fará uma ferrenha defesa do seu ideal na Assembleia Legislativa do Paraná buscando acarretar a não aprovação do acordo. Sendo infrutíferas as suas tentativas, Cleto da Silva em conjunto com outras figuras influentes da região do Contestado, organizaram um levante armado para o dia 30 de julho de 1917. Embora tivessem conseguido reunir mais de 100 homens, entre paranaenses e indivíduos provindos do Rio Grande do Sul, a mobilização de mais de 2000 homens por parte das polícias e do exército nacional impediu o sucesso dos revoltosos. Era o fim do primeiro levante, mas não o fim do movimento, em 1922 e 1927, ele vai reaparecer, contudo, com outras características, desligando-se um pouco das elites paranaenses e criando um forte vínculo com o movimento tenentista e caudilhos do Rio Grande do Sul. Durante o ano de 1922, o

<sup>1</sup> Discente do mestrado em História. Bolsista CAPES.

\* Autor para correspondência: gabrielgbarboza@hotmail.com



capitão reformado do exército Antonio Bastos Paes Lemes, junto com antigos membros do primeiro levante como Didio Augusto e Modesto Cordeiro, farão um ataque aos quartéis da força pública das cidades de União da Vitória e Porto União. As testemunhas do processo judicial para apuração dos fatos, afirmam que os indivíduos defendiam a independência do território do ex-contestado e falavam sobre uma revolução que se alastraria por todo país, fazendo uma referência ao futuro movimento tenentista. Já em 1927, o coronel Fabrício Vieira, chefiando cerca de 70 homens, fará um ataque de grandes proporções a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, depredando duas estações em território catarinense e se autodenominando as forças revolucionárias que agiam em Santa Catarina e Paraná. Feito o ataque os mesmos fugiram e se internaram na Serra da Esperança, lançando um manifesto pela criação do Estado das Missões. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é entender as diferentes insurgências em defesa da criação do Estado das Missões na região do Contestado, procurando compreender as estratégias dos grupos que saíram em sua defesa, frente ao poder local, estadual e nacional. É possível perceber semelhanças e diferenças entre os levantes, além de entender sua conexão com movimentos de caráter mais amplo que ocorrem no cenário nacional durante a Primeira República. Outro ponto é perceber a relação transnacional entre Brasil e Argentina na região de fronteira como a do Contestado, debatendo a fragilidade daquela zona e as possibilidades que decorriam dessa situação. A metodologia escolhida para cumprir esse objetivo foi a da análise através da micro-história, tendo como principais referências Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Jacques Revel. A ideia é colocar em prática o “paradigma indiciário” debatido por Ginzburg e depois fazer como propõe Giovanni Levi, perguntas gerais para os objetos locais, permitindo reconstruir o contexto em que aqueles indivíduos estavam inseridos. Por fim, as contribuições de Jacques Revel a respeito do jogo de escalas e do termo “estratégia”, nos permitem utilizar esse episódio para perceber sua interação com contextos mais amplos e estabelecer uma relação de ação e reação com esse movimento, percebendo as possibilidades de atuação desses indivíduos. Embora a pesquisa continue em andamento, a análise do primeiro levante permitiu chegar a algumas conclusões sobre como os aspectos locais impactaram na discussão de limites que ocorreu entre as lideranças estaduais do Paraná e Santa Catarina e sobre os pormenores que envolveram a promulgação do Acordo de Limites. Outro ponto importante foi perceber as estratégias utilizadas por coronéis da região para colocar em prática seus objetivos. Já sobre os outros dois levantes, espera-se que eles tornem possível perceber as ligações entre indivíduos influentes no Contestado e o movimento tenentista sendo, portanto, interessante para perceber a atuação do exército na região. Além disso, a presença de uma colona chefiada por Leonel Rocha, aliada a coronéis do Contestado e a líderes dos tenentes em território argentino, pretendem servir de pano de fundo para discutir a relação da fronteira argentino-brasileira.

**Palavras-chave:** contestado; disputa de limites; estado das missões.



## DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA

Diane Daniela Gemelli<sup>1</sup>

(Universidade Estadual do Paraná – Câmpus União da Vitória)

Silas Rafael da Fonseca<sup>2\*</sup>

(Universidade Estadual do Paraná – Câmpus União da Vitória)

**Resumo:** Este trabalho propõe fazer uma abordagem do Contestado enquanto um território contíguo ao Sudeste paranaense e Norte catarinense, deste modo partimos do entendimento que o Acordo de Limites, assinado em outubro de 1916, não separou o Território Contestado. Portanto a dinâmica econômica e social da atualidade é reflexo das ações estabelecidas ao longo do último século expressas na estrutura fundiária, na busca pela homogeneização espacial por meio da monocultura do Pinus e pelos significados e desdobramentos da negação à diversidade com desdobramentos à tessitura territorial e societal, tais como: pobreza, falta de emprego e contraditoriamente o sonho em ter um pedaço de terra. As reflexões que apresentamos neste trabalho são fruto de pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos e que metodologicamente se embasam na realização de trabalhos de campo que buscaram a compreensão da realidade/fenômeno entendida de forma articulada a um conjunto de realidades/fenômenos que se processam na diferenciação, portanto na universalidade-particularidade-singularidade. Nesse contexto também nos valem das fontes orais, por meio das contribuições das entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores e camponeses, e da utilização de fotografias. Os municípios de Calmon, no Contestado catarinense, e General Carneiro, no Contestado paranaense, carregam em suas formações territoriais as marcas de um território tecido por mecanismos de controle social e pela expansão do modo de produção capitalista em que a madeira foi colocada como única alternativa para o desenvolvimento econômico, para tanto foi preciso negar outras práticas produtivas e outras territorialidades como aquelas caracterizadas pelo modo de vida caboclo. Na atualidade estes municípios carregam os piores IDHM – Índices de Desenvolvimento Humano Municipais nas regiões em que estão inseridos (Calmon – 0,622 e General Carneiro – 0,652), soma-se a isso a estrutura concentrada da terra. Em Calmon, apenas quatro estabelecimentos abocanham 20% da área agropecuária do município, enquanto, 204 estabelecimentos, com até 50 hectares, ocupam 22% do território. Destes estabelecimentos, é importante mencionar que pelo menos parte, deve representar área dos assentamentos de reforma agrária, Putinga (4.339 hectares) e Jangada (2.226 hectares), instalados no município em 1987, e que de acordo com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, possuem respectivamente, 167 e 77 famílias assentadas. Em General Carneiro, os dados de imóveis e área de terras declaradas também indicam a concentração fundiária. No município, 12,88% das terras declaradas são ocupadas por 710 imóveis com área de até 50 hectares, isso significa que se todos tivessem a mesma área cada imóvel teria 20,8 hectares, muito distante dos 2.154 hectares de área média dos 24 imóveis com área superior a 1.000

<sup>1</sup> Docente. Doutora em geografia.

<sup>2</sup> Docente. Doutor em geografia.

\* Autor para correspondência: silasfonseca2@gmail.com



hectares, porém, destes, 1 imóvel possui área de 7.789 hectares e outro registra 9.519 hectares de área declarada. No município de General Carneiro existem três assentamentos de reforma agrária, sendo: Rio Catequese, Colina Verde e Recanto Bonito onde vivem 149 famílias, além de um acampamento de luta pela terra chamado Vitória do Contestado que se formou numa área improdutiva e com uma série de pendências trabalhistas que hoje abriga pelo menos 40 famílias. A presença do monocultivo do Pinus também é outra marca do território destes municípios, aliás 30% das áreas de Pinus no Brasil se encontram no Contestado, em Calmon e General Carneiro de acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006),  $\frac{1}{4}$  da área destes municípios é ocupada pela monocultura de florestas artificiais, com destaque para o plantio de Pinus. Esses dados têm um significado geográfico para além da área ocupada e da quantidade produzida de Pinus. Representam o conteúdo territorial de um processo socioeconômico centrado na monocultura, enquanto forma de desenvolvimento, apropriação das terras e negação da diversidade. Busca-se, um campo homogêneo de formas de produção e de uma natureza artificializada, produzida mercadologicamente para atender aos interesses do sistema sociometabólico do capital, ou seja, denota a implantação de uma racionalidade econômica carregada de contradições, interesses e conflitos que significa, em essência, o aprofundamento das desigualdades, num território já marcado pela lógica espoliatória de acumulação. Diante desse cenário e para além dos números de produção, preocupamos-nos com o significado concreto do Pinus no Contestado. Assim, por dentro da dinâmica territorial do capital e do trabalho é importante desvelar as marcas da monocultura do Pinus, no que concerne à constituição do campo caracterizado pela concentração fundiária, tomado por médias e grandes empresas que se denominam “reflorestadoras”, que geram poucos empregos e, em geral, apenas para homens. Em municípios do Contestado, tomados pelo Pinus, como Calmon e General Carneiro, as mulheres trabalhadoras não têm emprego, de modo que o que resta a elas é o trabalho precário e sazonal, principalmente na colheita da batata-inglesa e da maçã. Nesse contexto procuramos trazer os significados e desdobramentos de tal realidade para as populações de Calmon e General Carneiro, tais como: as apreensões dos entrevistados a respeito da monocultura de Pinus, os desdobramentos em torno da dinâmica territorial do trabalho e no que se refere as condições de vida da população. Por fim, concluímos que diante da negação à diversidade imposta pela concentração fundiária, pelas monoculturas e por uma opção político-econômica de desenvolvimento do capitalismo, contraditoriamente, os trabalhadores e camponeses continuam com o desejo em ter um pedaço de terra, isso se revela nas territorialidades que marcam os trabalhadores mesmo quando vivem situações de desterritorialização, passando a residir no espaço urbano, ou para aqueles camponeses que se encontram nas trincheiras de luta em busca da conquista da terra, caso dos acampados em General Carneiro. Calmon e General Carneiro são a expressão do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. Ao terem como base da organização econômica e social a madeira mercadificada identificam-se os interesses acumulativos dos industriais madeireiros, dos coronéis e latifundiários locais, em contrapartida, permanece a rebeldia, a (re)existência, a coragem e a solidariedade de homens e mulheres que acreditam na construção de outra sociedade possível, em que a terra possibilite a realização/continuidade do modo de vida, do trabalho, da cultura e da existência enquanto sujeitos sociais e políticos.

**Palavras-chave:** contestado; monocultivo de Pinus; trabalho; luta pela terra.





## A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)

Michel Felipe Moraes Mesalira<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis)

**Resumo:** Pouco útil para nós, historiadores e historiadoras, a representação do gênio e ardente patriota em personagens como o barão do Rio Branco diz mais sobre a necessidade de construção de entidades nacionais do que propriamente explicar fenômenos históricos. A conquista do território de fronteira de Palmas no final do século XIX pode ser interpretada como uma mobilização de recursos para a construção do Estado-Nacional. Frente a uma sociedade pouco homogênea, o Brasil se erigia como espaço. Países vizinhos viam um Brasil imperialista na América do Sul. Vivia-se na eminência de ganhar fundos de fronteira. No artigo que segue o presente resumo, o leitor encontrará fartamente nomes de cartógrafos, geógrafos, militares, presidentes, bibliotecários, tratados e rios. Seguindo a palmilha do barão do Rio Branco através do arquivo do Ministério das Relações Exteriores conservado no Itamaraty, observamos não somente a mobilização de recursos humanos, como também uma política do espaço e o atinar cartográfico que produziu um Brasil próximo ao que conhecemos hoje. Chegando a quase desistir da Missão Especial montada nos anos 1890, o barão deu mostras que a correlação de forças na disputa pela fronteira se sobrepuja a qualquer vontade ou expertise. Antes da chegada de Rio Branco à Missão Especial no outono de 1893, o livreiro e antiquário Karl W. Hiersemann, em Leipzig, remeteu no dia 10 de Abril de 1893 uma relação com 74 mapas, além de livros e manuscritos. O Ministro do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça, teria mostrado a “Collecção Ischudi”, catálogo nº 119, deste livreiro para os senhores Aguiar de Andrada e general Cerqueira, que a partir de suas escolhas, encarregar-se-ia da compra. Ao todo, foram fotografados onze mapas sob ordem do Plenipotenciário Aguiar de Andrada, falecido em 25 de janeiro de 1883, e depois no período interino coberto pelo general Cerqueira. Na lista de desejos constava os dois primeiros mapas organizados pelos jesuítas do Paraguay, ainda no século XVII, um gravado em Amsterdam por Gerard Coeck e outro em Roma por Petroschi; uma edição alemã do mapa gravado por Petroschi, feita por Matheus Seutter em Augsburg; o mapa “America Meridional” de Olmedilla de 1775; e o “Nuevo Mapa de las Provincias que forman la Confederacion Argentina” de 1863. Estes cinco mapas fizeram parte da exposição brasileira de 1894 em Washington. Os demais seis não foram utilizados por Rio Branco. Houve, no período de aproximadamente dois anos (1893-1894), constantes alterações nas escolhas e decisões da cartografia. Anos mais tarde, o barão teria dito: “A coleção de mappas adqueridos em Leipzig nada tinha (...) de preciosa”. Tal indiferença se deve em alguma medida pelo que ele chamou de “pouca fidelidade” dos jornais do Rio Janeiro, referindo-se ao artigo publicado na capital pela Gazeta de Noticias. O artigo desbancava a influência do barão na questão de Palmas e deflagrava a monumentalidade do “Mappa das Côrtes”, encontrado em Paris pelo general Cerqueira. A revolta do barão se dava pelo fato do general Cerqueira ser genro de Domingos Olympio, um dos editores do referido jornal e secretário da Missão Especial em Washington, que, além do

<sup>1</sup> Pedagogo. Discente do curso de história. Bolsista de iniciação científica/CNPq.

\* Autor para correspondência: michel.mesalira.ufsc@gmail.com



artigo póstumo à arbitragem, publicou “papeis reservados e confidenciais” do barão entre Maio e Agosto de 1893. Para além das desavenças políticas, Rio Branco compreendeu que o Mapa das Côrtes não dava ganho de causa para o Brasil, e que a estratégia de persuadir o árbitro, Grover Cleveland, “querendo fazer de dois rios visivelmente distintos um só rio verdadeiro” – neste caso o Pepiry Guaçû –, incorria em grave erro. Para o general Cerqueira, os demarcadores espanhóis causaram dúvidas sobre o rio Pepiry Guaçû, ora chamando-o “Pepiry”, “Pequiry-guassú” e até de “Pepiry-mirim”. Dedicados dois tomos dos seis que compunham a exposição brasileira, a cartografia evidenciou-se enquanto instrumento de negociação política. Os mapas buscaram refletir com precisão as descrições de diários de campo, como os que foram produzidos pelas três seções da Missão Mista de Limites entre os anos 1887- 1888, responsáveis por lançarem os olhares mais atentos, ao modo de viajantes e naturalistas dos séculos passados e coevos, deixando-se guiar pelos saberes e pela memória de moradores locais conhecedores da geografia física da região. Resultado do trabalho bruto e coletivo destes homens, os diários carregaram muita da poeira encontrada para os gabinetes que traçariam a cartografia da área contestada entre Brasil e Argentina. Entretanto, a cartografia não é um espelhamento do mundo, mesmo porque coloca-se o desafio técnico de planificar uma superfície curva e os problemas sobretudo com as linhas longitudinais. Um outro fator importante sempre foi a escala necessária para projetar o espaço representado, corroborando para uma simplificação da realidade. Os trabalhos exploratórios das três seções da Missão Especial de Limites foram insuficientes para a deliberação de um acordo mútuo entre Brasil e Argentina, o que explica a necessidade do Tratado de Arbitramento de 7 de Setembro de 1889. Num contexto cuja diplomacia entre os dois países alcançava no final do século XIX predicados como de “paz armada” e “instabilidade conjuntural”, os Plenipotenciários barão de Aguiar de Andrada e seu sucedâneo, barão do Rio Branco, assumiram a responsabilidade de juntar mapas e documentos para a defesa da fronteira do país.

**Palavras-chave:** barão do Rio Branco; fundos de fronteira; política do espaço; cartografia.



## **COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO (1919-1982)**

Fernando Henrique de Almeida<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal do Paraná – Câmpus Curitiba)

**Resumo:** Tratando o fromar-se da classe trabalhadora na região do planalto norte catarinense como possuidora de fortes características das rupturas e continuidades ocasionadas pelo conflito do Contestado, este trabalho tem como finalidade discorrer sobre algumas hipóteses do meu projeto de pesquisa, aprovado para o programa de pós-graduação em História da UFPR, intitulado: “ENTRE SERRAGENS, CHUTEIRAS E BAILES: COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO NA FÁBRICA DA “MÓVEIS CIMO”. RIO NEGRINHO – SANTA CATARINA (1919 – 1982)”. Localizada no centro da região do planalto norte, sendo fronteira com o com o conflito do contestado, Rio Negrinho e sua história política e oficial se confundem com a de todas as cidades do planalto; mas não só, se confundem com suas principais atividades produtivas da região: a extração ervateira; a agricultura camponesa; o corte de árvores e o beneficiamento da madeira da floresta de araucárias. Estas últimas, ainda hoje, permanecem como sendo uma das mais importantes fontes de recursos econômicos da cidade. Sua classe trabalhadora, em grande medida, foi formada por dois grupos fundamentais – camponeses brasileiros naturais da região do Paraná (atendidos por caboclos ou sertanejos) e imigrantes europeus, do continente e do leste. Os primeiros se estabelecendo na região para servir de mão-de-obra na construção das estradas de ferro da “Dona Francisca” e “São Paulo - Rio Grande” e em busca de terras de fronteira livre, e os segundos sujeitos empobrecidos e expulsos de suas terras pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa durante o século XIX, incentivados pelos estados brasileiros a ocupar um território fronteiriço. A fábrica da “móveis CIMO” (Companhia Industrial de Móveis), surge no início do século XX – com o nome de “Ehrl e Cia.” e teve ao longo da história vários nomes. Iniciou-se produzindo caixotes em madeira para empacotar frutas, e a partir da década de cinquenta, com produção moveleira já se destacava pelo tamanho de sua planta industrial, o número de empregados e enriquecimento estrondoso (sendo considerada por muito tempo como a maior fábrica de móveis da América Latina). Em paralelo a este crescimento industrial, podemos notar a elevação do distrito de Rio Negrinho à categoria de cidade e seu inchaço populacional no entorno da sua principal fonte empregatícia, se constituindo, assim, como uma comunidade tipicamente operária. Em suma, todos estes elementos – o estabelecimento de várias culturas e relações com o mundo; a constituição de uma enorme planta industrial; a relação com a floresta de araucárias e suas riquezas naturais - contribuíram para a singularidade de sua formação populacional e principalmente da classe trabalhadora da cidade. Sendo a apreensão de algumas destas manifestações o objetivo central de nosso projeto de pesquisa de mestrado.

<sup>1</sup> Discente do mestrado em história, bolsista CAPES.

\* Autor para correspondência: fernandohistufpr@gmail.com



Partimos do recorte proposto pelo fato de que a partir da segunda década do século XX ocorreram as primeiras empreitadas industriais na região, de caráter ainda artesanal e de administração familiar, elementos que se estenderam até o início da década de oitenta, momento que marca a inserção do capital nacionalizado, desembocando na venda da “Móveis CIMO” para burguesia paulista, em 1982. O fato de existir uma média duração de administração familiar para a CIMO é de grande valia para a continuação do raciocínio teórico, pois é a partir das relações de poder, existentes entre patrão citadino e trabalhador que as principais práticas são reproduzidas. O viés historiográfico no qual ancoramos se associa com a perspectiva da “história do mundo do trabalho”, principalmente das pesquisas dos intelectuais próximos à revista *new left* inglesa, que compreendem a formação do capitalismo no mundo a partir das visões de mundo dos subalternos e dos trabalhadores, ou seja, das experiências vindas dos “de baixo”. Apesar de divergentes em várias noções, para este grupo de autores o que durante um bom tempo o que se estudou como a “História da Classe trabalhadora” se reduzia às vanguardas políticas desta, juntamente com os movimentos partidários ou organizativos que construíram, se apresentando sob a uma noção evolucionista e teleológica de história. Durante a década sessenta nos principais centros de estudos ocidentais, e da setenta no Brasil, no campo historiográfico houve certa ampliação das problemáticas e objetos envolvendo a classe trabalhadora sob a tradição marxista (como cultura; cotidiano; lazer e sociabilidades fabris) antes entendidos como “fenômenos secundários”, “ilusões ideológicas” ou mesmo irrelevantes para a pesquisa acadêmica começam a ser discutidas, e muitas vezes recém-observadas pelos pesquisadores. Para tal empreitada, utilizar-se-á de três principais fontes documentais, qualitativas em sua totalidade: oral, através de entrevistas com ex-trabalhadores da CIMO; sindical (com o acervo disponibilizado no Sindicato dos trabalhadores da construção civil e do mobiliário de Rio Negrinho – SITICOM) e de produção dos próprios trabalhadores fabris, trazendo a tona às cenas praticadas pelos operários, seus universos lúdicos de representações e regulações próprias do proletariado catarinense, concentrado no museu “Carlos Lampe”, na cidade de Rio Negrinho. Embora particulares em tal seleção, acreditamos que as propostas metodológicas apresentadas e os enredos constituídos, podem auxiliar na escrita da história da classe trabalhadora em outras cidades da região, assim como para o espaço contestado pelo Paraná e Santa Catarina. Sendo assim, queremos propor diálogos interdisciplinares e elencar uma série de características gerais que podem servir como chaves explicativas para o formar-se do proletariado e dos subalternos para o planalto norte catarinense e região contestada. Não se trata, pois, de querer impor mecanicamente um modelo de explicação para a totalidade da região, mas conversar sobre as fronteiras, limites e potencialidades (tanto teóricas, quanto documentais) de tal perspectiva, que visa apreender as expressões da população comum e da classe operária.

**Palavras-chave:** mundos do trabalho; classe trabalhadora; relações de poder.



## MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS

Márcia Janete Espig<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal de Pelotas – Câmpus Pelotas)  
Gerson Witte<sup>2</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Chapecó)

**Resumo:** No transcorrer da Guerra do Contestado (1912/1916), várias foram as batalhas que marcaram as diferentes fases do conflito. Muitas delas receberam algum destaque da historiografia, tais como o Combate do Irani (22/10/1912), o ataque às estações Calmon e São João, da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (set. de 1914), o cerco e ataque a Curitibaanos (final de set. de 1914), dentre outros. Porém as pesquisas históricas pouco trataram de um episódio ocorrido na vila de Rio das Antas, colônia alemã estabelecida na margem esquerda do Rio do Peixe. Encravada na região contestada entre Paraná e Santa Catarina, Rio das Antas teve sua fundação ligada à construção da linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), empresa subsidiária de uma grande corporação sediada na América do Norte, a *Brazil Railway Company* (BRC). A construção da linha Sul da EFSPRG percorreu a região Contestada, margeando o Rio do Peixe. O Rio do Peixe assinalava a divisão entre o território disputado pelo Paraná e por Santa Catarina, ficando à leste ou à esquerda as terras consideradas como catarinenses, e à oeste ou à direita, as terras pretendidas pelo Paraná. Tendo completado a construção da EFSPRG em 17 de dezembro de 1910, no ano seguinte a BRC passou a se dedicar a formação de núcleos coloniais, devido a uma determinação trazida por decreto de junho de 1907. Nesse contexto, foram criados núcleos coloniais nas regiões marginais da ferrovia, em locais como Rio das Antas, Herval, Rio Capinzal, Rio do Peixe e Rio Uruguay, todos na margem esquerda do Rio do Peixe. As terras pertencentes à BRC em Rio das Antas foram repartidas em 280 lotes, a serem vendidos principalmente para a colonização. Supõe-se que a colônia tenha sido, nesta primeira fase, majoritariamente formada por descendentes de alemães. Este processo iniciou-se aproximadamente a partir de 1911. No período entre agosto e setembro de 1914 os rebeldes do Contestado incendiaram a região, alcançando seu máximo de expansão territorial. Após o ataque rebelde às estações de São João e Calmon, tropas do Exército passaram a guarnecer algumas estações da EFSPRG, inclusive a estação Rio das Antas. Não obstante, em novembro de 1914 houve um ataque à vila. Chefiado pelo rebelde Francisco Alonso, foi registrado pela historiografia, porém pouco estudado até agora. Quando do ataque a Rio das Antas, houve baixas em ambos os lados. Ocorreu nessa ocasião a morte de Chiquinho Alonso, que teve como uma de suas consequências a ascensão de Adeodato ao posto de comandante geral. Esse episódio motivou também a fuga da maior parte dos colonos originais. Com isso, as memórias sobre o conflito se pulverizaram. Contudo, através de conversas com famílias da outrora vila, hoje cidade, foi possível localizar um descendente de colonos que guarda muitas recordações. O senhor Romeu Hugo Rau, em entrevista, contou memórias

<sup>1</sup> Docente. Doutora em história.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em educação.

\* Autor para correspondência: marcia.espig@terra.com.br



transmitidas por seu bisavô e por seu avô às gerações posteriores, descrevendo o combate realizado na localidade. Auxiliando na pesquisa, apresentou um lugar em que os moradores teriam sido saqueados por Chiquinho Alonso em sua passagem, o local de um comércio onde ocorreu o tiroteio e um possível contexto para a reação dos moradores. Além destes dados, indicou nomes de famílias que participaram do combate, a morte de uma menina, o fim dado aos restos mortais dos rebeldes e o abandono da colônia Rio das Antas pela maior parte de seus moradores. Ele expôs não apenas o local em que se desenvolveu o combate, mas também pontuou a existência de trincheiras, construídas na ocasião para a defesa da Vila. Em um local identificado existe uma depressão no solo com aproximadamente oito metros de comprimento por um metro de largura e meio metro de profundidade. O local desta trincheira se encontra em um pequeno platô de um terreno de grande inclinação, a 250 metros do local do monumento do Contestado, local do combate. É ainda possível visualizar onde o solo retirado da vala teria sido utilizado para criar apoio para dois fuzis que os colonos teriam trazido da Alemanha. O entrevistado citou a utilização de arame farpado na proteção e a morte de um sertanejo ocorrido em seu interior. Destacou ainda a participação de seu avô, então com nove anos, que foi encarregado de avisar sobre o confronto às forças militares que guardavam a estação ferroviária. A memória, conforme Pollak (1992) possui características de espontaneidade e de seletividade. As memórias traumáticas, em especial, são trabalhadas no intuito de guardar o que o inconsciente e o consciente têm condições de reter, visto serem muito dolorosas. Além disso, devemos levar em conta a característica desse entrevistado em específico, que nos apresenta recordações passadas de geração a geração e que busca, mesmo que de forma inconsciente, transmitir algumas noções positivadas da colônia alemã de outrora. Metodologicamente, seguimos as considerações de Thompson (1992) ao pensar a entrevista e a abordagem do entrevistado. Lançamos mão ainda dos importantes trabalhos de Alberti (2004) e Ferreira (1996) a fim de melhor embasar nossos procedimentos e práticas. Outro vetor teórico metodológico fundamental para pensar esse estudo é a micro história, a qual preocupa-se em estudar os fenômenos sociais através de um recorte que proporcione a variação da escala de análise. Ginzburg (2007), Levi (1992) e Revel (1998) nos apontam que a escolha de uma escala de observação microscópica pode modificar a trama e a forma de um fenômeno. Traria, de acordo com Ginzburg, a possibilidade de transformar em pesquisa relevante algo que, para outros estudiosos, restringe-se a uma mera nota de rodapé. Assim vem sendo tratado o combate de Rio das Antas, que aqui passa a ser investigado sob o foco de uma objetiva, diminuindo seu tamanho e aprofundando o conhecimento sobre o mesmo. Este trabalho apresenta uma das descobertas proporcionadas pela entrevista realizada com o senhor Romeu Hugo Rau, para demonstrar vestígios físicos. A memória sobre os acontecimentos ainda persiste na localidade, merecendo um olhar mais aprofundado sobre os episódios históricos e complexas relações econômicas e sociais que levaram ao confronto violento e à morte de colonos e sertanejos rebeldes.

**Palavras-chave:** guerra do contestado; memória; combate de Rio das Antas.



## A REGIÃO DO CONTESTADO NA CONTEMPORANEIDADE: PERPETUAÇÃO DO DOMÍNIO FUNDIÁRIO

Alexandre Assis Tomporoski<sup>1\*</sup>  
(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)  
Pablo Bonifácio Cordeiro de Lima<sup>2</sup>  
(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)

**Resumo:** A região do Contestado na contemporaneidade: perpetuação do domínio fundiário. O movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) desenvolveu-se a partir de um intrincado conjunto de elementos, alguns dos quais atuaram de forma integrada. Todavia, a luta pela terra – em diferentes sentidos – constituía a base de mobilização dos sertanejos. Após o cerco impingido aos rebeldes pela estratégia do general Setembrino de Carvalho, o movimento chegou ao fim em 1916. No entanto, a Lumber Company, diretamente envolvida na elevação da tensão social que precedeu a deflagração do movimento sertanejo, permaneceu instalada naquele território, desenvolvendo suas atividades predatórias pelas décadas subseqüentes. Posteriormente à retomada do controle pelas forças legais, a empresa voltou a obter elevados lucros com a extração e comercialização da madeira e erva-mate. Tal conjuntura perdurou até sua estatização, no ano de 1940, via decreto assinado por Getúlio Vargas. Contudo, os métodos utilizados para manter a próspera ‘colheita do dólar’ não se restringiram ao período compreendido entre o término do conflito e o encerramento das atividades operacionais da Lumber Company. Na contemporaneidade, observa-se, na região do Contestado, a continuidade de um modelo econômico baseado no extrativismo, do qual advém problemas de ordem social, econômica e ambiental, impondo severas restrições àquele território. Na região do Contestado, inclusive, a partir do final dos anos 1960, em substituição à araucária, deu-se o fenômeno da introdução de novas espécies de vegetação – árvores exóticas, como o *Pinus illiottii* – e desde então tais árvores têm sido destinadas como fonte primária de matéria-prima às indústrias de celulose, papel e móveis. O interesse comercial decorreu, principalmente, do período reduzido entre a plantação e o corte do pinus, comparativamente a outras espécies nativas de árvores. A introdução do pinus favoreceu a continuidade do processo de extrativismo de produção e, além disso, a utilização desta espécie exótica ocasionou outras perturbações ao processo de desenvolvimento sustentável da região do Contestado. A disseminação dos reflorestamentos, privilegiando esta monocultura, reduz as áreas que poderiam ser utilizadas para diversificação produtiva, além de avançar sobre os remanescentes da Floresta Ombrófila Mista. Cabe destacar, também, que sobreveio a intensificação da exploração comercial da erva-mate, pelas médias e grandes ervateiras que dominam o setor, restringindo o acesso, conforme já mencionado, a elemento historicamente fundamental para subsistência de segmentos mais fragilizados da sociedade. Esse domínio desestimula a busca, por exemplo, pela agregação de valor à erva-mate, matéria-prima de altíssima qualidade produzida na região. Ressalta-se as dificuldades para superação do modelo econômico vigente, amparado em produtos primários, os quais não necessitam de

<sup>1</sup> Docente do mestrado em desenvolvimento regional. Doutor em história.

<sup>2</sup> Discente.

\* Autor para correspondência: alexandre@unc.br



beneficiamento, reduzindo o valor agregado e desestimulando o crescimento econômico. Uma consequência diretamente observável, decorrente da continuidade desse modelo, virtualmente esgotado, consiste na proliferação de problemas sociais que afligem a região do Contestado, o qual, embora integre um dos estados mais desenvolvidos da federação, destaca-se pelos índices inquietantes de desigualdade social. Conquanto o crescimento econômico e a expansão dos programas sociais tenham permitido, em um passado recente, amenizar desigualdades históricas da sociedade brasileira, os municípios que integram a região do Contestado apresentam, hodiernamente, alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do Estado de Santa Catarina (IBGE, 2010), de acordo com sua classificação no IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), compondo um bolsão de pobreza e exclusão. É preciso salientar que países ou territórios caracterizados pela vigência de uma matriz produtiva baseada no extrativismo, apresentam carências no setor exportador, impossibilitando a obtenção de excedentes em divisas, visando a execução de investimentos em infraestrutura e nos setores básicos da sociedade. Na região do Contestado, manifestam-se essas carências. Suas exportações resultam de produtos primários provenientes da agricultura e das atividades das indústrias extrativistas, mormente a silvicultura direcionada à produção de celulose. Todavia, nesses setores – vinculados à produção de commodities – os preços são controlados pelos países dominantes ou por grandes corporações. Por conseguinte, dada a necessidade de exploração maciça dos recursos naturais, eleva-se a concentração fundiária e se produz acentuado impacto ambiental, especialmente a degradação do solo e dos mananciais, gerando, em contrapartida, retorno econômico desproporcional à sociedade do entorno. Dentre as consequências deste modelo extrativista, sobrevém um incisivo processo de concentração da propriedade da terra. Sejam os grandes proprietários rurais, sejam as ingentes empresas multinacionais, ambos procuraram expandir seu domínio fundiário, para fins de ampliação da cultura de grãos (especialmente a soja) e da silvicultura. Neste ínterim, cabe indagar: é plausível afirmar que na região do Contestado permanece o domínio fundiário, que outrora, desde o século XIX, motivara, em parte, o surgimento de um movimento social cujos desdobramentos culminaram com a deflagração da Guerra do Contestado? Com o intuito de responder a esta questão, torna-se necessário prospectar informações acerca da estrutura fundiária daquela região.

**Palavras-chave:** contestado; extrativismo; concentração fundiária.





## A TRAJETÓRIA DO VAQUEANO PEDRO RUIVO COM BASE NAS FONTES JORNALÍSTICAS

Diego Gudas<sup>1\*</sup>

(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)

Alexandre Assis Tomporoski<sup>2</sup>

(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)

**Resumo:** O tema Guerra do Contestado vem sendo abordado por autores de diferentes formações e em períodos com distintas características, os quais variam desde um interesse inicial por parte dos militares que participaram do conflito, seguidos de um momento de silenciamento, para uma retomada por parte da comunidade científica e diletantes. Os primeiros a escrever sobre o assunto foram os chamados “historiadores de farda”, os quais, a partir da elaboração do Relatório pelo General Setembrino de Carvalho sobre sua Campanha no Contestado, iniciam a publicação de suas memórias: Demerval Peixoto (1916), Herculano d’Assumpção (1917), João Pinto Soares (1920, 1931, s/d), Ezequiel Antunes (1918), Alves Cerqueira (1936). As memórias escritas pelos militares possuem importância fundamental, haja vista as experiências no *front* vividas pelos seus escritores. Nos anos 50 e 60 são realizados e publicados os importantes estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, 1957; Maurício Vinhas de Queiroz, 1966. Duglas Teixeira Monteiro, em 1974, também traz importante contribuição, transformando sua obra em leitura obrigatória para o estudioso do movimento. Outras obras também foram esparsamente elaboradas nas décadas seguintes, mas é a partir dos anos 2000, especialmente influenciado pela Tese de Doutorado do Professor Paulo Pinheiro Machado, que um número expressivo de pesquisas passaram a ser realizadas. Desde então, diversos estudiosos passaram a se debruçar sobre o tema com distintos enfoques, os quais vão desde a investigação histórica até mesmo a arqueológica. Em meio às pesquisas, várias lacunas vão sendo preenchidas, ao mesmo tempo em que outras vão surgindo, possibilitando que o “quebra-cabeças” do Movimento seja enriquecido e ensejando a realização de investigações com recorte cada vez menor. De um modo geral, os estudos iniciam trazendo informações a respeito do território onde se deu o Movimento, da formação da população cabocla, das causas geradoras do conflito, para, em seguida, especificar o seu objeto. Nesse contexto, a atuação dos “vaqueanos” junto às forças de repressão tem sido objeto de estudos recentes, o que tem permitido angariar um maior detalhamento desses personagens na guerra e, conseqüentemente, abrir novas oportunidades de pesquisa. Em meio à atuação dos diversos piquetes de civis, como também eram denominados, alguns personagens se destacaram, como é o caso de “Pedro Ruivo” (Pedro Leão de Carvalho), o qual é mencionado em grande parte das obras que investigaram o Contestado. De acordo com a literatura, Pedro Ruivo, e seu piquete de vaqueanos, teria atuado junto ao Exército Brasileiro, especialmente na Coluna Norte, sediada em Canoinhas. Além do auxílio ao Governo nos combates aos sertanejos, a esse personagem também se imputa a prática de variados crimes em meio à Guerra como roubos, homicídios, estupros,

<sup>1</sup> Discente do mestrado em desenvolvimento regional.

<sup>2</sup> Docente do mestrado em desenvolvimento regional.

\* Autor para correspondência: diegogudas.estudo@gmail.com



incêndios, o que teria resultado em seu enriquecimento e em sua vida de luxo como fazendeiro, no município da Lapa, após o final do conflito. Com base nesse panorama, acompanhando uma tendência investigativa, o trabalho traz como objetivo a análise da trajetória do vaqueano Pedro Ruivo com base nas fontes jornalísticas. Utilizando-se da base de dados fornecida pela “Hemeroteca Digital Brasileira”, buscou-se referências jornalísticas ao nome “Pedro Ruivo” e “Pedro Leão de Carvalho”. Os resultados encontrados passaram por análise com base nas técnicas interpretativas de fontes desse gênero, objetivando esboçar a trajetória desse personagem. A pesquisa possibilitou o diálogo entre fontes bibliográficas, documentais e jornalísticas, enriquecendo o arcabouço historiográfico existente sobre a temática, mormente no tocante à trajetória do citado vaqueano. Os resultados alcançados farão parte de uma investigação mais ampla que se encontra em andamento relativamente ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade do Contestado, a qual visa investigar a atuação dos vaqueanos que lutaram junto à Coluna Norte (Canoinhas) durante o Contestado, especialmente, a que diz respeito a ação de Pedro Ruivo. A análise das fontes jornalísticas permitiu o aprofundamento da literatura acerca da temática, bem como auxiliou na compreensão das informações contidas no processo judicial ao qual respondeu o citado vaqueano na comarca de Canoinhas em 1915, que teve como objeto a prática de crimes de diferentes espécies (assassinatos, roubos, estupros, incêndios). O referido processo encontra-se em fase de transcrição e suas informações serão cotejadas com as demais fontes em busca de acrescer um maior detalhamento acerca dos “vaqueanos” à literatura sobre o Movimento do Contestado.

**Palavras-chave:** movimento do contestado; fontes jornalísticas; vaqueanos; Pedro Ruivo.



## NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR

João Felipe Alves de Moraes<sup>1\*</sup>

(Universidade do Estado de Santa Catarina – Câmpus de Florianópolis)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo avaliar um processo criminal sobre uma experiência social ocorrida em Campos Novos no ano de 1909. Trata-se do Processo Crime de José Antonio de Oliveira depositado no arquivo da Casa da Cultura de Campos Novos. O episódio ficou conhecido como assalto ao trem pagador e ganhou notoriedade por meio de notícias de jornais e um filme recente como o mesmo título. Por meio da análise do processo será possível identificar personagens com vínculos direto ao movimento do Contestado e acompanhar trajetórias, alianças políticas e conflitos que antecederam a rebelião sertaneja. O referencial teórico-metodológico utilizado será fundamentado nas recentes discussões sobre micro-história e história pública. Em 24 de outubro de 1909, o funcionário responsável pelo pagamento dos trabalhadores da Companhia, Henrique Baroni, foi surpreendido enquanto se dirigia para a quarta residência da ferrovia, no quilometro 157. Os homens levaram todo o dinheiro existente nas canastras do pagador. O crime foi realizado por um grupo de mais de vinte homens chefiados por José Antonio de Oliveira, vulgo Zeca Vacariano, que era turmeiro da própria companhia. A organização da construção da ferrovia era feita em etapas, a EFSPRS contratava um empreiteiro para gerenciar parte do trabalho, o qual reunia homens de sua confiança, denominados de turmeiros, que com tarefas delimitadas, contratavam os trabalhadores para a sua execução. Essas turmas de trabalhadores eram formadas em grande maioria por próprios moradores da região. Vacariano requeria da Companhia um pagamento pelo serviço de sua turma, pagamento este, que não aconteceu, dando sequência ao crime. No processo criminal, Zeca Vacariano alega que o assalto foi feito para honrar o compromisso de pagar os homens que estavam sob sua responsabilidade. O fruto desse acontecimento foi o roubo de 358 contos de réis pertencentes a companhia ferroviária e o assassinato de dois defensores do pagador. Um caso como o do assalto ao trem pagador permite ao historiador se indagar sobre a dinâmica social construída na região, a qual deu base para que aquele sertanejo organizasse um grande grupo de camaradas para realizar um crime. Por meio do processo criminal montado para julgar o assalto ao trem pagador é possível apreender as motivações, estratégias e táticas dos sujeitos, bem como as dinâmicas sociais e políticas da época. Em especial a forma de organização e exploração do trabalho em uma empresa de dimensão transnacional como a Companhia. Em termos metodológicos, esse trabalho se ampara nas abordagens propostas pela micro-história e pela história pública. No primeiro caso, porque busca compreender seu objeto de estudo como fruto de um conjunto de relações móveis, forjadas nas experiências coletivas dos sujeitos. No que tange à história pública, por firmar-se em uma narrativa voltada para público não exclusivamente acadêmico. A análise proposta por Machado, no livro Lideranças do Contestado, ao abordar o assalto ao trem pagador, teve como objetivo corroborar com a tese

<sup>1</sup> Discente do curso de história. Estagiário da divisão de documentação e memória do judiciário no tribunal de justiça de Santa Catarina.

\* Autor para correspondência: joaofelipemoraes@gmail.com



de que na região já havia uma cultura da violência, vinda de uma tradição rebelde. De fato, pode ser vislumbrado no relato de Baroni, pagador da ferrovia, essa tradição de violência. Quando inquerido pelo promotor, afirmou que Vacariano era rodeado de homens, que no período da Revolução Federalista cometeram diversos crimes e depredações. É visível a ligação através do discurso de que essas pessoas eram perigosas, distanciando do debate de uma motivação financeira por falta de pagamento. As relações de trabalho empregadas na construção da ferrovia são parte importante para compreender a dinâmica social do universo sertanejo do período. Essa dinâmica de trabalho colaborava com a conjuntura das relações sociais desenvolvidas na região, algumas testemunhas do processo dão indícios de um forte companheirismo de Zeca Vacariano com lideranças coronelísticas locais, tais como Henrique Rupp, Fabrício Vieira e Maximino de Moraes. Os vínculos entre Vacariano com os coronéis aparecem de forma direta nos depoimentos incluídos no processo criminal, o que permite corroborar, por meio de fontes documentais, hipóteses levantadas por pesquisadores recentes, tal como se verifica por meio do depoimento das testemunhas. As alegações de uma possível relação de amizade e auxílio de José Antonio de Oliveira com Henrique Rupp foram indicadas por Afonso Inácio Cruz, que esteve na casa de Vacariano resolvendo negócios particulares um dia antes do ocorrido. Em uma conversa com João Pinheiro, Vacariano teria afirmado que não havia perigo, pois ele tinha o auxílio do Coronel Fabrício e do coronel Henrique Rupp, que reunira gente e armamento. Em nenhum momento os coronéis Fabrício Vieira, Maximino Moraes ou Henrique Rupp foram convocados a dar explicações sobre o ocorrido, mesmo havendo diversos indícios da participação de ambos. As testemunhas arroladas que citam o Coronel Maximino reforçam a teoria de que uma das motivações do crime foi a falta de pagamentos, ou a dificuldade em que os empreiteiros estavam tendo em gerir os créditos para o pagamento de suas turmas. Em 1918 Zeca Vacariano foi encontrado e preso preventivamente. Uma das folhas do processo na qual Irineu Cheis, testemunha inquerida para defesa de Vacariano faz seu relato, não consta nos autos. O final do testemunho informa que o assalto foi realizado para que o réu conseguisse dinheiro para pagar os trabalhadores da ferrovia. Outra informação do sr. Cheis afirma que o réu não teve enriquecimento e que ele não poderia impedir essa violência dos trabalhadores. Vacariano é absolvido pelo júri da comarca, e uma apelação é feita pelo Promotor Público de Campos Novos. As razões para a apelação apontadas pelo promotor relatam um certo descontentamento deste com os jurados da região, que corriqueiramente inocentam grandes criminosos. Essa apelação é muito interessante para aproximar o caso do José Antonio de Oliveira com os outros processos de sertanejos que foram julgados no período do conflito armado do Contestado. O desenrolar de um acontecimento é carregado de significações colocadas por seus participantes. O processo crime do assalto ao trem pagador contribui para os debates sobre a dinâmica social da região do Contestado no início do século XX, pois dá espaço para que muitos daqueles que participaram do assalto, possam fazer uma narrativa sobre o fato, com seus olhares e objetivos.

**Palavras-chave:** trem pagador; guerra do contestado; processo crime; Zeca Vacariano.



## A ATIVIDADE JUDICIÁRIA EM MEIO AO CONFLITO

Paulo Pinheiro Machado<sup>1\*</sup>

(Universidade Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis)

**Resumo:** Esta comunicação tem como objetivo analisar a atividade das instituições e indivíduos ligados ao poder judiciário e à polícia antes e durante a Guerra do Contestado, conflito ocorrido no planalto catarinense, entre 1912 e 1916, que envolveu grande conjunto de agricultores pobres, posseiros, peões e tropeiros em suas lutas contra fazendeiros, o governo e a Cia. Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Num primeiro momento, serão analisadas as fontes judiciárias como meio de acesso a importantes informações sobre a vida, a política e as relações sociais e econômicas no planalto catarinense. É feita uma reconstrução dos procedimentos jurídicos e policiais do planalto antes da Guerra, do papel destacados dos rúbulas e Juízes de Paz leigos, é realizado um estudo da relação do poder local com o Governo de Estado no preenchimento de determinados cargos públicos estratégicos, como Delegados de Polícia, Promotores, Juízes de Comarca, professores, fiscais de impostos, etc. Assim, através do estudo de documentação judiciária, dos processos-crime, inquéritos policiais e inquéritos policiais-militares realizados pelo exército durante a Guerra podemos ter acesso a um grande conjunto de informações sobre a vida e os conflitos sociais no planalto antes e durante o conflito, como no Inquérito da Batalha do Irani (1912 à 1913), o Inquérito policial-militar de Investigação ao ataque às Estações de Calmon e São João dos Pobres (que investigou a investida rebelde e a morte do Capitão Matos Costa), os auto de perguntas aos prisioneiros que chegavam dos redutos e se apresentavam às autoridade. Em segundo lugar, analisaremos a atuação de advogados, rúbulas, delegados, promotores e juízes ao longo do conflito, tanto na mediação de assuntos políticos, como na atuação em processos criminais de lideranças rebeldes. Determinados nomes do poder local, como os Coronéis Henrique Rupp (de Campos Novos), Francisco Ferreira Albuquerque (de Curitibanos) e o Major Vieira (de Canoinhas) tiveram suas carreiras políticas iniciadas no tribunal do Juri como rúbulas. Importante documentação cartorial e judiciária revela um conjunto de relações políticas e laços de parentesco e compadrio, que foram decisivos para se entender o desfecho de vários processos, com especial atenção ao episódio de ocupação rebelde da Vila de Curitibanos. Ao longo dos anos de 1915 e 1916 o jovem advogado Henrique Rupp Júnior entrou com vários processos de Habeas Corpus pela soltura de dezenas de lideranças rebeldes. Muitos eram presos há vários meses, nas cadeias de Canoinhas, Curitibanos e São Francisco do Sul, sem que tenham sido pronunciados por qualquer acusação formal. Em em outros casos, nos processos abertos o principal argumento de Rupp Júnior era a natureza política do movimento, o que implicava em mudança de foro para a Justiça Federal e o arquivamento dos processos que estavam na Justiça Estadual. O último chefe rebelde sertanejo, Adeodato Manoel Ramos, entregou-se as autoridades e foi condenado a 30 anos de prisão num processo aberto desde 1915, pelo ataque sertanejo a comunidade de Rio Bonito. Seu julgamento foi apenas uma formalidade que durou poucas horas, tendo como advogado de defesa, Cornélio de Haro Varela, secretário do Coronel Albuquerque, homem hostil a Adeodato e a todos os rebeldes.

<sup>1</sup> Docente. Doutor em história.

\* Autor para correspondência: paulo.pinheiro.machado@ufsc.br



Preso em Canoinhas, após uma fuga para Lages foi recapturado e enviado ao Presídio de Florianópolis, onde morreu em janeiro de 1923, após uma alegada nova tentativa de fuga. Outras lideranças rebeldes não tiveram a mesma sorte que os representados pelo Dr. Rupp Junior. Entre maio e dezembro de 1915, quando o General Setembrino de Carvalho deu por terminada sua missão, após a destruição do grande reduto de Santa Maria, a tropa federal foi majoritariamente recolhida, ficando na região apenas uma unidade do 54º Batalhão de Caçadores, comandada pelo Capitão Vieira da Rosa, para atacar redutos remanescentes (São Pedro e Pedra Branca). As tropas a serviço das forças oficiais passaram a ser majoritariamente de vaqueanos civis, que recebiam diárias dos Coronéis Superintendentes, que as repassavam do governo Estadual. Foi a fase chamada de “açougue”, onde as forças de vaqueanos civis comandados por Coleti, Nicolau Fernandes, Pedro Ruivo, Maximino de Moraes, Salvador Dente de Ouro e outros, passaram a caçar sem tréguas os caboclos que ainda não haviam se apresentado. Centenas foram executados sumariamente, mesmo depois de rendidos e desarmados pelas forças oficiais. O caso extremo foi praticado por Pedro Ruivo (Pedro Leão de Carvalho), que retirou centenas de presos da cadeia de Canoinhas, homens já desarmados e rendidos, sob custódia do Delegado de Polícia, para degolá-los na barranca do rio Iguaçu. Um processo foi aberto contra este vaqueano mas, por três vezes, o júri popular de Canoinhas o absolveu. As fontes judiciárias, que ainda precisam ser mais exploradas em seus documentos do final do século XIX e início do século XX no planalto meridional, formam um acervo muito rico para o estudo e a análise das relações políticas, econômicas e sociais nesta região. Os conflitos que repercutem da prolongada indefinição dos limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, o impacto da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, os desmandos e os problemas políticos locais. A documentação judiciária permite a percepção de estratégias políticas dos personagens do conflito, além da reconstrução de um conjunto de laços de lealdade e compadrio, tanto por parte das forças oficiais, como pelos rebeldes. A extrema violência do conflito revelou um aparelho de Estado, em todas as suas instâncias, absolutamente incapacitado para dar uma solução que evitasse o grande derramamento de sangue. Apesar da violência e das ilegalidades praticadas por ambas as partes no conflito conhecido como Guerra do Contestado, muito ainda precisa ser avaliado sobre a atuação dos operadores do direito nestes eventos. O poder judiciário demonstrou uma importante atividade de arbitragem de conflitos e uma relativa independência dos órgãos de Estado, principalmente quando os réus dispunham de maiores recursos políticos e da assistência do Dr. Rupp Junior. De qualquer maneira, não se trata de um conflito ocorrido em locais fora da ação dos órgãos de Estado e, sua atuação, em última instância, revela os problemas e limites do Estado e das Leis na nascente República brasileira.

**Palavras-chave:** guerra do contestado; poder judiciário; delegados de polícia.



## DE MONGE A CHARLATÃO: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA SOBRE A TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA

Gabriel Carvalho Kunrath<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal de Pelotas – Câmpus Pelotas)

**Resumo:** De maneira intencional ou não em 1912 a vida de José Maria tomou grandes proporções. Ao participar, em agosto daquele ano, da festa de Bom Jesus na localidade de Taquaruçu, interior de Santa Catarina, teve algumas desavenças com o Superintendente de Curitiba Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, que passou a ver o ajuntamento que se formou depois da festa ao redor de José Maria como uma ameaça ao seu domínio na região. Diante disso, Albuquerque informou o governador catarinense de que havia ocorrido uma suposta proclamação monárquica em Curitiba. Ao tomar conhecimento do envio de tropas catarinenses para a região, José Maria dirigiu-se para o Paraná. Quando transpôs o rio do Peixe e adentrou nesse Estado, tornou-se alvo também das forças policiais paranaenses que passaram a ver em sua pessoa uma tentativa de invasão catarinense do território sob sua jurisdição devido a velha disputa de limites entre os dois Estados. Diante disso, tropas paranaenses foram mandadas ao seu encontro e no dia 22 de outubro de 1912, o Regimento de Segurança deste Estado entrou em confronto com José Maria e uma parcela de seus seguidores. No qual o monge veio a óbito, no que ficou conhecido na historiografia como a Batalha do Irani. Nessa perspectiva, é importante destacar que devido aos acontecimentos envolvendo esse confronto, os últimos dois meses da vida de José Maria são relativamente bem conhecidos, sobretudo na produção sobre a Guerra do Contestado (1912 – 1916). Entretanto, passados mais de cem anos da morte desse personagem do Contestado, sua trajetória anterior aos episódios brevemente comentados neste trabalho seguem sendo um “mistério”. Muito desse desconhecimento sobre a trajetória anterior a 1912 de José Maria é fruto da ausência de pesquisas que se propunham a investigar profundamente a temática. Todavia, a ausência de tais pesquisas não reflete a ausência de especulações e suposições de quem teria sido José Maria na produção sobre a Guerra do Contestado. Uma vez que, após sua morte, a mesma passou por um processo de reelaboração por parte de seus seguidores, tornando-o o líder messiânico do conflito. Tal processo garantiu sua presença nas páginas dos livros de história, a final como abordar um movimento messiânico sem tratar de seu principal líder? Ao que tudo indica, não é recomendável tal ação. Visto que, inúmeros pesquisadores lançaram suas hipóteses sobre as origens de José Maria. É justamente isso que fez emergir o principal objetivo do presente trabalho, ou seja, propõe-se aqui realizar uma análise historiográfica sobre como a trajetória de José Maria (anterior a setembro de 1912) foi abordada, para a partir disso traçar as possíveis faces desse indivíduo. Assim sendo, buscou-se sistematizar as hipóteses já aventadas sobre a trajetória de José Maria, possibilitando a percepção das repetições e as origens das informações contidas nas obras sobre o Contestado. Ainda, adotou-se uma perspectiva metodológica ligada às concepções de trajetórias oriundas da micro-história, adotando uma análise que contrapõe os argumentos de cada autor e leva em consideração o campo de possibilidade. Pode-se, através de tal

<sup>1</sup> Discente do mestrado em história. Bolsista CAPES.

\* Autor para correspondência: gabrielkunrath@icloud.com



investigação, inserir um breve debate sobre alguns dos pontos observados até o momento. Desta forma, percebe-se que o nome de José Maria, na maioria das obras, seria Miguel Lucena de Boaventura. Para alguns autores teria sido membro do Exército, para outros teria desertado do Regimento de Segurança do Paraná, informação refutada por alguns pesquisadores, ainda alguns pesquisadores apontam que José Maria teria trabalhado na construção de uma estrada de ferro na região do Contestado. Suas peregrinações já vinham ocorrendo desde 1911, teria passado pela região de Palmas, pertencente ao Estado do Paraná, onde foi acusado por um crime, especula-se, ainda, de que José Maria teria passado pela cidade de Lages e Campos Novos, no Estado de Santa Catarina. Supõe-se que em Campos Novos, José Maria curou a esposa de um rico fazendeiro da cidade. Desta forma, o fazendeiro com o objetivo de agradecer os serviços prestados pelo Monge o ofereceu terras na região e dinheiro, o que foi recusado. Esse fato o fez ganhar ainda mais popularidade entre os sertanejos e rendido o convite para participar da Festa de Bom Jesus, em Taquaruçu, em meados de agosto, conforme comentado no início do presente texto. Todavia, quais teriam sido os caminhos percorridos por José Maria anteriormente aos acontecimentos anteriores aos aqui descritos? Até o momento não conseguimos apontar, pois as obras analisadas até o presente não dão grande destaque a este momento da vida de José Maria. Considera-se a impossibilidade de apontar qual teria sido a sua trajetória anterior a 1911, pode-se apontar quais eram as práticas adotadas por José Maria durante os anos que esteve em território Contestado. Compreender as ações deste indivíduo, nos permite compreender um pouco mais da relação entre Monge e seguidor que se estabeleceu. Desta forma, alguns autores destacam que José Maria tinha grande conhecimentos sobre ervas medicinais, receitava remédios, dava conselhos da vida cotidiana. Outros autores, ligados ao que podemos chamar de uma “historiografia mais conservadora”, apontam que ele não passava de um charlatão, que se aproveitava da ingenuidade dos sertanejos para ganhar sua confiança e instigar esses a uma revolta. Ressalta-se que a hipótese aventada por essa “historiografia conservadora”, não é a que norteia o presente trabalho. Para concluir, é preciso destacar que a presente pesquisa está em construção e se constitui como uma parte de um estudo mais amplo. Devido a tal circunstância, suas discussões são parciais e breves. Além do que, não se considera possível, no atual estágio de desenvolvimento da investigação, apontar resultados e conclusões mais concretas do que as já descritas anteriormente, uma vez que poderíamos incorrer em equívocos sobre o que já foi abordado na historiografia sobre a trajetória de um personagem tão importante para o entendimento da Guerra do Contestado.

**Palavras-chave:** monge; José Maria; guerra do contestado; trajetória; micro-história.





## BANDOLEIRISMO DE FRONTEIRA: DESDOBRAMENTOS DO ACORDO DE LIMITES DE 1916

Cristina Dallanora<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns resultados da análise desenvolvida durante a pesquisa de doutorado sobre os desdobramentos da Questão de Limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A partir do Acordo de Limites de 1916, o estado de Santa Catarina incorporou parte do território contestado com o estado vizinho do Paraná. Nele, foram criados quatro novos municípios: Cruzeiro, Chapecó, Mafra e Porto União. Nas saliências do Vale do Rio do Peixe, atual Meio-Oeste, e em Porto União, Planalto Norte, desenrolou-se o movimento social do Contestado (1912-1916) e, posteriormente, uma série de levantes armados no decorrer da década de 1920. A região contestada passou por inúmeros períodos de disputas de fronteiras, que não se restringiram ao aspecto geográfico, mas abarcaram os aspectos político, social e econômico. Entre eles, é importante considerar os projetos de colonização em curso; a presença da Companhia da Estrada de Ferro São Pulo-Rio Grande (EFSPRG) e suas empresas subsidiárias ligadas à colonização; a ocupação legal e ilegal da terra; os levantes envolvendo os posseiros e os prepostos da Companhia e a atuação dos chefes civis vaqueanos. No ambiente político local, analisamos o papel de alguns coronéis, que pouco apareciam no cenário estadual ou nacional, associado com as suas práticas locais no ex-Contestado. No ambiente político mais amplo, identificamos as suas relações políticas com as oligarquias dos estados fronteiriços do Rio Grande do Sul e do Paraná. Atentando para as diferentes escalas do local e do nacional, buscamos aproximar da dinâmica social que influenciou nas formas de ocupação territorial responsáveis por configurar o território que, com o Acordo de Limites de 1916, foi denominado naquele período de Oeste Catarinense. Em 1918, o governador Hercílio Luz pronunciou-se sobre o recém-criado município de Cruzeiro, descrevendo-o como um teatro de lutas cujos acontecimentos não eram de caráter político, mas manifestações do banditismo que estiveram na origem do movimento dos fanáticos no ex-Contestado. Para o governador, o banditismo era um motivo que levava à Guerra do Contestado e permanecia no município recém incorporado ao Estado. O problema do banditismo no oeste catarinense foi uma questão central que o governo incorporou na sua agenda visando combatê-lo. Porém, esta questão abarcava diferentes sujeitos que ora eram enquadrados como bandidos ora eram considerados aliados do governo e até mesmo parte do quadro político do governo local e estadual. Dessa forma, chefes civis, políticos e militares eram considerados bandidos dependendo da sua atuação. Um caso exemplar foi de Manoel Fabrício Vieira, antigo Coronel da Guarda Nacional, posto que recebeu após lutar contra os maragatos na Revolução Federalista de 1893. Fabrício Vieira era conhecido como proprietário da fazenda Chapéu de Sol, na margem direita do Rio Iguaçu, no lado paranaense. Durante a Guerra do Contestado, serviu às forças do Exército, arregimentando numerosa força de civis vaqueanos no combate contra os sertanejos rebeldes. Porém, na Revolução de 1923, aliou-se às forças rebeldes no Rio Grande do Sul

<sup>1</sup> Discente do doutorado em história.

\* Autor para correspondência: dallanora.cristina@gmail.com



contra os republicanos que apoiavam Borges de Medeiros. Durante o ano de 1923, envolveu-se em constantes conflitos e, posteriormente, nos embates travados durante o Levante de 1924. Nesse período, vários batalhões patrióticos foram formados por chefes civis vaqueanos em Santa Catarina. Esses batalhões eram constituídos com o objetivo de prestar auxílio às forças do Exército que combateram a favor da legalidade da presidência de Artur Bernardes contra uma série de levantes insurgentes, denominados, posteriormente, de Movimento Tenentista. Os que lutaram ao lado do Exército eram chamados “legalistas” e “patriotas”, enquanto os que se juntaram aos levantes prestando-lhes auxílio foram designados “revoltosos” e “bandoleiros.” A partir de 1923, portanto, Fabrício Vieira, deixou de apoiar as forças governistas servindo às forças rebeldes ao lado das quais permaneceu até 1930. A sua atuação junto aos tenentes rendeu-lhe perseguições das forças legalistas constituídas no Meio-Oeste, entre os anos de 1924 e 1925. Em 1927, ano que marca a desarticulação da Coluna Prestes, Fabrício Vieira envolveu-se no assalto às estações de Jararaca e Canoinhas, no ramal de São Francisco da EFSPRG, também chamado de movimento revolucionário de 1927. Um processo crime foi instaurado e os acusados, entre eles o próprio Fabrício Vieira, absolvidos por júri popular. A maior parte dessas informações são oriundas de fontes judiciais que, juntamente com a imprensa do período, relatórios de governo, memorialistas e fontes orais, auxiliam para a análise dos diferentes conflitos no pós-Contestado. O poder de arregimentação de Fabrício Vieira provinha em grande parte da sua participação nas guerras anteriores, como a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado e tornavam-no um chefe visado pelos militares mais graduados. Analisando a sua participação nos diferentes conflitos, é possível problematizar a clássica divisão política no estado catarinense nos anos 1920, que coloca de um lado os republicanos situacionistas e, de outro, os oposicionistas bandoleiros. Principalmente a partir de 1923, quando o coronel aliou-se aos revoltosos na guerra civil do Rio Grande do Sul combatendo na fronteira ao lado de antigos opositores políticos. Contudo, através da trajetória de Fabrício Vieira é possível perceber o seu envolvimento e de outras chefias nos conflitos seguintes da Revolução de 1923 e no Levante de 1924 e, principalmente, articular os acontecimentos do oeste catarinense, território recém-incorporado pelo Acordo de Limites de 1916, com os conflitos que disputavam os rumos da política local, estadual e nacional. Nesse sentido, a trajetória desse chefe civil, que fez parte das forças governistas em 1893, foi vaqueano na Guerra do Contestado e envolveu-se nos levantes da década de 1920, desvela assim novos elementos e de suma importância para a análise dos desdobramentos da Questão de Limites e dos conflitos no ex-Contestado.

**Palavras-chave:** ex-contestado, questão de limites, tenentismo, Fabrício Vieira.



## MASSACRE DO CONTESTADO

Gabriela Haswany de Almeida<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal do Paraná – Câmpus Curitiba)

**Resumo:** A perseguição contra o povo cabloco e posseiro que ocupava uma região de cerca de 20.000 km nos estados de Santa Catarina e Paraná, motivada por razões de ordem racial e sócio-econômica precisa ser analisada e ressignificada de acordo com os parâmetros da nova ordem mundial, a qual institui os direitos humanos e estabelece as qualificantes para os denominados crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, reconhecidos pelo Estatuto de Roma e recepcionados pelo Brasil no ano de 2002, para que as lembranças, e mais importante as consequências, destes acontecimentos que moldaram a história da região do Contestado não sejam impunemente reduzidas aos mitos. Desta forma, esta pesquisa objetiva coletar e subsimir os dados históricos conhecidos do período da guerra, aos critérios do direito penal internacional, a fim de se que possa ser reconhecido, ainda que formalmente, a magnitude dos massacres que ocorreram na região do Conestado, abrindo espaço para uma nova análise do desenvolvimento social da região. A metodologia de pesquisa pretendida no trabalho é, em um primeiro momento, coletar informações nos registros históricos das táticas de combate utilizadas durante o conflito, com ênfase nas táticas militares utilizadas pelo exército brasileiro, para. Em um segundo momento, tendo como base os dados coletados, fazer a análise dos requisitos jurídicos de *actus reus* e *means rea* necessários para a aplicabilidade dos tipos criminais do crime de guerra, crime contra a humanidade e genocídio. Em breves palavras, o período entre 1912 e 1916 o conflito armado entre os pequenos proprietários e as forças armadas brasileiras resultado da tentativa de controle das terras para a construção da ferrovia que ligaria a região de São Paulo ao Rio Grande do Sul, e embora o conflito apresentou repercussões políticas que a Guerra de Canudos, as casualidades reportadas foram não só em maior escala como também consideradas de maior gravidade de acordo com os critérios reconhecidos pela comunidade internacional nos tratados de paz, dentre eles a Carta das Nações Unidas, Convenção de Viena, Convenções de Genebra e o próprio Estatuto de Roma. Não obstante muitos das datas destes documentos sejam posteriores às datas do conflito, a sua análise comparativa em relação aos conceitos que definem os crimes de guerra e contra a humanidade tipificados internacionalmente ajudam a trazer maior clareza quanto à gravidade dos acontecimentos presenciados no períodos de guerra e a esclarecer as mazelas que atingem a população até hoje como consequência de um conflito claramente político e econômico. Os supramencionados crimes foram classificados pela comunidade internacional como os crimes de maior gravidade que podem ser cometidos. O artigo 7 do estatuto de Roma, por exemplo, esclarece que entende-se por "crime contra a humanidade", qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, homicídio, extermínio, escravidão, deportação ou transferência forçada de uma população, prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional, torturae ,perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser

<sup>1</sup> Discente do curso de direito.

\* Autor para correspondência: g.haswany@gmail.com



identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, ou outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental. Por sua vez o artigo 8 do Estatuto de Roma, por exemplo, define que ataques contra populações civis não relacionadas ao conflito, incluindo à destruição de propriedades ou o ato de causar intencionalmente grande sofrimento ou ofensas graves à integridade física ou à saúde, constituem crimes de guerra. Por último, porém não menos importante, o genocídio difere-se dos crimes anteriores pela prática de qualquer um dos atos citados com a intenção explícita de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Estimativas apontam que em um período de de 5 anos de conflito, mais de 9 mil casas foram queimadas e 20 mil óbitos registrados, dentre eles entre 5 a 8 mil eram civis, sem envolvimento direto com com a revolta. Isso posto, resta claro que as atrocidades cometidas durante a guerra não podem ser esquecidas, mas sim estudadas para que suas consequências possam ser reconhecidas, ainda que formalmente, em âmbito interno e internacional, a fim de de que as medidas cabíveis para amenizar os danos possam aplicadas.

**Palavras-chave:** povo originário; direitos humanos; crimes de guerra; crimes contra a humanidade; genocídio.



## DA DERROTA E MORTE NA BATALHA DO IRANI (1912) AO CULTO CÍVICO A JOÃO GUALBERTO: O HEROÍSMO COMO MISSÃO

Ana Paula Ferreira Motta<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal do Paraná – Câmpus Curitiba)

**Resumo:** A proposta, que faz parte do projeto de mestrado iniciado em fevereiro de 2019, tem como recorte temático a heroização do Coronel João Gualberto - por ocasião da batalha do Irani (1912), a primeira da Guerra do Contestado(1912-1916) - especificamente pela Polícia Militar do Paraná. Tal instituição operacionalizou o mito do herói sacrificado em combate, em diferentes episódios de memória, a saber: o culto cívico realizado pelo Regimento de Segurança do Paraná nas cerimônias fúnebres em homenagem ao coronel, em 1912; a narrativa produzida, na década de 1990, pelo então porta-voz da versão oficial da corporação, o capitão Rosa Filho, sobre o combate que ceifou a vida do comandante militar e do monge José Maria; e, o memorial de Irani, isto é, a placa idealizada pela Associação da Vila Militar (AVM) em celebração a João Gualberto e demais policiais mortos, colocada em lugar de tradição sertaneja. Perseguir os usos que a corporação fez dessa morte, para compreender a(s) função(ões) do mito do herói morto, passa a ser a principal finalidade da pesquisa, entre outros objetivos, como: o de uma análise comparativa entre os discursos contidos, nos lugares de memória, à luz de outros discursos, por exemplo o da historiografia acadêmica, e o de um exame sobre as contradições referentes ao homem e militar Gualberto que foram silenciadas nos discursos e imagens que formam o mito/memória. Para tanto, entende-se o mito do herói Gualberto como tradição inventada, na linha seguida por Celso Castro em seu livro *A Invenção do Exército*, no qual analisa invenções de tradições capazes de refletir a identidade social do exército. Partindo das mesmas categorias de análise que Castro, tomou de empréstimo de Hobsbawm e Ranger, em *A Invenção das Tradições*, ou seja, tradições que visam coesão, que buscam legitimidade e que procuram inculcar valores e padrões de comportamento, pretende-se analisar o mito do herói morto e o culto post-mortem a ele, não só enquanto manipulação ideológica, mas também relacionado a valores cívicos do imaginário policial militar. Tratando-se de uma memória institucional, parte significativa das fontes são documentos escritos oficiais que fazem parte do acervo do Museu Histórico da Polícia Militar do Paraná. Por meio da metodologia da análise do discurso, tal conjunto documental será examinado, além do próprio museu e do memorial de Irani enquanto relevantes lugares de memória.

**Palavras-chave:** mito; herói; memória; culto cívico; identidade.

---

<sup>1</sup> Discente do mestrado em história.

\* Autor para correspondência: paulafmotta@yahoo.com.br



## A GUERRA DO CONTESTADO EXPRESSÃO DA BARBÁRIE EM RELAÇÃO À DEFESA DE UMA FORMA-DE-VIDA

Sandro Luiz Bazzanella<sup>1\*</sup>

(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)

**Resumo:** O presente texto procura compreender, sobretudo, colocar em debate a barbárie inscrita na nomeação do conflito em torno da defesa de uma forma-de-vida presente na região como tentativa de aniquilação física e moral desta que afrontava os interesses do capital naquele contexto. Assim, o nome “oficial” imputado ao conflito como “guerra do contestado”, por parte dos vencedores tinha entre outros objetivos: impedir o testemunho e apagar da memória as práticas comunitárias que promoviam uma forma-de-vida alheia aos imperativos da marcha em direção ao progresso característica da modernidade. Além disso, reconhecer que a incessante e ininterrupta promoção da lógica da marcha do progresso, ou do desenvolvimento tem como exigência primeira a destruição das formas-de-vida que se apresentam comprometidas com a dignidade humana. O homem é o animal que possui voz, que lhe permite nomear nome aos entes em seu entorno. Ao impor sentido e finalidade às coisas, à existência. Cria um mundo, o seu mundo. Assim, o humano em sua origem e desenvolvimento é resultante do dispositivo da linguagem. Sob tal, encontra-se numa condição nunca completamente finalizada em função da potência da linguagem, que o remete a condição de um ser falante, que ao apreender o mundo nomeando-o, deixa-o escapar nos limites da própria linguagem em seus esforços de abarcar a totalidade da existência. A condição ontológica da linguagem requer o reconhecimento de sua vinculação ética e política, na medida em que articula palavras, coisas e ações. A linguagem como dispositivo que cinde originariamente o animal e constitui o humano e seu mundo, passa a ser também a condição a partir da qual o humano compartilha a ação comum com outros seres humanos para uso comum do mundo. Porém, em determinados contextos esta condição assume outra perspectiva. O humano se revela em outra de sua inapreensível condição, como ser de disputa de poder, de vontade, de exercício da autoridade no extremo, de práticas ditatoriais e totalitárias. Pode-se inferir à natureza do dispositivo da linguagem uma condição autoritária no exercício de seu poder de nomear. Nomear significa tornar o mundo aceitável a partir de perspectivas existenciais e de relações de poder em que o humano se encontra inserido. Assim, a linguagem é o único instrumento de que o homem dispõe para negociar, articular as relações de poder constitutivas de sua condição, restando seu ímpeto beligerante em relação ao outro, conformando um espaço público que garanta a dignidade da condição humana. Sob os argumentos acima arrolados cabem alguns questionamentos: O que é e o que significa contestado? A quem e porque foi atribuído o nome Guerra do Contestado? Quem atribuiu o nome de Guerra do Contestado e que motivações justificaram tal nomeação? O “Contestado” é um nome que expressa um sentimento comum àqueles inseridos histórica e geograficamente na referida região? Situar tais questões significa apresentá-las como indícios e possibilidade de olhares e leituras diferenciais às versões consagradas que promoveram a compreensão do conflito, nomeado de Guerra do Contestado. Numa primeira abordagem nos

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Humanas. Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional.

\* Autor para correspondência: sandroba@terra.com.br



damos conta de que “contestado” é a forma da conjugação verbal no tempo passado de uma ação. Assim, contestado é um substantivo derivativo do verbo contestar. Ato contínuo passamos a uma abordagem mais técnica em torno dos significados do referido verbo que indica uma ação específica. Ao consultarmos o “Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa” encontra-se as seguintes definições: 1. Arguir contra; questionar uma decisão. 2. Não aceitar; impugnar; refutar; contraditar uma ação. 3. Negar a validade ou a verossimilhança de; contrariar; opor-se a. 4. Reclamar ou protestar contra. 5. Questionar; discutir. 6. Demonstrar oposição ou contrariedade; opor-se; resistir. 7. Do latim *contestari*; chamar para testemunhar. As definições apresentadas são contundentes. Implicam numa ação proativa, enérgica daquele que contesta. Contestar apresenta-se como uma demonstração de força de quem, ou de grupos que travam disputas em função das relações de poder e, de interesses em jogo em determinado contexto. Contestar significa requer a condição de protagonista na cena política em questão, reclamar e fazer valer seu discurso, seus argumentos e por extensão, afirmar seus direitos. Contestar é atitude que indivíduos ou grupos podem assumir em determinados momentos como forma de ação diante de estruturas sociais, políticas e econômicas estabelecidas e que se apresentam como limitadores de suas condições de qualidade de vida. Ou seja, contesta quem se sente livre e seguro em sua condição para fazê-lo, quem não aceita simplesmente as estruturas impositivas estabelecidas como expressão da verdade de um indivíduo, ou de um grupo. Ao partir do pressuposto de que o nome “Contestado” é uma imposição dos vencedores ao movimento dos nativos que aqui habitavam, que apenas “reagiram” a invasão, conseqüente ameaça ao seu modo de vida. Ou seja, a imposição linguística do nome “Guerra do Contestado” apresenta-se como um fardo em função dos desdobramentos desta representação no imaginário social, regional advindos de tal nomeação. Ou seja, na medida em que a “re-ação” dos caboclos envolvidos no conflito apresentou-se como defesa de um modo de vida, a palavra “contestado” não se aplica suficientemente e adequadamente a denominação do conflito. Ação desenvolvida pelos seres humanos que habitavam a região que se tornou palco do conflito apresentava-se como ação propositiva, como exigência e, sobretudo questionamento sobre os interesses minoritários e do capital que agredia sua forma-de-vida. Assim, a nomeação do conflito é uma imposição do vencedor imputando no próprio nome o equívoco do vencido. Ou dito de outra forma, a nomeação de “Guerra do Contestado” é a continuidade da barbárie na medida em que expressa a forma da penalização moral ao vencido. Imputa-lhe a vergonha resultante de sua ação despropositada em relação ao status quo. Impede e retira-lhe a possibilidade de testemunho na medida em que não há para quem testemunhar os sofrimentos, as humilhações e o aniquilamento dos seus. Quem questionou, contestou na condição de derrotado é lhe imputado publicamente o equívoco de sua posição. O vencido arca com as dores, com a violência promovida por aqueles que nomearam o conflito sob pressupostos morais com o intuito deliberado de levar a público equivocados daqueles que contestaram a agressão a sua forma-de-vida.

**Palavras-chave:** guerra do Contestado, forma-de-vida, linguagem, barbárie, memória.

## GÊNERO E SUAS REFLEXÕES

Fé e Preces. Foto: Maria Fabiola







## A DESIGUALDE DE GÊNERO ANALISADA POR MEIO DO ESTUDO DO TEMPO TOTAL DE TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CONCÓRDIA/SC

Jordan Brasil dos Santos<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal da Fronteira Sul – Câmpus Chapecó)

**Resumo:** A pluratividade desempenhada pelas mulheres é essencial nas pequenas unidades produtivas rurais, mas economicamente seu trabalho não é percebido com a mesma importância dada às atividades tradicionalmente masculinas da agricultura. As mudanças no mercado de trabalho, especialmente no campo, fizeram com que a mulher assumisse mais atividades produtivas, mas sem o reconhecimento de que as suas atividades são importantes. Buscando evidenciar os esforços femininos em termos de trabalho remunerado e não-remunerado, o presente estudo, a partir de entrevistas com agricultores e agricultoras familiares de Concórdia, Santa Catarina, local que foi afetado pelas desigualdades que resultaram na guerra do Contestado, questiona se é possível afirmar que o trabalho da mulher é invisibilizado na agricultura familiar por desconsiderar o tempo de trabalho reprodutivo e como esse trabalho reprodutivo é visto pelos seus cônjuges. A marcação bem definida do que são as atividades realizadas por homens e mulheres. Os resultados encontrados são apoiados nas entrevistas de 100 indivíduos que vivem na região rural de Concórdia, realizadas no período de 1 a 10 de setembro de 2017. Embora todos sejam casados, o que permite a mensuração em termos da quantidade de tempo de trabalho próprio e dos cônjuges, a diferença de sexo dos respondentes decorre do fato de, em alguns casos, um dos membros do casal (o homem) não se encontrar na residência por estar naquele momento realizando alguma atividade no campo. A avaliação das respostas obtidas, embora não possa ser extrapolada para o comportamento de Santa Catarina e do Brasil, dada a característica de ser um estudo de caso, traz uma reflexão sobre a organização do tempo de trabalho de homens e mulheres e os papéis de gênero adotados nas organizações familiares entrevistadas. Ao utilizar um município catarinense como objeto de estudo, a pesquisa assume um caráter local e regional, respeitando suas características culturais, econômicas e sociais, mostrando que existe trabalho fora do trabalho formal, e que, além do trabalho remunerado, existem diferentes atividades que devem ser reconhecidas para a compressão da posição da mulher na economia e, especialmente, na agricultura familiar. O estudo do uso do tempo é essencial para definir quais as variáveis que influenciam na vida das pessoas e nesse caso na vida das mulheres agricultoras de Concórdia/SC. Podendo assim, identificar o motivo das desigualdades a jornada de trabalho e a perpetuação da pobreza entre as mulheres. Essas muitas atividades são socialmente construídas para manter a mulher na condição de ajudante. Mediante as respostas da pesquisa de campo, é possível dizer que a dupla jornada, e as vezes até tripla jornada, entre as mulheres agricultoras justifica a visão de que elas não têm participação ativa no trabalho produtivo, servindo apenas como uma ajuda. Além disso, há uma percepção, por parte dos cônjuges, relativamente próxima do tempo que realmente é dispendido na jornada de trabalho do parceiro, o que não tem significado a adoção de uma postura mais colaborativa nos casais, isso pode ser explicado pela questão cultural ou

<sup>1</sup> Discente do mestrado em história.

\* Autor para correspondência: diordasantos@hotmail.com



econômica. Como há certa reprodução da divisão do trabalho quando se analisa o tempo gasto nas atividades dos filhos, fica evidente que conhecer a estrutura de gênero por detrás das atividades rurais é uma forma de balizar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e à promoção da equidade de gênero via empoderamento feminino, não sendo possível afirmar que há uma divisão justa de trabalho e de remuneração entre homens e mulheres. Neste contexto, a realização de estudos que evidenciam a importância do trabalho feminino, remunerado e não remunerado, na geração de renda familiar da agricultura familiar torna-se importante, ainda mais considerando que, historicamente, parte de seus esforços laborais foram ignorado pelas estatísticas formais, porque apoiado nos afazeres domésticos. Reconhecer a cooperação dos trabalhos produtivos e reprodutivos, além de avançar na melhor distribuição, entre homens e mulheres, do tempo dedicado a eles, são condições necessárias à valorização feminina no meio rural, rompendo com a transmissão intergeracional de uma cultura tradicionalmente marcada pela desigualdade de gênero. Somente assim é possível falar em empoderamento feminino e nas vantagens que ambientes mais equitativos podem trazer à sociedade, tanto em termos culturais quanto econômicos. A partir desses resultados, abrem-se diferentes possibilidades para trabalhos futuros. Como o foco se concentrou em casais brancos, com rendas semelhantes e heterossexuais, torna-se necessário ampliar a análise para temas transversais, especialmente nos aspectos de raça e classe social, a fim de ser possível melhor compreender as particularidades que a hierarquia de gênero assume em contextos específicos. Além disso, dos resultados obtidos, é importante avançar no quanto eles se associam às políticas voltadas às mulheres (ou à falta de), no intuito de avaliar seus impactos efetivos sobre as agricultoras de Concórdia e do Brasil como um todo, aprofundando o debate na eficácia das medidas sobre as relações de gênero. Os afazeres domésticos, embora sejam pouco valorizados socialmente, geram satisfação para toda a família, sendo essenciais ao desenvolvimento das atividades produtivas, tanto na agricultura como nas cidades. O empoderamento das mulheres passa, portanto, pelo reconhecimento completo de sua jornada de trabalho, bem como pela distribuição mais equitativa das horas dedicadas à reprodução. Isso é especialmente verdade na agricultura familiar, em que as disparidades são, conforme observado, marcadas pela questão cultural e reproduzidas na fala e nas gerações que serão o futuro do setor. As políticas públicas específicas tornam-se, assim, fundamentais e essenciais para romper a lógica dos papéis de gênero, socialmente construído, ao reconhecerem as Agricultoras como agentes econômicos da produção agrícola no país.

**Palavras-chave:** gênero; divisão do trabalho; jornada de trabalho.



## O PAPEL FEMININO NA GUERRA DO CONTESTADO

Gabriela Cassão Rodrigues<sup>1</sup>

(Universidade do Planalto Catarinense – Câmpus Lages)

Maria Fernanda Alamini<sup>1</sup>

(Universidade do Planalto Catarinense – Câmpus Lages)

Fernando Calvetti<sup>2\*</sup>

(Universidade do Planalto Catarinense – Câmpus Lages)

**Resumo:** Com a frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, Simone de Beauvoir em 1949 afirmava que não se nasce essencialmente mulher, mas torna-se com o decorrer das experiências de vida e imposição de papéis sociais. É a partir desta premissa que discorre o presente estudo. Este artigo tem como objetivo analisar o a participação feminina na Guerra do Contestado. Para tanto, traça paralelos entre o que se entende pelo papel da mulher na sociedade e as diferentes funções que mulheres tiveram na guerra. Esse trabalho busca contribuir principalmente com a discussão de gênero, no que tange o reconhecimento e documentação da participação e importância feminina em diferentes eventos e épocas das sociedades, neste caso, a Guerra do Contestado. Para isso, usa de levantamentos bibliográficos sobre feminilidade e masculinidade que discutem a formação desses padrões. Debate-se também sua ligação com conceitos como Patriarcado e Pátria, muito utilizados em épocas de guerra, e o desempenho social que esses termos tendem a firmar. Essa discussão sobre desempenho social se estende para como a masculinidade por vezes é subentendida como virilidade e coragem, principalmente em exemplos literários, como o herói que se arrisca perigosamente para cumprir os “compromissos da masculinidade”. Ao mesmo tempo, restaria às mulheres o que autores definem como uma imitação dessa coragem. Entende-se que sai de dentro dessa lógica de construção social a dificuldade de enxergar esses papéis como definições machistas. Continuando o discurso sobre virilidade, aborda-se o discurso de Pierre Bordieu (1998), que enfatiza como a virilidade de um homem é construída perante os outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo, o que vai ao encontro da analogia literária anterior. Citando a relação entre masculinidade e patriotismo ainda, Stern (1995) afirma que, por meio de estudos sobre a América Latina, os quais apontam uma “fascinação com o patriotismo latinoamericano, vinculando a política de controle de classe e cor com a masculinidade, a análise de gênero tem sido reduzida ao que ele chama de estrutura dupla de poder onde coabitam estereótipos de homens poderosos com tudo a seu favor frente a débeis e sofrente símbolos femininos” (p.19). Isto é posteriormente complementando com o pensamento de que que as visões patriarcais tem relegado para as mulheres papéis unidimensionais de “objetos e símbolos da manipulação masculina, o desejo e códigos de honra”(Stern, 1995, p.1). Após isso o estudo segue através da discussão do termo gênero, com foco histórico, analisando-o a partir do conceito da autora Joan Scott (1989). Nele, a

<sup>1</sup> Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

\* Autor para correspondência: calvetti@uniplaclages.edu.br



autora disserta sobre como o termo gênero, até então usado figurativamente para definir traços de caráter ou sexuais, começava a ser usado por feministas para referir-se à organização social da relação entre os sexos, inicialmente entre as americanas, que insistiam no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Em outra parte, disserta sobre a visibilidade da história feminina, em relação a como a pesquisa sobre mulheres, usando a nova ressignificação do termo gênero, transformaria os paradigmas de cada disciplina, de tal maneira que não só mudaria a história sobre mulheres, visando de forma segregada, mas toda a história, ideias quais foram fundamentais para o desenvolvimento deste artigo. Sequencialmente o presente estudo segue por um viés histórico, primeiro explorando como a mulher era vista legal e socialmente no começo do século XX, contemporaneamente à Guerra do Contestado, através de notícias de jornais, exemplificando o lançamento das “jupes-cullotes”, calças saias femininas que trouxeram, além de curiosidade, muita crítica às mulheres que as usavam, ferindo a própria liberdade de se vestir, que na época um assunto não comumente abordado, considerando que a mulher “obteve” oficialmente vida pública/incorporou-se como parte da sociedade, lembrando que uma das premissas do primeiro partido feminino do Brasil em 1910 em um dos tópicos, tinha como objetivo “pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira, outro tópico, que falava: pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século, também reafirmava o desejo por direitos civis além de independência, outro ponto explorado foram os movimentos sociais, como o movimento Sufragista iniciado na Inglaterra, que liderado por mulheres buscava o direito ao voto feminino, e o ponto de vista legal, por exemplo, investigando como o “papel de gênero se estabelecia na época em que eclodiu a Guerra do Contestado, presente estudo de caso, abordando também os acontecimentos desse período. Após isso se fez uma relação entre estes fatos, comparando-os à presença de mulheres no conflito do Contestado, que teve duração de 1912 a 1916 e teve como motivação a disputa de terras e limites territoriais entre o estado de Santa Catarina e Paraná, como o das virgens que dormiam com o monge José Maria, uma delas, que seguiu como chefe militar, inclusive comandando retiradas estratégicas, sendo uma “peça” fundamental para o povo local que lutava contra as tropas do governo, messias da guerra, as quais possuíam “poderes visionários” e guiavam a ação do povo sertanejo através das “intervenções divinas” conforme relatos históricos, estimando se elas seguiram apenas o que lhes era imposto como mulher naquele tempo ou se foram contra às supostas “limitações do gênero”/construções sociais, significados discutidos na primeira parte do estudo, reafirmando sua parte no desenvolvimento da Guerra no Contestado. Por fim, se mapeia a localização feminina dentro do conflito, relacionando estes dados também aos papéis que elas exerceram, formando um paralelo com a presença e papéis masculinos, tendo o intuito de unificar os dois lados da história através de um comparativo que mostre como a participação feminina foi determinante no conflito e o é na sociedade.

**Palavras-chave:** contestado; gênero; mulher.



## APLICAÇÃO DE ALGORITMOS DE APRENDIZAGEM DE MÁQUINA NA ANÁLISE DE DADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CAÇADOR/SC

Ana Carolina Belenke dos Santos<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Keila Lais Kieski<sup>1</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento<sup>2</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)  
Marco Antonio Torrez Rojas<sup>3\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** A violência contra a mulher no Brasil apresenta grandes índices de feminicídios, fruto de um extenso histórico de violência contra a mulher. Caçador possui suas raízes ligadas ao Contestado, que marcou a região deixando um lastro de pobreza e fome. No contexto de violência contra mulher, é herdado uma cultura machista, com características conservadoras. A cidade apresenta altos índices de violência doméstica. A DPCAMI (Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso) da cidade é responsável por atender as mulheres que sofrem violência. Levando em conta este problema, propomos a aplicação do algoritmo de aprendizagem de máquina não supervisionado *K-Means*, como ferramenta no auxílio da análise de dados sobre violência. A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa consiste de quatro etapas: 1) O levantamento de dados, que foi efetuado junto à DPCAMI.; 2) Padronização e normalização dos dados para aplicação do algoritmo *K-Means*; 3) Execução do algoritmo sobre os dados preparados; e 4) Análise dos resultados gerados. Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica sobre assuntos relacionados ao tema. Efetuando a análise dos dados, foi possível traçar características da violência contra a mulher em Caçador, tendo como base doze meses de dados de ocorrência fornecidos pela DPCAMI e nove características identificadas nos dados fornecidos. O algoritmo foi aplicado a quatro características, gerando seus gráficos e para cinco características foi empregada estatística básica. Pois, devida a natureza do algoritmo a aplicação sobre qualquer dado não gera um resultado que faça sentido. Os gráficos obtidos apresentam a aplicação do algoritmo *K-Means* sobre dados, possibilitando uma análise diferenciada com relação a aplicação da estatística básica e um entendimento mais aprofundado sobre a característica avaliada. Por meio dos gráficos podemos ter um entendimento melhor da contribuição do algoritmo de máquina *K-Means* para o estudo da violência contra a mulher. Os gráficos possuem três agrupamentos, podemos notar por meio das cores, as mais escuras são ocorrências mais frequentes agrupadas. Os pontos em vermelhos representam o termo médio dentro do agrupamento (*centroid*), ou seja, o ponto equidistante dos pontos do agrupamento. No eixo X temos os doze meses, iniciando em Agosto/2017 e finalizando em Julho/2018, e no eixo Y a característica que está sendo avaliada pelo algoritmo. No gráfico referente a idade do agressor, podemos

<sup>1</sup> Discentes do curso técnico em informática.

<sup>2</sup> Docente. Doutora em geografia.

<sup>3</sup> Docente. Doutor em engenharia elétrica.

\* Autor para correspondência: marco.rojas@ifsc.edu.br



verificar que o agrupamento principal foi entre as idades de 14 anos a 32 anos, sendo o termo médio (*centroid*) de 24 anos. No gráfico referente a idade da vítima podemos verificar que o agrupamento principal compreende as idades de 15 anos a 31 anos, sendo o termo médio (*centroid*) de 25 anos. Nota-se que a mulher é exposta como vítima desde cedo e percorre até uma idade adulta e também abrange mais tempo comparado com a idade do agressor. O gráfico com relação aos dados do tipo de encaminhamento, podemos verificar que existe uma concentração nas ocorrências do tipo 85 (Núcleo de Psicologia) e 86 (Núcleo de Práticas Jurídicas), representando 45,30% e 40,88% de 362 encaminhamentos. Por sofrer determinado tipo de assédio, as mulheres são encaminhada a seus respectivos núcleos, para tratar de sua saúde mental e/ou de seus bens, caso a violência tenha sido do tipo patrimonial, por exemplo, se direcionando ao Núcleo de Psicologia e Núcleo de Práticas Jurídicas. O gráfico que ilustra a distância do marco zero (centro da cidade) ao local em que a violência ocorreu no relato à polícia, podemos visualizar que houveram dois agrupamentos em destaque, que nós mostram que a violência ocorre durante o ano todo. Concluímos também que existe uma concentração de ocorrências de violência em bairros próximos ao centro da cidade, nas distâncias entre 3,34 km a 10 km. Com relação a Medida Protetiva, nos dados coletados tivemos a ocorrência de 89 casos que não foi necessário a medida protetiva e 165 casos tiveram medida protetiva, totalizando 254 casos. Representando 35,04% e 64,96%. Portanto, este número mostra que a medida protetiva é uma prática comum na cidade. Com relação a Desistência, conforme os dados coletados a principal ocorrência com mais casos foi a 718 (a vítima não achou necessário) com 24 casos. Representado 37,50% do total de 64 ocorrências. Podemos concluir que parte das vítimas não prosseguem com o processo contra o agressor. Reputamos através dos dados que o fato de não prosseguir com o processo, abrange vários fatores que atingem nossa cidade, pelo senso comum de que “ele vai mudar”, “o processo não dará em nada”, que de fato acaba desmotivando as vítimas e fazendo com que elas de alguma forma, desista. Analisando o tipo de violência sofrido, foi possível identificar o tipo de violência com maior ocorrência, sendo a 41 (ameaça) com 206 casos. Representando 28,57% do total de 721 ocorrências. Levando em consideração esta informação, podemos concluir que os agressores usam ameaças para manipular as vítimas. Analisando a relação de parentesco entre a vítima e o agressor, pudemos verificar que 47,69% de 260 ocorrências é o 325 (Ex-amásio). Amásio é quem mantém uma relação afetiva com alguém, vivendo junto sem ser judicialmente casado. Podemos concluir que a violência ocorre mais entre pessoas que moram juntas ou frequentam a casa. Nos dados coletados tivemos a ocorrência da 102 casos que não representarão e 150 casos tiveram representação, totalizando 252 casos. Estes casos representando 40,47% e 59,53% respectivamente. Portanto, este número ilustra que um pouco mais da metade dos casos efetua representação. A representação é a exposição de motivos, razões ou queixas que podem ajudar na formalização do processo, que pode decretar outros encaminhamentos, com base no que foi representado. Foi verificado e apresentado o perfil característico no cenário de violência contra mulher em Caçador, este perfil possibilita que ações visando mitigar este problema possam ser planejadas na cidade. Também, verificamos novas questões, refletindo se essas mulheres que não prosseguiram com a denúncia, continuam a sofrer violência ou não. Assim, um maior aprofundamento e acompanhamento destes dados é necessário.

**Palavras-chave:** mulher; violência; aprendizagem de máquina.



## **A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)**

Flávia Rhafaela Pereira<sup>1\*</sup>

(Universidade Federal do Paraná – Câmpus Curitiba)

Silvio dos Santos<sup>1</sup>

(Universidade Federal do Paraná – Câmpus Curitiba)

**Resumo:** A fé, em sentido amplo, é a busca pela racionalização do inexplicável. Para Weber (1991) é comum ao homem crer que figuras misteriosas e com poderes que estão além da compreensão humana são capazes de curar os males físicos e espirituais. É o caso dos terapeutas populares, também conhecidos como benzedores, agentes sociais que tem por característica a religião e dentro desta, a cura. O ato de benzer remete à Idade Média. Mulheres e homens conhecedores de ervas, raízes e rezas se dedicam a esse trabalho desde muitos séculos atrás. No Brasil a tradição do benzimento, muitas vezes marginalizada, é de importância incontestável. Essas figuras carregam consigo a tarefa de sobreviver ao imponente avanço científico e tecnológico e, mais do que isso, manter viva uma memória coletiva que vem sendo deixada de lado. Perseguidas ao longo da história pelo cristianismo, que as caracterizavam como bruxas, essas figuras permaneceram firmes em seus propósitos e conquistaram seu espaço na sociedade. A proposta deste artigo é realizar um debate acerca das práticas de benzimento contemporâneas empregadas pelas terapeutas populares na Região do Contestado, com o objetivo de produzir questionamentos sobre a importância destas figuras para a malha social e o protagonismo no papel de resistência contra a intolerância religiosa. O trabalho pretende abordar a influência da fé messiânica empregada pelos três Monges que figuraram a Guerra do Contestado (João Maria D' Agostini, João Maria e José Maria), desta forma ressaltando a importância da manutenção da memória do conflito. O artigo é processo de um projeto monográfico que ambiciona democratizar o acesso ao tema, desta maneira tem como foco a produção de uma exposição, onde a temática das benzedoiras seria levada ao público de uma forma sensível e cuidadosa. A exposição contará com fotos, objetos sacros, vídeos e conteúdo histórico, para que o visitante compreenda a importância e o saber que carregam esses agentes para a manutenção da história pública. É imprescindível para a elaboração da exposição histórica que haja consentimento de todas as benzedoiras entrevistadas ao longo da montagem e curadoria da exposição. A Região do Contestado, no início do século XX, era um território quase inóspito. Situado no extremo sul de Santa Catarina, é composto por quarenta e cinco municípios, e tem por sede a cidade de Joaçaba. O território foi assim reconhecido a partir da lei complementar estadual nº 571, de 24 de maio de 2012. Conhecido como “sertão” por se concentrar longe da capital, abrigava em seu território, no fim do século XIX e primeiros decênios do século XX, indígenas dos grupos Kaingang e Guarani, portugueses que vieram parar na região pelo *uti-possidetis* e negros. Esse conjunto de povos deu origem ao homem “caboclo”. A ausência de hospitais e médicos obrigava essa população cabocla a recorrer às práticas de benzimento. Práticas essas baseadas principalmente nos

<sup>1</sup> Discentes do curso de história.

\* Autor para correspondência: [flaviarhafaelpereira@gmail.com](mailto:flaviarhafaelpereira@gmail.com)



ensinamentos indígenas, que consistiam no uso de ervas, rezas e determinadas plantas. Com a chegada do colonizador essas práticas foram mudando e se misturando às já existentes na Europa, o idioma da reza também foi alterado para o português ou o espanhol. Nesse contexto, as benzedeadas eram elementos fundamentais para a sociedade. Responsáveis por curar as pessoas adoecidas se tornaram populares rapidamente no sertão. As benzedeadas eram figuras de grande prestígio social no início da colonização do sertão catarinense. A Guerra do Contestado veio para afirmar ainda mais essa prática. A figura dos Monges João Maria D' Agostini, João Maria e José Maria criou na população cabocla uma fé messiânica desmedida. Os Monges, ainda hoje, mantêm lugar de prestígio na prática de benzimento. É através de iconografias e rezas que suas figuras são visitadas e comemoradas pela fé cabocla que se espalhou pelo território brasileiro. Este artigo surge da necessidade de se avaliar questões pertinentes ao movimento messiânico que atingiu seu auge na Guerra do Contestado e se enraizou na cultura e identidade da região na qual o conflito foi inserido. Percebe-se, contudo, um escasso estudo quanto à relevância da contribuição cultural, econômica e histórica dos caboclos para a Região do Contestado, principalmente no que concerne ao papel das benzedeadas, foco de maior preponderância deste projeto. O resgate histórico do legado desses indivíduos através da história oral é a possibilidade de dar voz a um passado que por muito tempo permaneceu silenciado. Estudar a figura das benzedeadas dentro deste gigantesco processo de apagamento da memória é lutar pela preservação do direito por uma história. O artigo se propõe a analisar como as benzedeadas ressignificam as tradições e costumes messiânicos originários da Guerra do Contestado mesmo com as diversas dificuldades e entraves para a manutenção desta cultura na atualidade, levando em conta os avanços tecnológicos, a necessidade de urgência da sociedade contemporânea e a facilidade de apoio hospitalar. Ao se analisar bibliografias já existentes quanto aos temas aqui propostos para discussão, se percebe uma variedade significativa de estudos no que se trata do tema benzedeadas. Da mesma maneira se identifica um número considerável de estudos acerca da Guerra do Contestado, entretanto, há uma ausência na discussão dos aspectos culturais e identitários que surgiram no período da Guerra (1912-1916) para a formação da população que até hoje se concentra neste território. Assim, este artigo pretende analisar quais fatores culturais e ligados ao imaterial surgiram no contexto da guerra e se perpetuaram de forma oral até os dias atuais. Também se faz necessária a problematização do trauma como uma característica desta população, visto que muitas dessas benzedeadas estão ligadas geneticamente ao conflito, é o caso de Dona Maria Francisca Simão que é filha de uma benzedeadas participante da guerra, muitas histórias, costumes, crenças e cotidiano de Dona Maria Francisca, conhecida vulgarmente como Mariazinha, estão diretamente ligados a ideais que nasceram em um contexto de conflito e que se perpetuaram seja pelo trauma vivido, seja por questões genético-familiares, é assim que muitas outras mulheres do sertão catarinense sobrevivem ao contexto regional no qual estão inseridas. Nossa pesquisa dedica-se a essa sobrevivência.

**Palavras-chave:** benzedeadas; guerra do contestado; benzimento; história oral.





## A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR

Andrea Alves Cavalet<sup>1</sup>

(Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Câmpus Caçador)

Hillevi Maribel Haymussi<sup>2</sup>

(Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Câmpus Caçador)

**Resumo:** Este projeto situa-se no contexto da cidade de Caçador, especificamente no âmbito da temática violência contra as mulheres. A violência contra as mulheres reflete a manifestação extrema de diversas desigualdades que foram se estabelecendo no âmbito da sociedade. As mulheres, desde as sociedades mais antigas, sempre foram marginalizadas e até mesmo tratadas como aberração ou como um ser incompleto. A mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino de subordinação aos homens, o que expressa uma profunda desigualdade de gênero. O movimento feminista organizado surgiu nos Estados Unidos na segunda metade dos anos sessenta. Expandiu-se pelo ocidente propagando a libertação da mulher. No século XX, o movimento feminista se espalhou pelo mundo com manifestações como: queima de sutiãs em praça pública e libertação da mulher com a criação da pílula. Multiplicaram-se as palavras de ordem: “Nosso corpo nos pertence!” “O privado também é político!” “Diferentes, mas não desiguais!” Embora muitas lutas e esforços de mulheres, grupos organizados da sociedade civil tenham conquistados direitos no mundo todo, o número de agressões tem aumentado assustadoramente. Assédio, exploração sexual, tortura, estupro, violência psicológica, agressão por parceiros ou familiares. Sob diversas formas, a violência contra as mulheres sempre esteve presente, em menor ou maior intensidade, em todo o processo histórico da sociedade. No Brasil acontece um estupro a cada 11 minutos, uma mulher é assassinada a cada duas horas, cinco espancamentos a cada dois minutos. E em Caçador? Como esta questão se manifesta? A questão central que orientou o presente estudo foi realizar um levantamento em instituições da cidade de Caçador sobre o cometimento de violência contra as mulheres no ano de 2018, e analisar os dados coletados, estabelecendo um perfil destas mulheres e analisar as principais formas de violência. O interesse em elaborar o presente projeto vem da constatação do número crescente de violência praticada contra as mulheres. Como objetivos específicos estabeleceram-se: Identificar e caracterizar as instituições receptoras de denúncias de violência contra mulheres em Caçador; Estabelecer o perfil das mulheres acometidas de violência; Identificar os tipos de violência denunciadas; Identificar quem são os violadores. O presente estudo tem como suporte teórico/metodológico investigativo - o método crítico dialético. Para a coleta de dados foi utilizado os dados

<sup>1</sup> Discente do curso de serviço social. Bolsista art. 170/2018/UNIARP

<sup>2</sup> Docente. Doutora em serviço social.

\* Autor para correspondência: hillevi@uniarp.edu.br



institucionais, dados secundários, revisão bibliográfica, dados oficiais e legislação específica. Este procedimento foi analisado através do tratamento estatístico dos dados coletados através de formulário de coleta de dados, com análise qualitativa. Na instituição A: se constatou que foram 17 mulheres acolhidas no ano de 2018. Dentre as 17 mulheres acolhidas, 13 mulheres tiveram como violador/agressor o marido, uma mulher o pai, duas mulheres o agressor foi o filho e uma mulher teve como violador a mãe. Os dados colhidos na Instituição B apontaram em 2018, 18 casos de violação contra a mulher. Na maioria dos casos o violador/agressor é o marido: 11, sendo 4 ex esposos. Mas há também 2 casos de agressão por filho, 1 por neto e 1 por irmão. Na Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), os casos de violência cometidos contra mulheres, no ano de 2018, totalizaram 217. As ocorrências obtidas na DPCAMI totalizaram 963 de boletins de ocorrência na cidade de Caçador no ano 2018. Nestas Instituições o número de mulheres que sofreram violência totalizam 1.215 mulheres. A maior concentração de violência ocorreu na faixa etária entre 20 a 29 anos coincidindo com as estatísticas estaduais e nacionais. Mas também a violência ocorreu entre mulheres muito jovens, de 15 a 18 anos, e entre mais idosas, de 80 a 90 anos. Em relação aos violadores, em todos os casos revelam-se como membros da família, quer sejam maridos, ex maridos, namorados, pais, filhos e companheiros em união estável. Os tipos de violência mais praticados são a violência física, psicológica e sexual.

**Palavras-chave:** violência; mulheres; caçador.

## ARQUITETURA, CIDADES, TERRITORIALIDADES E PATRIMÔNIO MATERIAL

Crematório da Guerra. Foto: Athur Peixer





## MUSEU DO JAGUNÇO: UM ABRIGO A MEMÓRIA DA LOCALIDADE DE TAQUARUÇU

Guilherme Cazarin<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Nayara Ebert<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Juliana Aparecida Biasi<sup>2\*</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

**Resumo:** O final do século XIX e início do XX, marcaram o Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina, no planalto sul brasileiro, com um cenário de guerra. Houve disputas por territórios entre Brasil e Argentina, limites de terras mal resolvidas entre os estados de Santa Catarina e Paraná, a inserção da estrada de ferro que ligou os estados de São Paulo a Rio Grande do Sul, a exploração estrangeira de recursos naturais, o descaso governamental, o messianismo e fortes conflitos entre o exército e sertanejos, todo este contexto se denominou Guerra do Contestado. De um lado o povo sertanejo lutando sobre as duras condições de exploração, e do outro as forças institucionais em defesa do ideal de trustes capitalistas e da modernidade. Milhares de pessoas participaram da guerra, sendo sua maioria sertaneja. Nessa disputa de terras encontravam-se ao longo do Rio do Peixe extensões muito férteis. Sabendo então da importância dessa região as províncias lutaram com garra por este território tão rico em madeira e cultivo de erva-mate. Somente em 1916, no período republicano, é que foi definida a divisa entre os dois estados de Santa Catarina e Paraná. Onde a ferrovia, que ligou São Paulo ao Rio Grande do Sul, foi implantada houve a expulsão da população de suas terras, que a princípio era de quinze quilômetros de cada lado da ferrovia e após negociações passou a ser de nove quilômetros para cada lado. O longo percurso trazia muitas promessas de um melhor desenvolvimento para a região Sul do Brasil, o sonho de ligar o Norte ao Sul deu certo, mas custou a vida de muitos trabalhadores. Em meio a este contexto desde as premissas até a guerra vê-se o surgimento dos monges que transmitiam palavras de conforto, ganhando respeito por suas profecias. José Maria reuniu muitas dessas famílias desalojadas de seus lares em “reduitos”, que eram um tipo de abrigo para se protegerem daqueles que haviam tomado suas terras. José Maria de Santo Agostinho pregava a criação de um mundo novo, regido pelas leis de Deus, onde todas as pessoas viveriam em paz, e com terras para trabalhar. Assim o Monge conseguiu reunir milhares de seguidores, principalmente de camponeses sem terras. Os coronéis e os governos federais e estaduais ficaram preocupados com sua liderança e passaram a acusá-lo de ser um grande inimigo da República, que estava disposto a desestruturar o governo e a ordem da região, com isso, soldados do exército e policiais foram enviados com o objetivo de desarticular esse movimento. Os camponeses, armados com espingardas, facões (muitas vezes feitos de madeira) e enxadas, enfrentaram as forças oficiais que possuíam maior poderio bélico, porém menor conhecimento das características geográficas e territoriais do sul brasileiro, mas especificamente de Santa

<sup>1</sup> Discente de arquitetura e urbanismo.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em engenharia civil.

\* Autor para correspondência: [juliana.biasi@unoesc.edu.br](mailto:juliana.biasi@unoesc.edu.br)



Catarina. A guerra do Contestado mostra como políticos e governantes tratavam as questões sociais da região. Os interesses financeiros e comerciais ficavam acima da necessidade da população mais pobre, não se resolvia nada com negociação e acordos ou decisões judiciais, só com movimentos e combates militares. Após um ano da morte de José Maria em Irani (SC), Taquaruçu, ou “Cidade Santa” de Taquaruçu para os sertanejos, foi o núcleo inicial de agrupamento de caboclos, devotos e descontentes com o domínio dos republicanos. Após Taquaruçu, surgiram sucessivamente mais núcleos de aglomeração em diversos pontos do oeste do estado o que preocupava tanto os coronéis como o Governo Republicano. Em fevereiro de 1914 o exército cercou e bombardeou o reduto de Taquaruçu, marcando um massacre, em sua maioria de crianças, idosos e mulheres, que até então foi inédito na região do planalto. A partir daí a guerra assumiu uma violência sem medidas. O próximo ataque ocorreu no novo reduto de Caraguatá, um pouco mais ao norte, aonde os homens adultos de Taquaruçu tinham se deslocado dias antes do massacre para auxiliar na sua construção. O objetivo deste estudo é analisar quais foram os acontecimentos ocorridos em Taquaruçu, hoje pertencente ao município de Fraiburgo, na Guerra do Contestado e qual é o patrimônio imaterial que o museu do Jagunço abarca. A metodologia desta pesquisa é de caráter qualitativo exploratório, pois busca maior familiaridade com o tema a partir de levantamento de referenciais teóricos, entrevistas com o staff do museu e visitas in loco. O museu abriga seu acervo em duas edificações, que seriam as duas escolas daquela época, uma do estado e a outra do município. Nelas estão expostas todas as peças acervadas, em uma das edificações estão as peças dos indígenas que ali foram encontradas, informações sobre a formação dos caboclos, agricultores e seus utensílios e histórias de monges. Na outra construção, ficam expostas as armas que os caboclos utilizaram na guerra – algumas confeccionadas em madeira, dentre elas algumas foram feitas pelas pessoas da comunidade que doaram ao museu, uma forma de homenagear o povo que lutou com toda a garra – e até mesmo algumas do exército que sertanejos recolheram depois do massacre em Taquaruçu e esconderam nos troncos ocios das árvores para não serem devolvidas. Ainda existem no local das trincheiras, dando ao observar algum resquício visual do que foi a zona de um combate sangrento. Perto do museu do jagunço foi construída uma gruta, chamada de “Gruta do Monge”, em homenagem a João Maria, que foi o primeiro monge da região e que remete à história de que onde João Maria passasse brotava uma vertente de água e ali ele plantava uma Cruz de Cedro e se instalava. Não há uma definição certa do porque o museu local se chama Museu do Jagunço, e existem discussões sobre a alteração de seu nome, porque dentro de toda história o Jagunço é um termo pejorativo, que não representa o caboclo. Jagunço era um capataz, um matador violento, ou seja, caboclos contratados para matar, os caboclos que se rendiam por medo de morrer passaram a trabalhar para o exército para denunciar ou então passar as táticas de guerra. Com esta pesquisa foi possível verificar que o Museu do Jagunço preserva uma paisagem de conflito em suas proximidades.

**Palavras-chave:** monges; ferrovia; museu do jagunço; Taquaruçu.



## TERRAS DO CONTESTADO SUBMERGIDAS PELAS ÁGUAS: O CASO DAS PROPRIEDADES FORMADORAS DO LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MACHADINHO

Fábio Roberto Krzysczak<sup>1\*</sup>  
(Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Câmpus Sertão)

**Resumo:** Este texto é direcionado ao estudo das questões socioambientais discutidas pelos desapropriados, expropriadores e pelo poder judiciário nos processos de reintegração de posse e de desapropriação das propriedades necessárias para a construção da Usina Hidrelétrica de Energia Machadinho – Carlos Ermírio de Moraes (UHE Machadinho), localizada no Rio Uruguai, fazendo divisa com o estado de Santa Catarina, entre os municípios de Maximiliano de Almeida/RS e Piratuba/SC, que começou a ser construída em 2 de março de 1998, em 28 de agosto de 2001, teve início o enchimento do seu reservatório, o primeiro grupo hidrogerador entrou em operação comercial no dia 16 de fevereiro de 2002 e o fechamento do rio com o seu desvio pelos túneis ocorreu em 26 de outubro de 1999. A área sob influência direta do seu reservatório abrange o território de dez municípios, seis localizados em Santa Catarina – Piratuba, Capinzal, Campos Novos, Zortéa, Celso Ramos e Anita Garibaldi, na região do Contestado – e quatro localizados no Rio Grande do Sul – Machadinho, Maximiliano de Almeida, Barracão e Pinhal da Serra, região do Alto Uruguai. Neste sentido, o objetivo é analisar os processos de transformação socioambientais local, ocorridos com as desapropriações das propriedades rurais catarinense para a construção da UHE Machadinho, associando-os com a percepção que os sujeitos apresentavam em relação ao meio ambiente, a propriedade rural e suas reterritorializações. Dessa forma, as reflexões, fundamentações teóricas, as análises a respeito das relações decorrentes entre o homem, o meio ambiente e a propriedade foram respaldadas e descritas de forma que se possa visualizar e compreender melhor essas inter-relações. A metodologia adotada para a realização da pesquisa seguiu os pressupostos da pesquisa qualitativa, envolvendo uma análise de 10 processos judiciais, postulados no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, de desapropriação e de reintegração de posse relacionados à UHE Machadinho. A construção e o funcionamento da UHE Machadinho se deram através de regime de concessão, formada por um consórcio constituído por 11 empresas, sendo sete privadas e quatro públicas. Na margem esquerda do Rio Uruguai, lado sul-riograndense, foram desapropriadas 584 propriedades por utilidade pública para a construção da UHE Machadinho, na margem direita, lado do Estado de Santa Catarina, recorte espacial do presente estudo, foram desapropriadas 446 propriedades. Após as desapropriações estas terras tornaram-se propriedades da concessionária de energia e, os atingidos deveriam desocupar suas antigas propriedades, por não lhes pertencerem mais e por terem se tornado áreas de utilidade pública. Contudo, após as desapropriações e em pleno funcionamento da Usina muitas destas propriedades encontravam-se ocupadas por pessoas, gados, benfeitorias e pastagens. Por isso, as concessionárias postularam diversas ações judiciais de reintegração de posse culminadas com esbulho possessório para reaverem suas

<sup>1</sup> Técnico administrativo em assuntos educacionais. Doutor em história.

\* Autor para correspondência: fabio.kk@bol.com.br



propriedades. Justamente nestes processos, tanto de desapropriações quanto de reintegrações de posses, foram analisados elementos que abordassem a temática função socioambiental, nos quais se constatou que foi amplamente discutida nos tribunais. Um ponto discutido foi que os desapropriados além das indenizações pela terra nua, requeriam indenização pelas benfeitorias reprodutivas e/ou produções vegetais, como dos reflorestamentos, das pastagens, dos pomares de frutíferas. Outro elemento constatado nos autos de desapropriações é que os desapropriantes não tinham interesse em realizar uma indenização econômica pela desapropriação das matas e das áreas de preservação ambiental, espaços estes que são tutelados para o cumprimento da função social da propriedade. O proprietário desapropriado não deve ser punido pelo poder público, com a desvalorização econômica da área que preservava justamente para atender à limitação imposta pelo próprio poder público. Ou seja, se ele não for indenizado era prejudicado por cumprir com a função social da sua propriedade. A indenização entra em harmonia constitucional na tutela dos direitos fundamentais, como o equilíbrio ambiental, a propriedade privada e a valoração da função social da propriedade. Num contexto global, os desapropriados também solicitaram indenizações pelas plantas ornamentais existentes nas propriedades e que não possuíam destinação comercial. Quanto à permanência dos posseiros nas propriedades desapropriadas esses entendiam que residir e laborar nelas estariam cumprindo com função social da propriedade, eis que para eles a grande quantidade de terras remanescentes, não tinha serventia para a atividade desenvolvida pelas concessionárias, estaria totalmente abandonada, sem cumprir a sua função social. Ocorre que muitas vezes as propriedades estão inseridas na sua totalidade dentro de áreas de preservação ambiental ou permanente e conseqüentemente não são utilizadas para cultivo, pecuária, entre outras atividades, mas a sua maior peculiaridade é a preservação ambiental, por isso, não estar sendo laborada pelo homem não a caracteriza como não cumpridora da sua função socioambiental. Outro aceno a função socioambiental encontrado nos processos das desapropriações é referente às indenizações por danos morais requeridas pelos desapropriados, postulando em virtude da perda das relações, da cultura, do modo de vida, das práticas antigas, dos bens incorpóreos e dos seus deslocamentos para assentamentos ou propriedades em outras regiões. Através desta análise processual, constata-se que os atingidos pela UHE Machadinho já acenavam uma compreensão sobre a função socioambiental das suas propriedades, contudo, a teoria da função social da propriedade não tem tido eficácia prática e previsível na realidade da sociedade, dos operadores do direito e no funcionamento do mercado, a verdade é que, entre nós, a noção ainda não foi, inexplicavelmente, desenvolvida ou mesmo suficientemente compreendida no plano doutrinário, daí os percalços históricos e jurídicos que enfrentamos. Fica nítido através dos processos que a função socioambiental da propriedade rural e a reterritorialização não foram quesitos relevantes para a escolha da área para a construção da UHE Machadinho. Contudo, temos que ter clareza de que, ao tratar de função socioambiental da propriedade, precisamos ter ciência de que a mesma é percebida de formas diferentes pelas pessoas, influenciada por diferentes contextos históricos, culturais, políticos e econômicos.

**Palavras-chave:** propriedades rurais; desapropriação; hidrelétrica; socioambiental.



## ANÁLISE DA TEMÁTICA ARQUITETÔNICA DA IGREJA DA LINHA CONSULTA E A INFLUÊNCIA DA GUERRA DO CONTESTADO NAS CONSTRUÇÕES DA REGIÃO

Cleiton Grigolo<sup>1</sup>  
(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)  
Cristiane Piccinin<sup>1</sup>  
(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)  
Sabrina Solonynska Dias<sup>1</sup>  
(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)  
Higor Giacomini<sup>1</sup>  
(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)  
Juliana Aparecida Biasi<sup>2\*</sup>  
(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

**Resumo:** O processo de colonização no Brasil modificou severamente a cultura, os povos, os costumes, as referências e a forma de se pensar e construir edificações em todo o território brasileiro. Isso porque os imigrantes trouxeram consigo uma bagagem cultural e arquitetônica bastante diferente dos povos que habitavam o país anteriormente à colonização europeia. Alemães, italianos, franceses, entre outros imigrantes europeus, deixaram para trás um período de crise, fome, miséria e desesperança, no qual a Europa passava, e vieram para o Brasil em busca de terras férteis, comida e dignidade. Procurando sempre criar um ambiente semelhante a suas terras de origem, construíram inúmeras obras inspiradas nas já existentes na Europa, edificações essas que evidenciavam o fanatismo religioso herdado dos europeus e que vieram a fazer parte da arquitetura brasileira. Entre outubro de 1912 e agosto de 1916, iniciam-se na região sul do Brasil, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, confrontos culturais e disputas de terras entre os povos caboclos residentes da região e forças militares dos poderes federal e estadual. Disputa essa chamada de Guerra do Contestado, assim nomeada por se travar na região historicamente contestada entre os dois estados brasileiros. A guerra teve início a partir da desapropriação de uma faixa de aproximadamente trinta quilômetros de largura para a construção da estrada de ferro que ligava o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul e que cortava todo o Meio Oeste catarinense. A linha férrea ligava o estado de Santa Catarina ao Paraná através do município de União da Vitória e ao Rio Grande do Sul por Marcelino Ramos, com a finalidade de integrar os estados e dar escoamento à produção do interior até os mercados consumidores e os portos. A ferrovia foi suporte fundamental para a implantação de uma grande empresa madeireira na região, empresa essa que, assim como a estrada de ferro, foi responsável pela desapropriação das terras de muitas famílias. A expulsão dos posseiros, de pequenos fazendeiros, agricultores e madeireiros culminou em um considerável contingente de trabalhadores ociosos, o que, somado ao fanatismo religioso presente nesta época, causou a revolta por parte dos povos caboclos. As

<sup>1</sup> Discentes de arquitetura e urbanismo. Bolsistas ProUni.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em engenharia civil.

\* Autor para correspondência: [juliana.biasi@unoesc.edu.br](mailto:juliana.biasi@unoesc.edu.br)





primeiras atividades correlacionadas ao setor madeireiro em Santa Catarina estavam ligadas ao século XVI por não possuírem tecnologia desenvolvida. A extração de madeira durante este período conflituoso, bem como, os negócios madeireiros, tiveram grande salto nesta época, seja para a construção da ferrovia ou para arquitetura em geral. É fato que a edificação da estrada de ferro potencializou investimentos na região, de modo especial, ligados à venda de terras aos colonos e à exploração da matéria-prima em todo o território. A utilização da madeira de pinheiro e de imbuia tornou-se de grande escala, e grande parte das edificações e obras arquitetônicas no sul do Brasil foram produzidas com este material, que se tornou parte da cultura arquitetônica catarinense. Tanto foram utilizadas, as espécies de madeira mais comumente inseridas no meio civil, que hoje se encontram em ameaça de extinção. Entre elas está o pinheiro araucária, árvore típica do sul do Brasil, e a imbuia, considerada madeira nobre. Mesmo assim, a indústria da madeira no estado foi precursora da industrialização e acabou por financiar grande parte do desenvolvimento da região. Em meio a este contexto, o objetivo deste artigo é realizar uma análise da temática arquitetônica da Igreja da Linha Consulta, baseando-se no estudo dos elementos que a constituem e a relacionando tanto com a construção da estrada de ferro e toda a Guerra do Contestado, quanto com a construção das edificações em madeira da região, mediante o aumento do uso dessa matéria-prima após estes acontecimentos. Ainda, possibilitar uma conexão entre a extração madeireira na época da Guerra do Contestado e a influência do uso histórico da madeira na arquitetura catarinense. A metodologia utilizada teve abordagem qualitativa, pois apresenta coleta de dados de maneira variada, buscando assim, enfoque no objeto de estudo de modo subjetivo, abrangendo o seu caráter histórico. Os métodos utilizados têm caráter exploratório, pois propiciam maior familiaridade com o problema, envolvendo pesquisas de: levantamento de referenciais teóricos a partir de dados bibliográficos, entrevistas com os moradores de Salto Veloso, onde se situa a igreja, os construtores da região, e a análise de estudo de caso com aplicação de método comparativo a outras obras similares para análise. Obras essas, que podem ser encontradas tanto no Brasil quanto na Europa, assim fornecendo maior material de comparação disponível. A igreja da Linha Consulta, localizada em uma comunidade pertencente ao município de Salto Veloso, no Meio Oeste do estado de Santa Catarina, é uma obra arquitetônica colonial italiana iniciada em 1951, antes da crise de escassez da madeira que ocorreu em 1960, e concluída dois anos depois, em 1953. Além de ser construída quase que totalmente em madeira, seus elementos apontam uma forte influência de correntes arquitetônicas gótica, neogótica, barroca e neoclássica, vigorosamente difundidas em vários países da Europa no século XVIII, e trazidas para o Brasil com os imigrantes de forma difusa e eclética. É constituída de arcos de ogiva, portas e janelas entalhadas, pináculos, arabescos, entre outros elementos decorativos, no entanto, por falta de materiais semelhantes aos utilizados nos países de origem, os imigrantes adaptavam suas construções como era possível, com materiais culturalmente empregados e disponíveis. Por falta de material costumeiramente utilizado pelos europeus em sua terra natal, e a abundância de madeira na região da colonização, este insumo foi um dos materiais mais utilizados por eles, criando um semblante diferente para as edificações projetadas. A igreja deste estudo traz uma história semelhante: suas paredes, pisos e até a estrutura foram feitos em madeira, além dos elementos decorativos que foram fabricados pelos artesãos com a mesma matéria-prima, a madeira. Através da ferrovia, que até hoje se faz presente em meio à paisagem catarinense e carrega a memória de uma triste história de guerra, chegaram os imigrantes que foram os responsáveis por construir obras importantes, bem como essa mesma ferrovia levaria e espalharia a matéria-prima para que as construções fossem realizadas.

**Palavras-chave:** construções em madeira; arquitetura; meio-oeste catarinense; construções religiosas.



## A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO

Marcia Garbin<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Mariana Di Domenico<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Bianca De Bortoli<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Amanda Zago<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Juliana Aparecida Biasi

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)<sup>2\*</sup>

**Resumo:** A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande foi uma ferrovia projetada no ano de 1887 e possui 1.403 quilômetros de extensão, ligando na época as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul pelo seu interior. A sua construção teve início em 1897 no sentido norte-sul pelo trecho entre Itararé e Rio Iguazu, no município de Porto União, sendo finalizada no ano de 1905. Em 1908, a empresa ferroviária *Brazil Railway Company*, do investidor norte-americano Percival Farquhar, assumiu o controle da ferrovia, pois percebeu que poderia obter um lucro potencial com a exportação de madeira das florestas centenárias de araucárias existentes nas terras por onde a malha viária seria implantada, as quais seriam doadas pelo governo federal. O engenheiro Achilles Stenghel, que chefiava o projeto a mando de Farquhar, recrutou quatro mil operários nas principais cidades brasileiras e até mesmo no exterior. A oferta de altos salários e boas condições de trabalho, aumentou a quantidade de mão-de-obra, que chegou a atingir oito mil trabalhadores, distribuídos ao longo de 372 quilômetros da linha férrea. Ao término das obras a empresa não cumpriu com os acordos tratados com os trabalhadores, principalmente o de pagar a viagem de volta às suas cidades de origem, deixando cerca de quatro mil trabalhadores desempregados e sem condições de sustento. Estes se instalaram na região juntamente com os demais nativos que também foram demitidos das obras, e mesmo com escassas condições de subsistência passaram a viver nesse território, gerando muita revolta. Em meio a este contexto, a Guerra do Contestado teve seu início marcado pelo conflito dos ex-funcionários da empresa madeireira juntamente com os antigos moradores contra os madeireiros e as elites locais. Diante dessa situação, o governo federal utilizou forças militares para obter êxito sobre a população, resultando no fim da guerra em 1916 após a assinatura do Acordo de Limites Paraná - Santa Catarina. Desde os anos 2000, o trecho da Ferrovia do Contestado, que interliga Marcelino Ramos (RS) e Porto União (SC), permanece intacto, porém sem tráfego. Em 2014, ocorreu uma forte enchente, e como consequência, os trechos ficaram cada vez mais inacessíveis, o que levou ao seu abandono completo. Muitos outros trechos, assim

<sup>1</sup> Discentes de arquitetura e urbanismo.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em engenharia civil.

\* Autor para correspondência: [juliana.biasi@unoesc.edu.br](mailto:juliana.biasi@unoesc.edu.br)



como este, também estão impraticáveis até mesmo para se andar a pé, devido à vegetação local que foi crescendo e tomando conta dos trilhos com o passar do tempo. A subutilização destes espaços se deve também a atuação de posseiros em Erechim/RS que construíram sobre a linha de Rio Grande do Sul e deixaram todo o trecho catarinense isolado. O único trecho que é mantido preservado, pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF-SC), é entre Marcelino Ramos/RS e Piratuba/SC onde com frequência circula a maria-fumaça com uso turístico. O projeto do Parque Rio do Peixe prevê a criação de um parque linear seguindo o traçado da ferrovia que margeia o Rio do Peixe. Esta proposta delimita uma faixa de 50 metros de largura e comprimento de 360 quilômetros iniciando no município de Porto União, na divisa do estado de Santa Catarina com o Paraná ao outro extremo, em Alto Bela Vista, município situado na divisa de Santa Catarina com o estado do Rio Grande do Sul. Nos municípios por onde passará o parque encontram-se pontos turísticos ligados à Guerra do Contestado, como estações ferroviárias em Porto União, Matos Costa, Caçador, Videira, Tangará e Piratuba, o túnel e a Cruz do Vacariano em Pinheiro Preto, o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado em Caçador e a maria-fumaça que trafega em Piratuba até Marcelino Ramos (RS). Em seu programa, o parque conta com uma nesga de 25 metros para cada lado da ferrovia que tem por intuito a preservação da fauna, flora e cultura local. Para a utilização do espaço que hoje é ocupado pela linha férrea debilitada, foi proposta uma ciclovia com 300 quilômetros de extensão, contando com espaços de convívio social para atividades de esporte, cultura e lazer e a reativação da ferrovia, adequando-a para um trem de transporte de passageiros. Os parques lineares são adotados como uma medida sustentável na requalificação urbana, com âmbitos ambiental, social, econômico e cultural. Estes são obras constituídas de áreas lineares, com largura visivelmente menor quando comparadas com o comprimento, capazes de interligar elementos de uma paisagem, natural ou edificada, conferindo-lhe função principalmente de uso humano. Cada projeto conta com propriedades específicas adaptadas ao local de implantação, contudo apresentam elementos em comum, tais como redes de drenagem, iluminação pública, ciclovias, caminho para pedestres, arborização paisagística e acesso para as ruas. Entre os projetos propostos para sua reutilização estão parques lineares e a reativação de certos trechos para a exploração turística ou de transporte urbano. Este artigo tem por objetivo analisar como a implantação do Parque Rio do Peixe pode contribuir com a preservação da história e memória da Guerra do Contestado. O estudo apresenta abordagem qualitativa com objetivo exploratório, com a coleta de dados realizada em fontes variadas: levantamento teórico, com procedimentos que abordam a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. No decorrer do estudo percebe-se que a construção do Parque Rio do Peixe contribuirá com a perpetuação da cultura da região através do incentivo ao uso do espaço fortalecendo o vínculo dos moradores com a sua própria história. Os benefícios vêm em uma via de mão dupla: o parque linear auxilia na manutenção da memória da Guerra do Contestado e nos processos subsequentes de imigração e colonização do oeste de Santa Catarina, assim como os pontos de interesse provenientes desta história fazem com que o trajeto tenha maior apelo e interesse turístico para seu atual e futuro mantimento.

**Palavras-chave:** vale do contestado; patrimônio cultural; parque linear; ferrovia; turismo.



## A RECONSTRUÇÃO DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CAÇADOR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA

Stéfani Amanda Ansiliero<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Emily Luvizon<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Helena Pazin<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Juliana Aparecida Biasi<sup>2\*</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

**Resumo:** O vale do Contestado é constituído por 62 municípios, dos quais 5 fizeram parte da área envolvida no conflito armado que marcou a história civil do estado, a Guerra do Contestado. Na busca da valorização e exploração das atividades agrárias voltadas ao mercado externo, através de um decreto foi concedida a construção de uma ferrovia que partiria das margens do rio Itararé, São Paulo até Santa Maria no Rio Grande do Sul. A companhia responsável tinha o direito de explorar, a princípio, 15 km, que mais tarde se tornaram 9 km de cada lado da estrada de ferro. Com parte da estrada concluída a companhia responsável por sua execução passava por dificuldades financeiras, o trecho catarinense não iniciou no prazo estabelecido, coincidindo com a chegada do magnata Percival Farquhar que adquiriu parte das ações empresariais ferroviárias. Com o intuito de explorar a madeira às margens da ferrovia, ele engenhou duas serrarias em Santa Catarina, uma na cidade de Calmon e outra em Três Barras. Em outubro de 1910, no prazo de 03 anos, estipulado pelo governo, a obra foi concluída, totalizando 883 km a linha Itararé-Rio Uruguai, incluindo todas as linhas e seus ramais a rede totalizou 5.148 km. No Alto Vale do Rio do Peixe, a cidade de Caçador (SC) era o polo produtor, e a madeira ainda a principal atividade na região, herança que ainda resiste. No início do ano de 1800, antes de Caçador se emancipar, a região do Vale era uma grande floresta de mata fechada. Os primeiros habitantes a chegarem, logo após os índios foram os caboclos oriundos da miscigenação de portugueses e espanhóis com os nativos, estes conhecidos como mateiros, viviam da própria subsistência. Localizada no meio dessas regiões de campos, Caçador acabou se tornando rota de passagem, a partir de documentos antigos que evidenciam o Vale do Rio do Peixe, como um dos poucos pontos que permitia a passagem dos tropeiros. A trajetória da cidade foi marcada fortemente pela Guerra do Contestado. Era na estação ferroviária que as tropas federais desembarcavam para os combates. Após anos, a Antiga Estação Ferroviária do município de Caçador, hoje conhecida como Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado traz informações detalhadas sobre esta guerra através de seu acervo, incluindo a arquitetura de sua construção, uma réplica ampliada da antiga estação de Rio Caçador, originalmente construída

<sup>1</sup> Discentes de arquitetura e urbanismo. Bolsistas ProUni.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em Engenharia Civil.

\* Autor para correspondência: [juliana.biasi@unoesc.edu.br](mailto:juliana.biasi@unoesc.edu.br)



e inaugurada em 5 de maio de 1910. A construção de uma estação ferroviária na cidade propiciou a chegada dos primeiros migrantes, vindos do Rio Grande do Sul em busca de terras férteis. Porém, o processo de colonização foi interrompido pela Guerra do Contestado, que durante os anos de 1912 a 1916 ocasionou a morte de milhares de pessoas. Após esse período, colonizadores europeus se estabeleceram ao longo dos trilhos na então Vila de Rio Caçador. Mais tarde, por volta de 1941, aconteceu um incêndio que acabou com toda a antiga Estação Ferroviária. Em seu lugar foi edificada a réplica, em madeira, totalizando 460m<sup>2</sup> em dois pisos, inaugurada em 1986. Em seu interior há um acervo denominado “Ferrovia do Contestado”, que apresenta informações, peças da construção e funcionamento da estrada de ferro na região do vale do Contestado. Além de conter dados sobre a colonização e a Guerra do Contestado. Ao lado do museu há uma plataforma, datada de 1910, considerada a maior peça do acervo ferroviário, uma locomotiva *Mogul* “Maria Fumaça”, de fabricação de 1907, com dois vagões, um para passageiros e outro pagador. O objetivo deste artigo é analisar e comparar as técnicas construtivas utilizadas entre a primeira estação e sua réplica, através do estudo de seus elementos arquitetônicos evidenciando o contexto histórico, cultural e socioeconômico do momento em que foram construídas. A metodologia adotada para alcançar o objetivo possui abordagem qualitativa, com a coleta de dados realizada em diferentes fontes, trata-se de uma pesquisa exploratória envolvendo levantamento de referencial teórico e análise de exemplos para compreensão das técnicas construtivas utilizadas na antiga edificação e sua réplica. Quanto aos procedimentos, realizou-se uma visita ao local, para obtenção de fotografias e documentos, que ao associar com os referências teóricos, auxiliam no entendimento e construção de um resultado, visando conhecer a situação e o que há de essencial e característico nesta. No decorrer dos estudos é possível notar as diferenças entre as obras, embora ambas apresentem em sua constituição o uso das madeiras de pinheiro araucária e imbuia, nota-se que no corpo central da réplica (1986) foi utilizado outro tipo de sistema estrutural, nesta porção encontram-se a laje superior do segundo piso, pilares e a estrutura da escada feita em concreto armado e revestida em madeira de lei. A estrutura da escada, pilares e laje superior estão revestidos de tábuas de pinheiro araucária, enquanto os pisanetes da escada estão revestidos de imbuia. Certamente em 1910, época da construção da primeira estação, não havia a disponibilidade do concreto armado para o feitiço da estrutura como é vista hoje. Outra diferença fundamental está nas proporções das edificações, visto que a réplica possui sua porção longitudinal mais alongada, maior número de portas e maior área que a original. Estas diferenças justificam-se no fato de que o espaço já foi reconstruído com o intuito de abrigar o Museu do Contestado e, portanto, necessitaria de uma área maior que a original para abrigar todo o acervo, além de um espaço multiuso, laboratório de conservação e reserva técnica. A semelhança é evidente, no estilo de construção, em madeira com acabamento de mata junta, assim como os acabamentos dos caixilhos de portas e janelas com escuros internos. Nestas últimas, porém, nota-se a ausência, na réplica, das venezianas das janelas do andar superior, que era utilizado como residência pelo diretor da estação, presentes na original. Embora haja diferenças, é notável o esforço para preservar a história contida na construção, ou em relação à ela, e que foi de extrema importância para a criação do estado atual do Vale do Contestado e das pessoas que o habitam.

**Palavras-chave:** vale do contestado; museu histórico e antropológico; ferrovia do contestado.



## O ABRIGO PRIMITIVO DOS PRIMEIROS IMIGRANTES EUROPEUS NO SUL DO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DOS LUSO-BRASILEIROS E CABOCLOS

Flavia Basso<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Juliana Aparecida Biasi<sup>2\*</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

**Resumo:** A região do Contestado, localizada entre os estados de Santa Catarina e Paraná, é marcada por disputas territoriais que lhe concedem o nome. Os paranaenses em 1853, já desmembrados da província de São Paulo, buscavam conquistar novos territórios, invadindo e reivindicando que as terras do oeste catarinense fossem incorporadas ao seu estado. A região em disputa possuía vastas áreas de florestas nativas e plantações de erva-mate, por ser território considerado despovoado, tornam-se atrativos às grandes empresas do ramo madeireiro e fazendeiros com intuito de explorar as terras férteis da localidade. Pelos motivos já expostos, fazendeiros com grande poderio econômico acabavam por colocar pressão para que fossem retirados agregados e posseiros, integrando cada vez mais terras ao seu patrimônio privado. Em 1889, o Governo Imperial decretou a autorização da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, neste documento imperial se destacam cláusulas referentes à imigração e colonização das terras nas proximidades pela linha férrea. A companhia responsável atraía operários nacionais e estrangeiros que imigravam à região, com promessas de altos salários e recebimento de lotes. O principal conflito ocorreu após a construção da linha férrea no final do século XIX e início do século XX, no contrato de execução da ferrovia, o governo concedia à companhia uma faixa de domínio de aproximadamente nove quilômetros de largura para cada lado da linha férrea. O território cedido à empresa foi demarcado e os pequenos posseiros e suas famílias foram expulsos de suas terras de forma violenta. Ao findar das obras, os trabalhadores foram demitidos e a promessa da viagem de volta ao seu lugar de origem não foi cumprida. Milhares de operários se encontravam em situação de extrema pobreza e desempregados. A população buscou apoio na religiosidade que pregava ideais de justiça. O monge José Maria se destacou na união com o povo do oeste catarinense defendendo uma igualdade social, o que o tornou referência para o povo sertanejo. O número de seguidores do monge aumentava com o decorrer do tempo e estes o seguiam por todo lugar. Em 1912, as tropas federais intervieram na região apoiando os fazendeiros contra os caboclos. O conflito, que envolveu desde as disputas por terras entre estados (PR e SC) e o massacre de milhares de sertanejos desalojados de suas terras, ficou conhecido como Guerra do Contestado. Os conflitos perduraram por quatro anos. Somente em outubro de 1916 foi assinado o acordo de paz entre guerrilheiros, limitando o território dos estados de Santa Catarina e Paraná, estabelecendo que as terras da bacia do rio Uruguai estavam incorporadas ao estado de Santa Catarina e as terras da bacia do rio Iguaçu ao estado do Paraná. Após o acordo de

<sup>1</sup> Discente de arquitetura e urbanismo. Bolsista ProUni.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em Engenharia Civil.

\* Autor para correspondência: juliana.biasi@unoesc.edu.br



limites territoriais, o governo catarinense, em 1917 cria cinco municípios com intuito de confirmar a posse do território conquistado. Inicia-se efetivamente a colonização da região do vale do contestado por imigrantes europeus e gaúchos, descendentes de italianos e alemães. As companhias colonizadoras, que recebiam terras do governo, comercializavam lotes aos imigrantes, que queriam que estes estivessem limpos (sem moradores) para iniciar uma nova vida baseada na agricultura de mão-de-obra familiar. Os imigrantes, ao chegarem ao novo território, se deparavam com construções simples e nativas, feitas de madeira, cipó e folhas de palmeiras. Nos primeiros dias os imigrantes se abrigavam em edificações coletivas e temporárias. Ao chegar a seu novo terreno construíam sua habitação, ainda provisória, com auxílio da população já fixada na região. Os materiais utilizados nas edificações eram extraídos na floresta local, porém os europeus não dominavam as técnicas construtivas com materiais alternativos aqui encontrados, e, portanto contaram com o auxílio do caboclo e do luso-brasileiro que adaptavam seu conceito de moradia à nova colônia. Com o passar do tempo, os colonos foram aprimorando suas técnicas construtivas aprendidas com os nativos. As casas deixaram de ser abrigos provisórios e passam a ser habitações intermediárias e/ou definitivas. O conceito de moradia dos europeus da época se assemelhava com o conceito atual, os abrigos intermediários já possuíam portas, janelas, divisórias de ambiente e telhado. Durante o processo de colonização as atividades primitivas de caça, coleta de alimentos, extração de ervas e preservação da floresta do povo nativo foram substituídas principalmente pelas atividades agrícolas de subsistência e comercialização interna no país. As cidades começam a se formar, a cultura dos caboclos e imigrantes se miscigena e constitui os costumes do povo do vale do Contestado atual. Hoje em dia a região possui quarenta e cinco municípios com extensão territorial de aproximadamente quinze mil quilômetros quadrados. O objetivo deste trabalho é o resgate histórico da integração das técnicas construtivas e materiais utilizados durante o período de colonização no território do sul brasileiro por imigrantes europeus e as contribuições realizadas pelos luso-brasileiros e caboclos. Mediante estudos e coleta de dados em referenciais teóricos, realizou-se a análise e compreensão de fatos históricos e do processo migratório com a evolução das primeiras habitações que os imigrantes europeus construíram ao chegar ao novo território juntamente com auxílio do povo nativo. As técnicas construtivas europeias foram adaptadas aos materiais encontrados no sul do Brasil, com as contribuições dos caboclos e luso-brasileiros foi possível o aperfeiçoamento dos métodos construtivos e novos materiais foram incorporados. Atualmente as técnicas construtivas das primeiras edificações da região são consideradas arcaicas e inutilizadas. Conforme os estudos avançam, fica claro que caboclos e o luso-brasileiro foram figuras importantes da história brasileira, suas contribuições vão além dos costumes nativos. O sertanejo em muitos momentos é excluído dos relatos históricos, principalmente do sul brasileiro, por preconceito a este povo que contribuiu principalmente para a fixação dos “colonizadores”. As técnicas construtivas do povo nativo foram ensinadas aos imigrantes europeus e com o passar do tempo foram aprimoradas novos materiais foram inventados e incorporados à construção civil, as edificações encontradas nas cidades atualmente são os resultados dessa evolução. Todo processo de colonização, crescimento populacional e avanços tecnológicos da região são importantes fatos para a história local, e para que essa memória seja conservada devem-se realizar resgates históricos e registro dos fatos.

**Palavras-chave:** vale do contestado; habitação; técnicas construtivas; materiais construtivos; história.



## O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO-OESTE CATARINENSE

Tatiana Bruna Fabian<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Tulainy Parisotto<sup>2\*</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

**Resumo:** Ao longo dos anos, o ser humano esteve suscetível a diversas mudanças, sejam por questões econômicas, tecnológicas, climáticas ou culturais, sua adaptação a novos ambientes sempre se demonstrou como algo notório. As cidades e seu interior edificado, diante de sua evolução, acabam abrigoando em si, na sua malha urbana e na arquitetura de suas edificações, evidências de um passado rico de história e determinação de um povo, que do meio da mata, conseguiu abrir clareiras e iniciar povoados que hoje se tornaram um vasto conjunto de edificações. A Região do Contestado ilustra estas questões com maestria. Esta faixa de terra que atualmente compreende o meio oeste catarinense tem gravada em sua história episódios que influenciaram o desenvolvimento de grande parte das cidades que hoje compõem esta região, tanto no aspecto econômico, quanto social e urbano. A Guerra do Contestado, evento que acabou definindo o futuro da área que atualmente compreende os limites dos estados do Paraná e Santa Catarina, foi um conflito ocorrido entre outubro de 1912 e agosto de 1916, que surgiu a partir da contestação de terras por parte dos caboclos que já estavam instalados na região contra os imigrantes europeus que chegavam para povoar o novo território, o qual era divulgado pelas companhias de colonização como muito promissor e cheio de riquezas. O impulso que deu vida a toda essa contestação territorial surgiu da união das peças que envolviam os desentendimentos entre o Brasil e a Argentina em relação aos seus limites, a ânsia por investir no desenvolvimento do Sul do Brasil do empreendedor norte americano Percival Farquhar, tornando realidade o projeto para implantação da estrutura ferroviária que ligaria o Sudeste ao Sul do país e os conflitos políticos internos, que também não definiam de maneira sólida os limites dos estados do Paraná e Santa Catarina, deixando uma população desolada a mercê da atuação dos monges que, a partir de suas pregações, lhes davam a esperança de que a região poderia, um dia, dar frutos para sustentar a todos se a comunidade trabalhasse de maneira mutua. O Contestado, diante destas premissas, acabou ilustrando características únicas devido seu estado de abrangência histórica. O desenrolar dos fatos do conflito abrange uma gama tão significativa de temáticas diferentes que, atualmente, se tornou crucial entender esses acontecimentos para explicar a configuração da sociedade catarinense na contemporaneidade. Além do cunho social que envolve o messianismo e os conflitos pela territorialidade, questões voltadas ao impacto ambiental, ilustrando o desmatamento em massa e o viés urbano, baseado no surgimento dos primeiros povoados situados estrategicamente próximo das estações ferroviárias e do Rio do Peixe, são aspectos que transformam este conflito em uma relíquia única da história brasileira. Sua complexidade ilustra diversas problemáticas que até hoje se mostram nítidas na sociedade,

<sup>1</sup> Discente do curso de arquitetura e urbanismo.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em educação.

\* Autor para correspondência: [tulainy.parisotto@unoesc.edu.br](mailto:tulainy.parisotto@unoesc.edu.br)



como as desigualdades sociais, a luta pela reforma agrária, o uso da violência e da força ao invés do pacifismo e a submissão da natureza diante da intensa extração madeireira em prol da geração econômica. Tal conexão entre passado e presente enaltece a importância de se preservar a memória dos antepassados do Contestado para propiciar que as futuras gerações possam conhecer acerca do surgimento de nossas cidades, compreendendo como se estruturou este território que, com o final do conflito, evoluiu de forma mais sólida, através da agricultura, pecuária e da indústria frigorífica. O presente trabalho, diante destes apontamentos, possui como objetivo principal avaliar as características deste evento histórico e como o mesmo influenciou a atual configuração da arquitetura e do urbanismo local da região do contestado, ilustrando o surgimento dos núcleos urbanos locais pautados no cenário pós-guerra. Este levantamento evidenciou, por sua vez, como a batalha alterou de forma significativa a paisagem da região, fazendo com que a cultura típica do caboclo fosse substituída de forma enfática pela tradição da linhagem europeia que chegava para colonizar as margens do Rio do Peixe, além da grande exportação madeireira, que além de abrir clareiras na região possibilitou a construção de diversas unidades habitacionais no sistema woodframe nos Estados Unidos. Para o desenvolvimento da pesquisa, diante deste embasamento teórico, se fez necessário realizar uma análise das bibliografias existentes acerca do assunto, cruzando os dados obtidos, além do levantamento de material fotográfico para ilustrar a condição de vida dos primeiros moradores desta região. Ademais, a metodologia empregada explorou ainda entrevistas com moradores locais, agregando relatos de quem viveu a décadas atrás no início da formação das cidades do Meio Oeste Catarinense. Tal estudo, baseado no preceito da pesquisa qualitativa exploratória enaltece por fim os principais aspectos que resultaram no atual desmembramento deste território, mostrando que a estrada de ferro EFSPRG e as margens do Rio do Peixe serviram de incubadora para gerar, posteriormente, os núcleos urbanos que hoje constituem o Vale do Contestado, que com sua arquitetura típica, consegue ilustrar de maneira sólida o resultado da campanha de colonização do período pós guerra. Cidades como Videira, Caçador, Iomerê, Curitiba, Fraiburgo, Três Barras, dentre tantos outros municípios que compõem a região contestada, tiveram em seu território a colonização remanescente que vinha do Rio Grande do Sul e da Europa através da ferrovia, fato este que impulsionou o surgimento de aglomerações humanas que geraram os traçados que hoje as caracterizam como urbe, com edificações que resistiram através do tempo e hoje ilustram a compreensão da arquitetura que este povo, sem nenhum auxílio tecnológico, conseguia edificar. Diante do exposto, nota-se que o evento histórico da batalha do contestado possui grande importância na região do ocorrido, além das questões territoriais e culturais, todo o desenvolvimento urbano e econômico ainda se encontra entrelaçado ao viés histórico do confronto sucedido há pouco mais de dez décadas atrás. Por fim, é possível se afirmar que este conflito cravou na história de Santa Catarina a luta de um povo em buscar de direitos, oportunidades e, acima disso, de um lugar seguro e produtivo para se viver.

**Palavras-chave:** arquitetura histórica; urbanismo; conflitos territoriais; colonização.



## PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL POR MEIO DO ARQUIVO DO CONTESTADO NAS ARTES VISUAIS

Orlando Vieira Francisco<sup>1\*</sup>  
(Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto – Portugal)

**Resumo:** Aproximando-se da estrutura do espaço público e sob o olhar das noções de objeto da teoria da produção de espaço de Henri Lefebvre, este artigo pretende evidenciar o uso do conceito arquivo na prática artística enquanto devir de desconstrução da atual conjuntura em que vivemos. Este artigo também integra reflexões sobre obras gráficas que mostram danos em um sistema conciso, cartesiano e abissal ao descrever posições políticas de um processo histórico tendo como foco a indústria extrativista. Desde o século XVIII, a indústria extrativista valorizou o uso da madeira das araucárias no sul do Brasil para atender à construção civil local tendo como destino obras vulgares ou maiores e públicas, além da construção naval e outros fins de interesse da monarquia portuguesa. Após análises rudimentares e *in loco* destas madeiras durante as expedições imperiais portuguesas em terras brasileiras, devido à comercialização e uso, as cidades da região ganharam suas primeiras vias e novos povoados desenvolveram-se. O objetivo era abrir estradas para que a recém-descoberta madeira chegasse aos portos, e então, à cidade de Lisboa. A Guerra do Paraguai e, mais tarde, a Guerra do Contestado no início do século XX, influenciaram na economia local, modificando o modelo construído durante décadas pelas diferenças culturais entre o povo guarani, africano e de imigrantes europeus. A implementação de um projeto ambicioso norte-americano de estrada de ferro dividiu culturalmente a região onde o povo que ocupava tais terras se preocupava em protegê-las do avanço liberal apoiado por um Estado republicano e militar. Torna-se evidente que o Estado fortaleceu a inserção do liberalismo no sul do país, e a Guerra do Contestado registou aproximadamente 10 mil mortos, a maioria chamados *rebeldes*, e líderes políticos criaram a ilusão até hoje de uma vitória do Estado diante de “fanáticos religiosos”. Em 1974, Henri Lefebvre desenvolveu o conceito de *espaço social* em “The Productions of Space”. Para Lefebvre, o conceito de *espaço social* desencadeia-se como resposta a um processo histórico (consolidação do Estado à escala mundial, guerras e conflitos, uma nova posição da classe operária) e um processo global de *produção*, em função da divisão do trabalho e estruturas sociais hierarquizadas. Exemplos são as histórias dos povos indígenas em função da perda do território e a reconstrução do espaço em função da ausência produzida pelo capitalismo. Ao incluir estas observações em uma investigação em arte sobre produção de espaço e representações de poder e opressão, esta sobreposição de diferentes momentos da história da extração madeireira da Mata Atlântica não se adéqua aos formatos institucionalizados de arquivo, sendo o objetivo do estudo proporcionar a construção de uma nova história pós-colonial. Neste sentido, recorre-se ao conceito de arquivo nas Artes Visuais para analisar de forma crítica o alcance do campo epistemológico dentro da história narrada por alguns investigadores e instituições do Estado Brasileiro sobre a Guerra do Contestado. Devido à coordenação entre dois princípios, o “arquivo” envolve tanto o método fenomenológico quanto positivista da filosofia, sintetizando em seu uso um paradigma muito

<sup>1</sup> Discente do doutorado em artes visuais.

\* Autor para correspondência: orlando.vieirafrancisco@gmail.com

presente na história da produção de conhecimento. Jacques Derrida, no texto “Archive Fever – a Freudian Impression” de 1995, identifica para “arquivo”, na palavra grega *Arkhé*, os princípios de natureza (*ou* história) e da nomologia (*ou* lei), ora para construção de uma ontologia, ora para ordenar interpretações de ordem social. Ou seja, ao considerar o termo *arkheion*, lugar que se refere a quem detinha e denotava o poder político, mantém-se para o conceito de arquivo limitações físicas (o lugar), de autoridade (quem detém o poder) e de modelo retórico (como argumenta ou interpreta). No entanto, ao transpor estes limites, o arquivo aproxima-se do carácter fenomenológico ao dar sentido como uma ferramenta para a prática artística que desalinha classificações e organização. Então, surgem no arquivo possibilidades de novos modelos retóricos que criam novos acessos, por exemplo, a que se refere à paradoxal questão entre público e privado. Trata-se, portanto, de um exercício de articulação e composição. Ou seja, por exemplo, grande parte do acervo de imagens e documentos da Guerra do Contestado foram organizados e “arquivados” pela unidade militar do Estado brasileiro, tendo autonomia para contar a história *desta vitória*. Grandes cidades da região se desenvolveram através de planos urbanísticos modernos, onde centros cívicos foram desenhados com o intuito burguês de salas de estar seguras de manifestações políticas. Militares e líderes políticos da Guerra do Contestado deram seus nomes às ruas como marcos simbólicos desta história, como as ruas e avenidas da capital Curitiba: João Gualberto (líder militar no conflito), Carlos Cavalcanti (governador do Estado do Paraná) e Marechal Hermes (militar e presidente da República) que delimitam um quadrilátero no Centro Cívico da cidade. Representa-se, assim, em espaço público, vias e monumentos que descendentes dos povos indígenas continuam a não ter lugar simbólico. Consta-se, assim, o mencionado por Derrida: detém o poder quem detém o arquivo. Averiguar a história pouco contada sobre a guerra do Contestado tornou-se uma espécie de autópsia do corpo vivo, em que a condição ambulatória estaria controlada pelas forças opressoras. Ou seja, fica evidente a presença da unidade militar brasileira sobre os elementos físicos e simbólicos deste conflito quando descobre-se que as Forças Armadas controlavam o espólio das empresas responsáveis por desencadear o conflito (sempre em posição acima do Estado); ou ainda quando se identificou que o material histórico era produzido por teóricos desta unidade protegidos pela neutralidade institucional do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Arelado a tudo isso, torna-se também evidente que os projetos de desenvolvimento faziam parte de campanhas nacionalistas, de integração e progresso durante os governos totalitários, como produto estratégico da leitura do arquivo que mantinham sobre domínio. Sendo assim, este artigo propõe uma análise crítica das políticas de territorialidade e mudança da paisagem na região do Contestado. Analisa-se, portanto, que os espaços produzidos são apropriados por partes, confrontantes, virtuais, vazios ou pertencentes à multidão, no entanto, desenvolve-se teoricamente quando os espaços sociais não são dimensionados pela forma abstrata cartesiana através de coordenadas e profundidades, ou através do arquivo positivista, mas sim através dos seus alcances sociais e culturais.

**Palavras-chave:** territorialidade; produção de espaço; arquivo; meio ambiente.



## EM BUSCA DA REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DO CONTESTADO

Valdir Roque Dallabrida<sup>1\*</sup>  
(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)  
Carlos Otávio Senff<sup>2</sup>  
(Universidade do Contestado – Câmpus Maфра)

**Resumo:** Dallabrida (2019) faz menção ao propósito de “significar territórios”, para referir-se ao ato de atribuir-lhe uma marca convencional para distingui-los, como recortes espaciais específicos, incluindo sua gente, suas tradições históricas, suas formas de sobrevivência e/ou seus produtos diferenciados. Em outras palavras, afirmava-se que significar territórios, trata-se de reafirmar as especificidades do território e sua identidade, transmitindo-as ao mundo por meio de um signo, servindo como uma marca distintiva. Assim, quando um signo faz referência à representação simbólica que sirva para distinguir um território dos demais lugares, tratar-se-ia de um signo distintivo territorial. Parte-se da premissa de que as possibilidades de ampliar o poder de competitividade, ou, neste caso, de reafirmação da identidade de territórios ou regiões, tanto na dimensão regional, quanto mundialmente, aumenta na medida em que se destacam na capacidade de organização socioterritorial, de revelar ao mundo o saber-fazer próprio da gente daquele lugar, suas tradições, seus bens culturais materiais e imateriais, ou mesmo a qualidade e características específicas dos produtos que oferecem ao mercado (DALLABRIDA, 2019). Com isso, significar territórios, pela reafirmação de sua identidade territorial, implica em reafirmar a valorização da dinâmica territorial nos processos de desenvolvimento. No presente texto pretende-se avançar, situando a discussão de alguns constructos teóricos na realidade socioeconômica, histórica e cultural do Território do Contestado. Para fundamentar minimamente o tema em questão, é necessário fazer referência sobre alguns constructos teóricos, tais como, território, identidade territorial, signos distintivos territoriais e desenvolvimento territorial. Saquet (2015) sintetiza a acepção sobre território como uma construção social, histórica e relacional. Segundo essa compreensão, o território está sempre vinculado aos processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas que nele residem, contemplando tanto as dimensões físico-naturais do lugar, como as atividades produtivas nele realizadas, sua gente com seu saber-fazer, seus costumes e tradições, sua história. Já a identidade territorial é o elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional, pois seus traços e características estão ligados ao meio físico, à cultura, às relações sociais e econômicas, enfim, ao patrimônio territorial (DALLABRIDA, 2016). Refere-se tanto à dimensão social, como a físico-natural (tipo de paisagem) e cultural (tradições e valores), envolve o patrimônio identitário, ou seja, o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas. Tais elementos identitários podem ser decompostos em projetos e programas de desenvolvimento, em cada território (SAQUET, 2015). Mas é necessário

<sup>1</sup> Doutor em Geografia. Docente no Mestrado em Desenvolvimento Regional.

<sup>2</sup> Doutor em Administração. Docente no Mestrado em Desenvolvimento Regional.

\* Autor para correspondência: valdir@unc.br

transmitir ao mundo a identidade dos territórios, para que sejam reconhecidos nas suas especificidades. O meio mais adequado é fazê-lo por meio de um signo, que represente o território e sua gente, como uma representação simbólica que sirva para distinguir um território dos demais lugares, em síntese, por meio de um signo distintivo territorial (COVAS, COVAS e DALLABRIDA, 2019). Sobre a importância de distinguir territórios pelos seus diferenciais específicos, cabe ressaltar que tem sentido similar ao ato de uma empresa registrar a marca de um produto, para ser reconhecida no mercado mundial. Por exemplo, a distinção da erva mate do Planalto Norte Catarinense, com o processo de registro da Indicação Geográfica, é um caso que atende a estes requisitos e que tendem à valorização do produto no mercado. O resultado de processos desta natureza, só tem sentido se contribuem para o desenvolvimento do território atingido. Sobre desenvolvimento, nos sustentamos na acepção abaixo. O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supra territoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população (DALLABRIDA, 2015, p. 325). Sintetizando, não se pode falar em desenvolvimento territorial sem compreender que o objetivo final dos processos territoriais são a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade vida, tendo os atributos materiais e imateriais do território como referência. E o Território do Contestado, por qual representação simbólica se comunica com o mundo? Será pela representação da dimensão ideológica-religiosa? Ou alguma simbologia que se refira à ação da população na defesa do Território do Contestado? Ou será pelo que representa a Cruz do Contestado? A questão temática aqui apresentada se limita ao questionamento, até por que, tal questão pouco tem sido discutida academicamente, e/ou, não se tenha atribuído a importância merecida. Portanto, não há o que concluir. Apenas se levanta mais uma questão que, pessoalmente, entendo deva merecer a atenção dos pesquisadores. Vale lembrar o alerta feito por Fernández Ignacio (2018, p. 92). O autor utiliza o termo “signos de identidade”, para referir-se à produção simbólica dos diferentes atores sociais para definir uma marca gráfica que represente o capital cultural condensado na representação iconográfica de um determinado território, cidade ou lugar. Apresenta o termo como um contraponto às estratégias chamadas de “branding de cidades”, controladas pelo poder econômico, como uma forma de expansão da lógica do mercado para todas as esferas da vida social. E finaliza: qualquer iniciativa de intervenção na realidade que busque sua renovação, deve ser articulada em um “projeto coletivo”, legitimado pela produção simbólica de novas e relevantes categorias culturais. O projeto político precisa mobilizar os cidadãos para a definição de sua identidade coletiva, esta, definida pelas categorias culturais que articulam seu programa de intervenção. Caso contrário, as criações dos profissionais de design acabam materializando “[...] sinais que identificam a estética adotada por aqueles que lideram projetos políticos nas cidades” (p. 92), que, sem a mobilização dos diferentes setores da sociedade, acabam reproduzindo unicamente os interesses comerciais do mercado.

**Palavras-chave:** território do Contestado; identidade territorial; signos distintivos territoriais; desenvolvimento territorial.



## ANÁLISE TEMÁTICA DO MUSEU MUNICIPAL MINISTRO ANDREAS THALER

Laismara Falchetti<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Milena Thölken<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Rodolfo Contti<sup>1</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

Juliana Aparecida Biasi<sup>2\*</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Videira)

**Resumo:** O vale do Contestado foi palco de um conflito armado ferrenho no início século XX. A disputa de caráter messiânico, entre posseiros e pequenos proprietários de terra, liderados por José Maria de Santo Agostinho, contra representantes do governo brasileiro, que defendiam os interesses privados com o objetivo de exploração da madeira nativa, passa a expulsar e desapropriar os sertanejos que estavam presentes neste território anteriormente à chegada da máquina a vapor. Guiados pelos sonhos utópicos de uma vida comunitária, o grupo do Monge criou "cidades-santas" que atraíam os camponeses expulsos das terras. José logo passou a envolver-se com questões políticas, profetizando que a República era um sinal do apocalipse e que os caboclos deveriam lutar contra o governo, pregando a volta do governo de Deus. A guerra deixou uma enorme herança cultural e histórica. Após quatro anos de guerra e muitas mortes, o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina é assinado, acarretando no surgimento de novas cidades e a construção de uma nova cultura regional. Mantendo a construção da estrada de ferro em pleno vapor, foram agregados mais de 8.000 trabalhadores, onde deu-se início a um grande movimento imigratório. Várias cidades foram criadas, usando como fonte de mão-de-obra os caboclos, que eram os moradores originais das terras. Com o grande fluxo de pessoas na região logo tornou-se povoada e não demorou muito para que a arquitetura começasse a se desenvolver, pois existia uma diversidade étnica muito grande, cada uma implantando seus métodos construtivos e peculiaridades. Em decorrência disso, essa região é altamente procurada por turistas que buscam conexão com as tradições, além de tranquilidade e ecoturismo. Outro pilar importante para o desenvolvimento do turismo regional, é a arquitetura típica e marcante das cidades, por proporcionar uma observação peculiar das riquezas multiculturais. Buscando valorizar a diversidade histórica e da arquitetura, esse estudo tem o propósito de analisar o Museu Municipal Ministro Andreas Thaler, popularmente chamado de "Castelinho", e identificar em qual corrente temática ele se enquadra, levando em conta sua arquitetura. A construção fica localizada na cidade de Treze Tílias, no meio oeste catarinense e inserida no Vale do Contestado, onde já é reconhecida por sua rica cultura e estilo arquitetônico, com vasta influência austríaca. A escolha desta obra deu-se por sua importância simbólica na fundação do município, que recebe cerca de 160 mil turistas anualmente, por ser conhecida

<sup>1</sup> Discentes de Arquitetura e Urbanismo.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em Engenharia Civil.

\* Autor para correspondência: [juliana.biasi@unoesc.edu.br](mailto:juliana.biasi@unoesc.edu.br)



nacionalmente como o “Tirol Brasileiro”. A cidade de Treze Tílias, fundada em 13 de outubro de 1933 pelo ex-ministro da agricultura da Áustria, Andreas Thaler, que buscava um refúgio para seu povo após a Primeira Guerra Mundial, devido a grave crise econômica que o continente europeu passava e prevendo o início de uma nova guerra. Este processo migratório, ocorrido entre os anos de 1933 e 1937, trouxe para a cidade, além de imigrantes austríacos, alemães e italianos, recriando e difundindo a cultura e arquitetura europeia. Para sua morada e de sua família, Andreas deu início a construção do “Castelinho”, inaugurado em 1937, onde utilizou-se de uma sala do mesmo para sede da prefeitura. Devido a sua grande importância histórica, em 13 de outubro de 2002, a residência Thaler se tornou a sede do Museu Municipal, que foi batizado com seu próprio nome. Em seu interior, abriga resquícios de materiais trazidos durante a imigração e dos objetos produzidos aqui, durante a adaptação no local. Após tornar-se museu, o castelinho já foi amplamente estudado e pesquisado, portanto, para a análise desta obra foram realizados estudos de referenciais teóricos em sites e livros, visitas *in loco* – com levantamento fotográfico e entrevistas. Depois de reunir todas estas informações, deu-se início a aplicação do método comparativo, que visa encontrar, destacar e justificar as semelhanças de influência arquitetônica entre o objeto de pesquisa e construções icônicas. O Castelinho possui uma base ciclópica, e andares superiores em alvenaria, sem telhado aparente (ocultado com o uso de platibandas), com formas irregulares, o que juntamente com sua torre lateral, em formato cilíndrico e perpendicular as alas, definem o conceito acastelado do museu. O campanário no alto da torre é uma peça típica da cultura austríaca, constituído por um sino com cobertura de madeira entalhada e uma rosa dos ventos acima do telhado, normalmente decorada com um galo, simbolizando o despertar para o trabalho do povo austríaco. No seu interior, o piso é constituído de madeira e as paredes, assim como no exterior, em alvenaria. As esquadrias, como portas algumas janelas são em arco, enquanto as demais são simples em forma geométrica. A porta principal possui uma moldura blocada e acesso por uma escada de dois lados simétricos remetendo ao período neoclássico, e a influência italiana, assim como as sacadas com balaustradas. De acordo com Thaler, sua obra foi inspirada na Escola de Agricultura de *Rotholz*, em *Schwaz*, no Tirol Austríaco. Seu formato acastelado baseia-se na vontade do projetista em construir uma obra duradoura e um marco da colonização austríaca. Após o exame comparativo com obras expostas em literatura especializada concluiu-se que a edificação está enquadrada no estilo Pitoresco, pertencente à corrente Romântica, por sua beleza, sublimidade e singularidade, apresentando traços acastelados com influência austríaca e italiana. O Pitoresco se tornou um traço arquitetônico amplamente utilizado no Vale do Contestado, dando origem a várias construções importantes para a época. Por ser um movimento decorrente do romantismo, que defende um projeto onde a paisagem interpreta a natureza de maneira menos formal e mais assimétrica, logo tornou-se bem aceita localmente. Alguns dos componentes que chamaram a atenção dos construtores foram a rusticidade de suas bases ciclópicas, suas torres cilíndricas, formas assimétricas e interiores neoclássicos. A incorporação do estilo italianizado agregou traços diferenciados a obra, como as torres encimadas por telhado, as balaustradas, as janelas em arco e as alas com ângulo reto em relação à torre. A utilização destes dois estilos em conjunto gerou construções imponentes e singulares, que atualmente se tornaram marcos histórico-culturais e arquitetônicos.

**Palavras-chaves:** Análise Arquitetônica; Pitoresco; Vale do Contestado; Arquitetura Histórica; Treze Tílias.

## CONTESTADO À LUZ DA EDUCAÇÃO

Salão do Congresso. Foto: William Peres







## MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

Gerson Luiz Buczenko<sup>1\*</sup>

(Centro Universitário Internacional – Câmpus Curitiba)

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo geral abordar a memória sobre o Contestado, presente em Alunos do 1º Ano do Ensino Médio, pertencentes a um Colégio privado em município da Região Metropolitana de Curitiba, no início do ano de 2019. Os objetivos específicos foram definidos da seguinte forma: analisar o conceito de memória e seu valor para História; avaliar o processo de aprendizagem histórica sob o qual os Alunos estão submetidos; buscar aproximações do conceito de significância histórica e a forma como os Alunos do 1º Ano do Ensino Médio detém em suas lembranças o Contestado. Como indagação de pesquisa definiu-se: os alunos do 1º Ano do Ensino Médio detém uma memória significativa dos estudos sobre o Contestado? A metodologia utilizada foi o uso de imagens iniciais ligadas ao Contestado, porém sem identificação e posteriormente de imagens com identificação, ao final da exposição de cada imagem aos Alunos escreveram uma frase ou palavra que para eles era significativa em relação à imagem. Ao final, com as imagens identificadas, foi explicitado a eles de forma breve o Contestado, conteúdo normalmente abordado no 9º ano - Ensino Fundamental II, durante a conhecida República Velha. Com as imagens apresentadas e as palavras e frases dos Alunos, buscou-se avaliar a presença da memória histórica do Contestado para os Alunos e o quanto este estudo foi significativo para os mesmos. Segundo Le Goff (2003, p. 469), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Percebe-se que nos ensinamentos do autor, que a memória está ligada diretamente à identidade, portanto, se não há memória do episódio do Contestado, também não ocorre o processo de identidade com o momento histórico vivido no passado. Mais adiante o autor também traz a lume a ideia de que a memória coletiva não é somente um objeto de conquista, consolida-se também como um instrumento e objeto de poder, nesse sentido a identidade com episódios históricos que mostram de forma clara a rebeldia à ordem hegemônica, como é caso do Contestado, não são necessariamente explicitados aos estudos das futuras gerações, como é caso, por exemplo, do debate suscitado sobre o ensino da ditadura militar na atualidade, no ensino de História no Brasil. Em relação à aprendizagem histórica segundo Schmidt e Cainelli (2009, p.66) um dos principais significados apontados para a aprendizagem histórica “é transformar informação em conhecimentos, apropriando-se das ideias históricas de forma cada vez mais complexa, no sentido da construção de uma literacia histórica, ou seja, de seu próprio processo de alfabetização histórica significativa”. As autoras ainda argumentam que entre os pressupostos da aprendizagem histórica se destaca em primeiro lugar que a “História é sempre uma interpretação”, ou seja, sugere que o ensino de História deve contribuir para a constituição de uma educação histórica, capacitando os alunos à terem relações cada vez

<sup>1</sup> Docente. Doutor em educação.

\* Autor para correspondência: buczenko@uol.com.br



mais complexas com as ideias históricas, constituindo-os, aos poucos, como produtores de conhecimento, no sentido de recriarem relações entre a História do presente e a História do passado. O segundo pressuposto é de que existe uma estreita relação entre História e narrativa, no sentido de defender que existe a necessidade de construção de argumentos históricos explicativos, partindo-se da análise da ação dos agentes e do contexto onde ocorre a ação. Assim, torna-se necessário falar de situações específicas do passado e realizar, então, sua interpretação, ressignificando o presente de forma individual e coletiva com o objetivo de construir uma orientação para a ação e intervenção na realidade social vivida. A formação da consciência histórica também é uma das principais finalidades da aprendizagem histórica, destacando-se que o ensino de História tem por objetivo a formação de uma consciência histórica que supere as formas tradicionais e exemplares da consciência histórica, que consolidam narrativas com base na organização linear do tempo. Na esteira da Educação Histórica Rüsen (2010, p. 43) coloca que o aprendizado histórico pode ser compreendido “como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo”, por meio da narrativa histórica. Neste processo mental, evidenciado pelo autor, as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem. Assim, é perceptível que ao privilegiar o conteúdo do Contestado em sala de aula, tornando-o significativo para as gerações que chegam aos bancos escolares e, além disso, possibilitando um olhar crítico sobre a realidade vivida pela população da região contestada, bem como, sobre o comportamento das elites regionais e nacional durante o período da chamada “República Velha”, e ainda, uma visão sobre o processo de concepção e construção da ferrovia, além de outros detalhes que podem ser vivenciados pelos alunos, é plenamente possível tornar o conteúdo histórico, uma realidade aproximada dos alunos, possibilitando a eles também a reflexão por meio de narrativas críticas em relação ao Contestado. Corroborando este pensamento Rüsen (2010, p. 45), acrescenta que o aprendizado histórico se só cognitivo é parcial, uma vez que envolve pontos de vista emocionais, estéticos, normativos e de interesses, assim, explorar com os Alunos os conteúdos sobre o Contestado, deve ser também uma experiência que além de crítica, emocione e enalteça a galhardia do povo humilde e camponês que lutou por seus direitos. Em relação à pesquisa com os Alunos do 1º Ano do Ensino Médio, à medida que se exibiam as primeiras imagens do Contestado, era perceptível a troca de olhares de desconhecimento total do conteúdo histórico, seja por não lembrar, seja por não ter sido abordado com maior intensidade, verifica-se que o Contestado não foi uma experiência significativa, com sentido histórico, que levou aos Alunos um pouco das emoções tão próprias deste momento da História local, regional e nacional. Com as imagens finais, sobre o Mapa da Região contestada entre Paraná e Santa Catarina, por exemplo, alguns Alunos começaram a lembrar o conteúdo histórico, mas não do Contestado em sua grande riqueza de resistência e luta.

**Palavras-chave:** história; ensino; contestado; memória.



## LIVROS INTERATIVOS PARA O ENSINO DO CONTESTADO

Ricardo de Campos<sup>1\*</sup>  
(Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Caçador)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar uma outra possibilidade de leitura e material de ensino aos alunos por meio de um livro interativo, versão impressa e mais simples dos livros-jogos de RPG no qual o protagonista é o próprio leitor que pode optar em seguir diferentes caminhos no decorrer da história e, portanto, definir qual será o destino final do seu personagem. O referido livro interativo parte de uma concepção sociodiscursiva de linguagem, ou seja, uma concepção que se baseia no encontro da abordagem histórica e social proposta pelo teórico russo Bakhtin e da interacionista do psicólogo bielorusso Vygotsky, sendo a linguagem (falada e escrita) o meio pelo qual os indivíduos interagem entre si e com o meio. Esta concepção compreende que a linguagem se manifesta socialmente por meio de diferentes gêneros textuais. Eles são manifestações socialmente reconhecidas e possuem características e intenções comunicativas específicas como, por exemplo, uma bula de remédio, uma receita de bolo, um e-mail, uma crônica, um guia de viagem e inúmeros outros. Nas últimas décadas, o ensino dos gêneros textuais nas escolas do ensino fundamental e médio tem sido utilizado como proposta pedagógica para as aulas de Português em detrimento do ensino exclusivamente gramaticalista, inclusive conta com o apoio do próprio Governo por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Dentre os gêneros literários, há os romances, que apresentam uma narrativa em prosa, normalmente longa, com fatos criados ou relacionados a personagens, que vivem diferentes conflitos ou situações dramáticas, numa sequência de tempo relativamente ampla. Há um romance específico no qual o personagem principal, também chamado de protagonista, é o próprio leitor que pode optar em seguir diferentes caminhos no decorrer da história e, portanto, definir qual será o destino final do seu personagem. Isto implica em dizer que o leitor pode também realizar diferentes leituras da mesma obra. Este gênero literário é denominado de livro-jogo por apresentar uma narrativa não-linear e propor ao leitor um “jogo de escolhas” ao longo de sua leitura. As narrativas não-lineares tornaram-se inicialmente suporte para os jogos de RPG (Role-Playing Games) ou jogos de interpretação de papéis (em português), que tornaram-se muito populares na década de 1970 nos Estados Unidos e, na década seguinte, no Brasil, principalmente os livros-jogos de aventuras fantásticas escritos pela dupla Steve Jackson e Ian Livingstone como os títulos “O Feiticeiro da Montanha de Fogo”, “A Cidade do Caos” e “A Cidade dos Ladrões”, por exemplo. Com o advento dos jogos digitais, esse gênero foi adaptado a eles devido às grandes possibilidades oferecidas pela programação computacional. Os ganhos educacionais nas áreas da escrita, leitura e imersão por meio da integração entre as narrativas interativas e os jogos virtuais tem sido objeto de numerosas pesquisas, inclusive no Brasil (GONÇALVES & DAMÉ, 2013; MARINHO, 2014). Outros pesquisadores brasileiros (CHAGAS et al, 2017; SILVA & SANTOS, 2016), por outro lado, têm avaliado o potencial pedagógico de versões mais simples e impressas dos livros-jogos de RPG para auxiliar o ensino de conteúdos de diversas disciplinas. De

---

<sup>1</sup> Docente. Mestre em educação.

\* Autor para correspondência: ricardo.campos@ifsc.edu.br



acordo com os resultados de algumas pesquisas, a narrativa interativa e o elemento de jogo presentes na leitura ou produção de um livro-jogo pode envolver mais os alunos com os conteúdos estudados, incentivar a imaginação e a criação dos alunos, seja no campo científico ou artístico. Sobre o processo de produção textual, MOTA (2004) nos diz que o aluno passa a integrar o conhecimento teórico com a prática, além de visualizar as inúmeras possibilidades de se contar a mesma história, o que contribui para uma produção coesa e coerente. Apesar do apoio do Ministério da Educação (MEC) e das pesquisas realizadas sobre o uso dos gêneros textuais, os dados sobre a aprendizagem de português nas escolas é muito preocupante. De acordo com os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) divulgados pelo MEC em 2017, sete de cada dez alunos do 3º ano do ensino médio têm nível insuficiente em português. Em porcentagens mais específicas, o estudo revelou que 70,88% dos alunos têm nível insuficiente de aprendizado, sendo que 23,9% estão no nível zero, o mais baixo. Portanto, os jovens estudantes enfrentam sérias dificuldades, principalmente no domínio da língua materna tanto na escrita como na leitura e toda a iniciativa, nesse sentido, deve ser apoiada. O objetivo deste trabalho é oferecer aos professores de História um material complementar ao abordarem a Guerra do Contestado para que seus alunos tenham um melhor entendimento acerca da identidade da região do Contestado, ou seja, dos usos e costumes de seus antigos moradores e das profundas consequências que o conflito trouxe às diversas comunidades da região e que muitas delas ainda se perpetuam até os dias de hoje. O trabalho também pode ser utilizado, inclusive, por professores de Português uma vez que se trabalha o gênero narrativo. A metodologia deste trabalho constitui-se, primeiramente, da leitura da obra "Caboclos Rebeldes - uma Aventura pela Guerra do Contestado". A seguir, foi selecionado apenas a história do personagem central, o jovem caboclo chamado Tobias, para servir como enredo-mestre do livro interativo. Com o objetivo de aumentar a sensação de imersão para o leitor, substitui-se a narrativa de terceira pessoa do singular (ele) para a segunda pessoa do singular (você) que é uma das características dos livros-jogos. A partir daí, procurou-se criar diferentes caminhos de escolha ao leitor, especialmente nos momentos mais difíceis vivencidos pelo personagem central. Procurou-se, a cada opção escolhida pelo leitor, trazer algum dado novo acerca da história e da região do Contestado, o que torna a releitura da obra mais interessante. A tarefa de reorganizar o enredo, agora composto por diversas histórias paralelas, foi feita de forma manual, com base em orientações de autores e na leitura e estudo de livros-jogos já publicados.

**Palavras-chave:** livros interativos, ensino de história, aprendizagem, leitura.



## LANÇANDO OLHARES SOBRE A ABORGAGEM DA GUERRA DO CONTESTADO NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS

Douglas Henrique Pereira<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal da Fronteira Sul – Câmpus Chapecó)

**Resumo:** A história do Brasil é repleta de acontecimentos e fatos que ainda não estão no imaginário do povo da maneira que merecem, ou que não possuem o espaço necessário para sua inserção social, cultural e intelectual e sua consequente confirmação. São casos como as lutas pela independência do Brasil, que culminaram com a vitória brasileira em 02 de Julho de 1884 e a confirmação da independência posteriormente. A Guerra do Contestado, tema que norteia esse artigo, também procura seu espaço e sua aceitação na sociedade brasileira. Percebe-se que os dois exemplos citados são temas com ampla produção bibliográfica, produzida por pesquisadores excepcionais, que dedicaram suas vidas ao levantamento e valorização da história, elucidando e buscando mantê-las vivas, pois são parte fundamentais na formação histórica do Brasil. Mas então qual o motivo que poderia levar alguém a fazer uma pesquisa e um artigo abordando a invisibilidade de um tema, se esse já possui grande produção bibliográfica? Ainda: como sustentar a tese de que um assunto passa invisível na sociedade se este possui grande obras científicas publicadas? Se parece ser confusa a relação, a realidade não é tão abstrusa assim. Na atividade como professor de história do ensino fundamental, anos finais, na região meio oeste de Santa Catarina, no Vale do Rio do Peixe, o coração da Guerra do Contestado, foi possível observar uma invisibilidade relativa do tema, onde pessoas não conhecem, não comentam e, com a exceção daqueles que tiveram contato maior com o tema em sua formação e dedicam tempo para pesquisas que mantenham vivas as memórias do acontecimento, a Guerra do Contestado fica esquecida e no limbo do conhecimento popular. Porém, são nas escolas que estão aqueles que trazem de casa as memórias de familiares e conhecidos sobre a Guerra do Contestado, sobre as batalhas, sobre os monges e seus milagres, e sobre a crueldade como que foram tratados. Entretanto, quando chegam nas escolas, não encontram espaço ou oportunidade para aprofundar e aumentar seus conhecimentos sobre o tema. Nas aulas de história acabam estudando conteúdos impostos por documentos oficiais e cartilhas governamentais que em muito não se encaixam em suas realidades. O resultado: estudantes desestimulados e aulas obsoletas, ou seja: mais razões e argumentos para transformar o imaginário popular de que as aulas de história são perda de tempo. E por que são assim consideradas? É hora de repensar os currículos educacionais e adequá-los à realidade dos brasileiros, mesmo que isso não seja fácil e simples, vide a geografia continental do país. Com a credibilidade que lhe é peculiar, FREIRE (2005) já reforçava que os conteúdos não deveriam ser impostos aos estudantes, mas partir de suas experiências e necessidades. Ou seja, as escolas não podem mais contentar-se com suas práticas enrijecidas para que possam abrir espaço para os saberes que seus estudantes carregam, valorizando suas vidas e tornando o ambiente de aprendizado mais acolhedor e significativo. Para isso, é necessário enfrentar um problema

<sup>1</sup> Discente do mestrado em história.

\* Autor para correspondência: douglas\_opia@hotmail.com



constante quando na escolha e formação dos currículos educacionais, que é a cultura do colonizador, que exclui os saberes daqueles que foram vencidos durante o processo de colonização, dividindo conhecimentos em avançados/atrasados, superiores/inferiores. Como devem se sentir aqueles estudantes, oriundos de partes mais pobres da sociedade, em uma sala de aula que não valoriza sua história e ainda o colocam como problemas? Partindo desse pressuposto, uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e das Propostas Curriculares Catarinenses foram de fundamental importância para que se pudesse ter uma noção de como o tema da Guerra do Contestado foi e está sendo abordado e direcionados aos professores do Estado de Santa Catarina. Afinal, são esses documentos que formam as diretrizes educacionais, que auxiliam e guiam na formação dos procedimentos curriculares adotados pelos municípios e seus professores durante o ano letivo. Além da análise desses documentos oficiais, foram analisados livros didáticos ofertados e utilizados por professores da rede pública municipal da cidade de Videira, Santa Catarina, disciplina de história, com o objetivo de entender e conhecer a maneira que a Guerra do Contestado é retratada, se é retratada, observando o tratamento e o viés que está incutido no tema nesses livros. Salienta-se que o livro didático é amplamente utilizado pelos professores e, para alguns alunos, são os únicos livros que terão acesso durante a vida escolar. Ou seja, os livros didáticos possuem uma importância incomensurável durante o processo educacional e, por essa razão, precisam prezar pela qualidade e respeito. Crendo que a escola é parte essencial para a formação da identidade dos estudantes, as aulas de história precisam abordar com mais frequência aspectos da História Local, onde o cotidiano do aluno esteja presente e este possa contribuir com o andamento do processo de ensino aprendizagem. NOGUEIRA (2001) afirma que “a valorização da história local é o ponto de partida para esse processo de formação do cidadão”. Assim sendo, inserindo o estudante no estudo de aspectos da história local, mais sentido terá para ele as aulas de história e mais consciente de seu papel e espaço no mundo ele terá, sendo que essa consciência é peça fundamental para a realização das transformações que o mundo necessita. Como forma de entender mais sobre o tema, foi realizada uma pesquisa com alunos e professores das redes municipal, estadual, federal e particular de ensino da cidade de Videira, buscando observar a abordagem do tema nessas instituições, a frequência e a intensidade, compartilhando os planejamentos que os professores utilizam quando abordam esse tema e as razões para tal. Nesse sentido, a intenção do artigo é demonstrar que, mesmo com as crescentes realizações e ações acadêmicas acerca do tema Guerra do Contestado, este ainda precisa estar mais presente no conhecimento popular, encontrando e afirmando seu lugar de pertencimento na sociedade, adquirindo o valor que tanto merece e tanto necessita.

**Palavras-chave:** guerra do contestado; história local; educação.



## TURISMO PEDAGÓGICO NO CONTESTADO

Ivone Mazutti de Geroni<sup>1\*</sup>  
(Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas)

**Resumo:** Esta pesquisa bibliográfica aborda o estudo sobre a importância do turismo em sua variável pedagógica. O turismo pedagógico é uma oportunidade de trabalhar a interdisciplinaridade, que em conjunto com o planejamento e organização, possibilita maior interação entre diferentes disciplinas e professores, podendo também melhorar a qualidade do ensino oferecido aos alunos. Um projeto pedagógico que inclua atividades de turismo pedagógico pode contribuir com o desenvolvimento escolar dos alunos, na qual os esforços da escola em organizar a atividade podem motivar e melhorar o desempenho acadêmico dos alunos. Este trabalho tem como objetivo principal ressaltar a importância do turismo em sua variável pedagógica, como uma forma singular de possibilitar aos alunos conhecimentos de cidadania, ética, educação ambiental e patrimonial e também relacionar com a experiência turística de disciplinas como: Geografia, História, Ciências entre outras. O turismo pedagógico é conceituado, como a aplicabilidade dos conceitos trabalhados de maneira lúdica e diferenciada, sendo uma ferramenta auxiliar no sistema de ensino, aliando teoria e prática no contexto educacional. O turismo pedagógico, por envolver o indivíduo com o ambiente físico, geográfico ou ecológico, é um método facilitador para processo de ensino aprendizagem, sendo um estímulo para o aprendiz. Desenvolver o processo de ensino-aprendizagem trabalhando sobre a ótica do turismo nos dias atuais é pensar em uma educação voltada para aprendizagens significativas em um mundo globalizado, é proporcionar perspectivas que criem ideias inovadoras e permitam formar um cidadão crítico, reflexivo e participativo. Assim é importante que a escola possibilite aos alunos de todos os níveis, autonomia no processo de aprendizagem, pois o aluno é estimulado a aprender, irá buscar por novos conhecimentos por curiosidade e prazer. Para isso a escola deve procurar formar alunos críticos, para que passem a discutir e refletir a respeito dos assuntos aprendidos em sala de aula. Mudanças nem sempre são bem vistas como benéficas e eficientes pelos professores, até mesmo porque muitas vezes faltam recursos e apoio aos professores quando tentam aplicar novos projetos na escola, pois ainda convivem com difíceis condições de trabalho e condições precárias em sala de aula. Não é fácil realizar mudanças em um currículo escolar tradicional e muito menos incluir novos métodos em uma escola da rede pública que convive com outros obstáculos diários, porém, é nítida a necessidade de repensar e renovar os métodos de ensino. A qualidade de ensino torna-se o principal desafio a ser superado no Brasil, pois ainda se configura um atraso do sistema educacional atual, no que tange a valorização do educador, montagem de modelos alternativos de formação, dentre outros. De fato, é essencial que escola busque projetos que ofereçam aos alunos mais do que aprendizado educacional, e assim possibilite interações culturais que sejam diversificadas e acrescentem a formação pessoal do aluno. Portanto, o papel da escola é amplo e diverso, ela deve proporcionar ao aluno uma diversidade de conhecimentos. Para isso, a escola não deve se prender apenas ao seu território, mas se

---

<sup>1</sup> Discente do mestrado em desenvolvimento regional.

\* Autor para correspondência: ivonemazutti@yahoo.com.br



articular com diversos locais de conhecimento e se integrar a diferentes espaços culturais, possibilitando assim novas experiências que enriqueçam culturalmente os alunos. Neste sentido compreende-se que a atividade de turismo pedagógico contribui para mudar o cotidiano dos alunos e atua na mudança da visão rígida do ensinar e aprender. Além de aproximar o professor do aluno, a atividade possibilita ao estudante que ele também seja protagonista de sua aprendizagem, desde que haja um planejamento sincronizado com as aulas mais tradicionais. Acima de tudo o turismo pedagógico, com suas varias possibilidades mostra ao aluno como é possível aprender de diversas formas. No entanto, não basta levar os alunos a uma nova realidade, é preciso que esta nova realidade passe a ser fonte de conhecimento, que seja vista como uma atividade de cunho pedagógico. Outro propósito com as atividades é que o aluno possa ter novas sensações e abrir seus horizontes pois saindo do cotidiano e dos métodos habituais, os alunos têm a oportunidade de obter uma aprendizagem mais espontânea e participativa, entretanto são importantes o planejamento e a criação de um roteiro para estas atividades, pois mesmo oferecendo aos alunos maior liberdade de compreensão é imprescindível não fugir do objetivo principal da atividade. As aulas passeio proposta pelo francês Celéstin Freinet foram grande motivadora para esta leitura de um turismo pedagógico, mediante a dificuldade dos discentes em assimilarem os conteúdos dentro de sala de aula e a partir da observação de Freinet com os seus alunos, percebeu que o ambiente era um grande estímulo na aprendizagem. Em concordância com o que foi visto neste trabalho, a educação é muito importante para a formação dos alunos, pois possibilita ao discente conhecer o meio e as práticas, podendo colaborar, assim, para o aumento de uma visão crítica dos mesmos. Desta forma, ela contribui a transformarem em cidadãos não somente preparados para o mercado de trabalho, mas também indivíduos com capacidade de conhecer e exigir seus direitos, e não se deixarem levar por opiniões de outros, como também podendo se opor contra exigências na qual discordem. Diante do importante papel da escola e da educação na formação dos discentes, revela-se a necessidade da busca por possibilidades que auxiliam o progresso escolar, em que o aluno tenha a oportunidade de vivenciar uma educação inovadora e de valor. Considera-se, portanto, a potencialidade do turismo pedagógico como um método diferenciado na educação escolar, pois o turismo pedagógico pode possibilitar uma experiência que relacione o ensino com a vivência dos alunos nas viagens de estudo. Nessa direção, o turismo pedagógico aparece como uma alternativa metodológica para o ensino-aprendizagem dos alunos na escola, podendo tornar as aulas mais atraentes, interessantes e estimulantes. A aula de campo utilizada na escola possibilita ao aluno ter uma maior participação em seu aprendizado, tirando o foco central e único do professor e do livro didático.

**Palavras-chave:** turismo educacional; aula passeio, processo de ensino.





## A VOZ DO SANGUE: EXPERIÊNCIAS DE CONTAR E CANTAR A HISTÓRIA DO CONTESTADO A PARTIR DE VICENTE TELLES

Delmir José Valentini<sup>1\*</sup>  
(Universidade Federal da Fronteira Sul - Câmpus Chapecó)

**Resumo:** Entre as narrativas das incontáveis histórias que abordam a Guerra do Contestado, encontramos uma plêiade de intelectuais, especialistas, artistas e diletantes que, por diversas razões e aproximações com os variados temas deste episódio bélico, adentraram no universo das representações sobre o passado, apresentando suas percepções e experiências de diversos modos: contado, escrito, ilustrado, esculpido, pintado, teatralizado, cantado e tocado. Estes últimos, foram os meios que Vicente Telles encontrou para expressar com maestria o forte sentimento inerente ao seu mundo e sobre a sua relação familiar com as temáticas da Guerra do Contestado. No presente estudo buscou-se uma problematização do modo como o tema foi explorado nas últimas décadas pelo folclorista e músico Vicente Telles que, depois da carreira militar e do profissionalismo exercido na escola de música no Rio de Janeiro, retornou para a pacata cidade do Irani no ano de 1977. Aposentado, passou a viver com a sua mãe Isabel Telles, conferindo memórias e ouvindo histórias que até então não conhecia. Vicente fez descobertas sobre o seu passado e foi se encantando com o protagonismo dos simples moradores. Descobriu que o sofrimento estava no próprio sangue e a miséria da população era fruto de uma guerra que nem ele sabia da existência. Conheceu e começou a contar a história não contada, ou seja, mesmo não sendo um estudioso ou intelectual como sempre se auto denominou “eu sou um rábula da história”, juntos, ele e a sua sanfona, tocaram e cantaram a história do contestado. “Eu sou um pouco da voz do sangue” afirmava Vicente Telles, nascido no dia 05 de outubro de 1931 em Palmas PR, município distante pouco mais de 100 quilômetros do Irani. Sempre fez questão de enfatizar sobre a sua origem e o contexto da sua infância: “fecundado aqui, nascido lá, voltado para ser criado aqui, em decorrência da Guerra do Contestado ou pós guerra, quando começou a operação limpeza”. Ao denominar de operação limpeza, Vicente se referiu ao período em que as famílias envolvidas no combate do Irani vivenciaram o momento posterior ao conflito e aqueles que lutaram ao lado de José Maria e passaram a ser perseguidos. A mãe de Vicente, Dona Isabel Telles era filha de José Perão, simpatizante de José Maria e envolvido diretamente nos acontecimentos de 22 de outubro. Nos autos do processo da Comarca de Palmas sobre o combate do Irani aparece o depoimento de João Alves Perão (páginas 139V e 140V), declarado lavrador com 20 anos de idade, residente no “Sertãozinho do Irany”. Outro depoimento no mesmo processo aproxima e comprova a ascendência de Vicente por se tratar de Maria Joana Perão (páginas 148F, 148V, 149F e 149V), na época com 60 anos, em determinado momento do seu depoimento cita os filhos Desidério, Elize e José Perão. O pai de Vicente, Eleodoro Telles da Rocha era filho do Coronel Alexandre Telles da Rocha, um grande proprietário de terras que se posicionou ao lado das tropas do governo. Enquanto os avós partiram para o Paraná os pais de Vicente permaneceram no Irani, onde o mesmo passou a infância. Deste período da vida, além das lembranças do ambiente familiar, Vicente

<sup>1</sup> Docente. Doutor em história.

\* Autor para correspondência: delmirjosevalentini@gmail.com



presenciou a fase de ocupação dos colonos que passaram a chegar do Rio Grande do Sul e ocuparam as terras contestadas. Quando retornou aposentado, Vicente se aproximou da realidade dos moradores da região. Foi nestas circunstâncias que foi até Curitiba e assistiu “O Contestado” de Romário José Borelli, começava a se descortinar um mundo presente e latente, mas desconhecido e silenciado. O próprio Vicente lembrava que “nem a minha mãe não falava deste assunto, não tinha conhecimento, tanto quanto o filho”. Numa ocasião uma comadre da sua mãe veio visitá-la e lamentava uma exigência da Escola de que seus filhos e os demais alunos, somente poderiam desfilarem de uniformes e a maioria das pessoas, muito pobres, não tinham condições de comprar roupas. Vicente entrevistou conversando com a Madre diretora para que deixasse o desfile sob sua responsabilidade. Organizou um desfile retratando os remanescentes da guerra do contestado ainda presentes, vivendo na mesma miséria. Convocou os alunos e contou um pouco da história. Pediu que no dia do desfile todos fossem com roupas usadas cotidianamente, bem simples e com seus objetos e pertences como cachorros, saquinhos de roupas feitos retirantes. “Enquanto desfilavam, peguei o microfone e fui contando a história”. A plateia ficou perplexa e muitos começaram a se manifestar de modo hostil. Não faltaram vaias, ofensas e assim que o desfile estava terminando um promotor de Joaçaba que estava assistindo, pegou o microfone e se manifestou: “exaltou a fala afirmando que esta era a verdadeira história”. Passou a ser aplaudido, mas lembra que continuou sendo combatido, chamado de louco e até mal visto. Os desfiles da Escola do Irani passaram a ser no dia 22 de outubro, para lembrar o combate. Começou a planejar quadros cênicos, criou personagens como os pares de França, as virgens, os ervateiros, Frei Rogério, os coronéis, os monges. Vicente Telles faleceu no dia 28 de dezembro de 2017, deixou um legado cultural forjado nos últimos 40 anos da sua vida em que trabalhou intensamente tocando, cantando incansavelmente para milhares de expectadores. Encantava os ouvintes com a “sanfona contando”. Na década de 1990, além das constantes representações teatrais, também elaborou um projeto que percorreu Santa Catarina, principalmente escolas, chamado de Folclore Itinerante do Contestado. Neste trabalho estão seus personagens ganhando voz e dialogando com o público. Surgiram Maria Rosa, Chica Pelega, José Maria, Adeodato e muitos outros. O presente estudo, além de pesquisas em arquivos, também contou com entrevistas gravadas, reportagens de jornais, livros, relatos ouvidos e, principalmente, as experiências presenciadas através da convivência durante trabalhos conjuntos realizados em instituições escolares ou em visitas de estudos. Conhecer a trajetória e as ações educativas de Vicente Telles a partir da música e dos seus métodos, proporcionaram uma profunda reflexão sobre o ensino de história e o alcance de resultados. A música, a poesia e as encenações contribuem para o conhecimento da própria história. Também permitem condições de construção de cidadania e sentimento de pertencimento a um grupo social enquanto sujeito da história.

**Palavras-chave:** guerra do contestado; combate do Irani; histórias; músicas; ensino de história.



## QUEM FORAM OS SERTANEJOS DO CONTESTADO?: PESQUISA E ANÁLISE DE DISCURSO NO ENSINO MÉDIO

Jéssica Andressa Zucco Valente<sup>1\*</sup>  
(Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Ponta Grossa)

**Resumo:** O presente trabalho é baseado em uma experiência de pesquisa realizada na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em História IV do curso de Licenciatura em História da UEPG, modalidade à distância. A proposta dessa atividade consistia em buscar maneiras de incluir a pesquisa histórica no processo de ensino-aprendizagem dos alunos do Ensino Médio. A escola campo de estágio foi a E. E. B. Prof<sup>a</sup> Maria Paula Feres, em Mafra (SC), e o tema escolhido foi: "Guerra do Contestado: quem foram os sertanejos que participaram desse conflito?" O objetivo era orientar os alunos em uma pesquisa na qual eles deveriam descobrir quais discursos sobre os sertanejos que participaram desta guerra estavam presentes nos livros de história da biblioteca da escola campo de estágio. Para tanto, foi elaborado um projeto para ser desenvolvido no contraturno, cuja participação era voluntária. A necessidade de se trabalhar com essa temática se deve ao fato de que os sertanejos no Contestado foram retratados de diferentes maneiras no decorrer da história, porém muitas vezes reduzidos a fanáticos religiosos desordeiros. Katiucia Lazarin (2005) faz uma análise detalhada dos diversos discursos sobre esses personagens. Dessa forma, dependendo da fonte que a pessoa recorrer para conhecer mais sobre esse conflito, pode acabar não entendendo toda a complexidade que o envolveu, o que torna esse tema privilegiado para se trabalhar com o ensino através da pesquisa, pois permite discutir com os alunos as armadilhas de se satisfazer com um único discurso. Além disso, é uma ótima oportunidade para trabalhar análise de discurso, isto é, instigar os alunos a buscar "compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso" (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 684). Em outras palavras, apreender qual ideologia e/ou interesse político-econômico está sendo defendido através de um discurso. O objetivo deste trabalho é apresentar uma forma de utilizar a pesquisa como ferramenta de ensino-aprendizagem no estudo sobre o Contestado no Ensino Médio. Além disso, tem a pretensão de discutir possibilidades de abordar a análise de discurso nessa etapa da educação básica. Para a realização desse trabalho foram utilizados os pressupostos metodológicos segundo Francischett (1999). Nesse sentido, a prática elaborada em decorrência do problema constatado, de modo que seus resultados dependem de uma reflexão atenta sobre os efeitos ocasionados por essa prática, sendo, portanto, uma pesquisa de ordem qualitativa. Essas propriedades vão de encontro aos propósitos do professor pesquisador, que deve sempre estar refletindo sobre a sua prática de ensino e criando novos métodos que a melhorem. No caso deste trabalho, a atividade deveria ser realizada no contraturno dos alunos, pois a ideia era ser uma oficina, então foram feitos dois encontros de quatro horas cada. No primeiro encontro compareceram oito alunos, do 1º e 2º ano, e foi iniciada uma conversa para averiguação do conhecimento prévio deles sobre o assunto. Constatou-se que os alunos não tinham conhecimento sobre esse evento, apesar do nome Contestado não lhes ter soado estranho.

<sup>1</sup> Discente da pós-graduação em tecnologia, comunicação e técnicas de ensino.

\* Autor para correspondência: andressa0360@gmail.com



Assim, seguiu-se para o laboratório de informática para os alunos se interagirem do tema, onde eles passaram cerca de 1h30 (duas aulas de 45 min.) pesquisando e tomando notas. Após essa etapa foi realizado uma roda de conversa para os alunos exporem seus resultados e serem feitas as devidas complementações (SACHET e SACHET, 2001; WOITOWICZ, 2015; CORREIA e GUEDES, 2014; VOLTOLINI, 2009), essa parte levou cerca de 45 min. (uma aula). Foi feita uma pausa de 15 min. e, então, a roda de conversa foi refeita. Nas duas últimas aulas foram discutidas algumas ideias básicas sobre análise de discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006; BRANDÃO, 2004) e os alunos receberam um resumo<sup>2</sup> com as principais análises da Lazarin sobre os diferentes discursos a respeito dos sertanejos do Contestado, que foi lido e discutido. Os alunos se mostraram interessados durante todo o encontro. O segundo encontro foi na biblioteca da escola. Os alunos deveriam escolher um livro sobre a história de Santa Catarina, analisar o capítulo sobre o Contestado e anotar essa análise em um texto de uma lauda. Apenas duas alunas compareceram, mas o encontro foi realizado mesmo assim. Essa experiência encontrou alguns percalços, como a dificuldade de reunir alunos no contraturno. Esse fato talvez tenha relação com a análise feita por Luckesi a respeito da dinâmica educacional atual, que afirma que “no geral, a escola brasileira opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem” (LUCKESI, 2010, p. 76). Bem, na verificação de aprendizagem as atividades realizadas são apenas para atribuir notas aos alunos, de modo que o professor segue com o conteúdo mesmo que a meta de aprendizagem não tenha sido obtida. Essa dinâmica gera uma cultura de estudar apenas para alcançar nota, sem valorizar de forma adequada o desenvolvimento de conhecimentos, sendo possível, portanto, que esse ocorrido no desenvolvimento do projeto seja reflexo dessa cultura, visto que ele não valia nota. No entanto, apesar dessa limitação, foi possível perceber, através do texto das alunas (em anexo), que o procedimento utilizado foi produtivo. A configuração desse projeto com dois encontros de 4 horas foi, realmente, muito “pesada” para os alunos, mas ele pode ser adaptado para as aulas regulares, o que o deixará mais “leve”. É muito provável que não tenha livros na biblioteca suficiente para todos os alunos de uma sala de aula regular, nesse caso, se for possível, pode-se trabalhar com fotocópias do capítulo a ser analisado. Outra possibilidade é utilizar outra estratégia no processo de ensino-aprendizagem sobre o que foi a Guerra do Contestado, que não a pesquisa em internet seguida de diálogo. Nessa situação, após a conversa sobre análise de discurso e as considerações sobre as análises da Lazarin, os alunos podem verificar os discursos sobre os sertanejos do contestado em algum texto da internet. Além disso, pode-se trabalhar com análise de discurso de forma mais profunda em uma parceria interdisciplinar com a professora de português. A análise de discurso praticamente não é trabalhada na educação básica e mais experiências com relação a isso são necessárias.

**Palavras-chave:** sertanejos do contestado; ensino médio; análise de discurso.



## MOVIMENTO DO CONTESTADO E LITERATURA INFANTO-JUVENIL: UMA REALIDADE POSSÍVEL

Karoline Fin<sup>1\*</sup>  
(Secretaria Municipal de Educação – Fraiburgo)

**Resumo:** Sendo um dos maiores movimentos sociais já ocorridos no Brasil, o Contestado envolveu milhares de pessoas entre os estados de Santa Catarina e Paraná, mais de seis mil homens do Exército, forças policiais de ambos os estados e o interesse econômico internacional, além disso o conflito armado ocorrido entre 1912 e 1916 é extremamente importante para o entendimento das relações sociais, políticas, religiosas e culturais das regiões envolvidas, e complementa o panorama nacional de lutas sociais pela terra e por melhores condições de vida durante a Primeira República. Porém, como se ensina o Movimento do Contestado? Quais são os caminhos que levam nossas/nossos estudantes a conhecerem este momento histórico? Estes e outros questionamentos surgidos da prática docente levaram a organização do material a ser apresentado neste trabalho. Após o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o Movimento do Contestado e a sua possível apresentação através da Literatura infantil, construiu-se um livro intitulado “O Dia em que Viajei no Tempo: Minha Família e o Movimento do Contestado”, que acabou por classificar-se como sendo de Literatura Infanto-Juvenil. Pensando o conceito de fato, a narrativa elaborada baseou-se em acontecimentos ocorridos durante o Movimento do Contestado, focando em fatos que envolvem a família das personagens centrais do livro, avó Cecília e Mariana. São idas e vindas da família que tem como pano de fundo esses eventos históricos, são personagens ficcionais que se misturam com as personagens reais. Os fatos apresentados vão desde ritos religiosos praticados – como as festas e a crença em São João Maria –, a chegada da ferrovia, a ação das populações locais durante o período do conflito armado, entre outros. Esses fatos quando narrados pela avó para a neta deixam de ser apenas acontecimentos históricos isolados da realidade da criança para tornarem-se parte integrante da história da sua família. Não apenas as crianças nascidas na região do Contestado podem se identificar com a personagem central em sua jornada de conhecimento sobre a história da sua família, mas talvez também outras crianças possam perceber nos acontecimentos das suas regiões e na história de suas famílias os vestígios presentes e que antes passavam despercebidos. Desta maneira, a narrativa literária abre a discussão sobre os fatos históricos e integra a família aos mesmos, ampliando a significação que eles podem ter na vida das/dos leitoras/leitores e no desenvolvimento de suas consciências históricas. Em relação aos sujeitos da História, o livro apresenta-os de diferentes maneiras, desde a figura dos monges e de algumas lideranças do movimento, passando pelas ancestrais da avó e da neta, chegando até elas. A elaboração da narrativa focou-se na ideia de apresentar a Mariana como os membros de sua família podem ser vistos como sujeitos da história que é contada na escola e nos monumentos da cidade, fazendo com que ela se perceba como sujeito ativo da história. Não apenas o encadeamento dos fatos selecionados corrobora com essa construção, mas a própria escolha das personagens e da forma como são apresentadas. O foco nas mulheres

---

<sup>1</sup> Docente de história.

\* Autor para correspondência: karolfin@gmail.com



comuns e na sua participação no movimento buscou uma identificação de Mariana e das/dos leitoras/leitores com as mesmas. Procurou-se elaborar uma narrativa que apresentasse figuras femininas positivas e diferenciadas, que fugissem dos estereótipos. Apesar das principais falas serem da avó para a neta, transparecem na narrativa as demais integrantes da família, suas ações e reações aos acontecimentos, sendo assim, evidenciam-se diferentes sujeitos históricos. Considerando que o tempo é uma das dimensões centrais da experiência humana, sendo um dos principais conceitos a ser exercitado no aprendizado histórico, a narrativa literária elaborada é permeada de temporalidades que transparecem às/aos leitoras/leitores. É necessário que se estabeleça junto a quem lê que o tempo histórico é mais que a sucessão de acontecimentos no tempo físico, que para além da ordenação e quantificação, ele é produto das ações, relações e formas de pensar dos seres humanos. No livro, Mariana e sua avó conversam sobre o passado da família e sobre o presente, em vários momentos comparam ações e atitudes, nas tecnologias utilizadas lá e cá, nas brincadeiras, entre outros. As diferentes gerações da família são mencionadas e passam a estabelecer a ideia de diferentes temporalidades, não apenas de um passado distante, mas de permanências que são sentidas e vivenciadas. A proposta de uma narrativa que fizesse um percurso de vai-e-vem entre o passado e o presente se justifica, portanto, na pretensão de construir pontes entre estes dois espaços temporais distintos, porém complementares. Não apenas a narrativa literária e visual buscou abranger os conceitos históricos, mas a própria estrutura do livro foi pensada para tal. Além do texto e das ilustrações o material conta com uma árvore genealógica da família de Mariana, questões motivadoras que podem ser utilizadas por professoras e professores ou indicar caminhos de pesquisa para as/os leitoras/leitores, um glossário com palavras e expressões que talvez não sejam conhecidas por aqueles que leem pela primeira vez sobre o Contestado, indicações de materiais extras (livros, reportagens, dossiês e vídeos). Além disso, buscamos estabelecer um encadeamento de eventos que se relacionasse com a vida e o histórico familiar de Mariana, anexando apenas ao final do texto uma cronologia propriamente dita. Considerar textos literários na formação histórica das/dos jovens é dar um passo importante na direção de um ensino mais abrangente e humano, visto que integra saberes múltiplos e estimula a percepção dos diversos meios pelos quais esses saberes podem ser construídos, incentivando-os a notar no mundo em que vivem, novos caminhos e possibilidades. É chegado o momento de não apenas discutir-se o Movimento do Contestado em sua multiplicidade dentro das academias de ciências humanas e sociais, mas também de divulgar essa multiplicidade de fatos, sujeitos, tempos e interpretações, a fim de que novas obras, literárias ou não, tomem estes estudos recentes sobre ele como base, assim como é de suma importância que se pensem dentro das universidades e nas pesquisas em História, especificamente, as formas como o Movimento do Contestado é ensinado, não apenas em escala local ou regional, mas também em nível nacional.

**Palavras-chave:** movimento do contestado; ensino de história; literatura infanto-juvenil.



## **DOCENCIA SUPERIOR UM LUGAR POSSIVEL PARA A DEMOCRACIA E A ALTERIDADE DIANTE DA AMEAÇA DO GERENCIALISMO NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS**

Tânia Maria Zaffari Farias<sup>1\*</sup>

(Universidade do Oeste de Santa Catarina – Câmpus Joaçaba)

**Resumo:** O modelo de universidade comunitária, preponderante no oeste catarinense pode estar sob a ameaça do gerencialismo. A influência neoliberal, tem trazido elementos de competitividade nestas instituições, mas estas condições têm afetado as relações humanas e a ação docente. Neste contexto, resgatar a possibilidade de colaboratividade pode influenciar no fortalecimento da identidade individual e da coletividade institucional. Nas possibilidades de ação docente no ensino superior, é possível o encontro com a alteridade e com a democracia, favorecendo atos colaborativos para além da competitividade. A proposta é decorrente de fatores históricos, sociais e econômicos que convergiram na consolidação e sobrevivência das universidades comunitárias. Desta forma questionamos: Quais fatores confluem na formação da identidade docente no modelo comunitário ameaçado pelo gerencialismo? Para a consolidação do tema, optamos pela pesquisa bibliográfica, que resgata o encontro com a alteridade e com a democracia como possibilidade numa ação docente mais humanizada. Dentre tantos elementos, buscamos firmar os estudos nos seguintes autores: Docência em Nóvoa (2007); sistema fundacional catarinense em Hawerth (1999); gerencialismo em Ball e Mainardes (2011) e, em Newman e Calrk (2012) e os temas de alteridade e democracia em Farinon (2018), Flickinger (2018). Analisar os impactos do gerencialismo no modelo de universidade comunitária. Compor relações de alteridade e democracia como possibilidade de ação docente. Pesquisa de abordagem qualitativa, procedimento metodológico bibliográfico. As universidades comunitárias têm em seu escopo de nascimento a promoção do desenvolvimento regional, com este intuito instalaram-se no oeste catarinense, estenderam-se pela região com a missão de interiorizar o ensino superior em Santa Catarina. O modelo comunitário de educação superior catarinense, constituído sob a forma fundacional ou por associações de direito privado não visa lucro, tem representatividade a partir de órgãos deliberativos por membros da sociedade civil e, prestam contas ao poder público e à sociedade, modelo este cujas características não encontradas em outros modelos de Instituições de Ensino Superior–IES. Segundo Hawerth (1999) a polarização do ensino superior nas comunidades interioranas teve atuação de vários segmentos sociais, que defendiam o ensino superior como mola propulsora do tão sonhado desenvolvimento regional. Atualmente, as universidades comunitárias, integram a Associação Catarinense de Fundações Educacionais (Acafe), que conta com aproximadamente nove mil professores e mais de cem mil estudantes sendo possível emergir e novos fazeres onde o pensamento pode ser revolvido, florescer e multiplicar. A democracia e alteridade na docência superior, são propostas como princípios de convivência em um contexto onde atualmente a métrica dita as ações e tendo avaliações em larga escala a determinação de ações

---

<sup>1</sup> Discente do mestrado em educação.

\* Autor para correspondência: [taniamariazaffarifarias@gmail.com](mailto:taniamariazaffarifarias@gmail.com)



pedagógicas. O gerencialismo conforme Newman e Clarke (2012) personificou e educadores em gestores introduziu eficiência e eficácia na educação, rinda e prepondera competitividade mas traz efeitos nocivos para a humanização pois ultrapassam os limites da rivalidade profissional afetada pelas imposições do sistema capitalista. Em meio a normas e legislação que permeiam a base da educação, o processo educativo ainda carece de autonomia de pensamento. O espaço democrático não é apenas garantido através de legislação, conforme relata Stevenson (2018 p. 165) a educação democrática pressupõe que consolidemos o fato de que a *polis* é a maneira como nos comportamos conscientemente, como tomamos nossas decisões. O povo é constituído de pessoas em manifestação de comportamento, em tomada de decisão, assim se dá a participação na vida política, desta forma a *polis* é o ser. As relações humanas podem acontecer desinteressadamente, contudo a alteridade, “não se aplica a qualquer situação social, já que se caracteriza por emergir de um impulso auto reflexivo com conotação ética.” (FLIKINGER, 2018 p. 140) a sala de aula pode ser um espaço democrático, para tanto a responsabilização sobre si e sobre o outro surgiria de forma construída e não contratualizada. Na docência superior é possível encontrar a alteridade e a democracia formando profissionais preocupados e empenhados em melhorar a existência de todos, não apenas com a preocupação de desenvolver uma carreira brilhante ou visando os índices das avaliações de larga escala, com vistas a novos clientes. Encontramos contributivos para consolidar a identidade docente, nas universidades comunitárias, o compromisso desenvolvimentista, pode estar no auxílio ao desenvolvimento do outro antes de si. A retroalimentação cooperativa consolida a cultura institucional, as práticas de ensino, a formação de professores e a visão de futuro, esses fatores congregam e trazem novidade na ação docente. Antonio Nóvoa (2007) é assertivo quando relata exemplo sobre o professor reflexivo sendo aquele que tem vasta experiência profissional e não repetidos anos da mesma experiência profissional.

**Palavras Chave:** universidades comunitárias; democracia; gerencialismo; alteridade.





## DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS

Cristhiane Martins Lima Kreusch<sup>1</sup>  
(Universidade Federal de Santa Catarina – Câmpus Curitibanos)  
Renata Marafon<sup>2\*</sup>  
(Universidade Federal de Santa Catarina – Câmpus Curitibanos)

**Resumo:** Não é possível entender a importância do desenvolvimento da região do contestado sem entender os primórdios de sua população, sua forma de vida, o início das vilas e afins. O meio-oeste do Estado de Santa Catarina tem em sua história grandes revoluções contra o governo. Primeiramente, a Revolução Farroupilha, tendo como palco, em 12 de janeiro de 1840, a região atualmente conhecida como “Capão da Mortandade” – Fazenda da Forquilha, a qual culminou com vitória dos legalistas e a captura de Anita Garibaldi e sua posterior fuga, conforme LEMOS (1977). Já em 1912, a região foi palco de novas disputas, qual seja, a Guerra do Contestado, até 1916. O antropólogo SANTOS (1973), ao classificar os indígenas, o fez da seguinte forma: no litoral, predominavam os Carijós do grupo Tupi-Guarani; entre o litoral, Planalto e florestas que cobriam vales e serranias, os Xokleng e os Kaingang, do grupo Gê. Após a chegada de portugueses e espanhóis, estes deixaram descendentes nesta região, que viviam de modo similar aos indígenas e com pequenas produções. O estopim da guerra foi a colonização de áreas envoltas à linha férrea, retirando dos posseiros sertanejos as terras que lhes pertenciam. Nesse processo, foram trazidos imigrantes italianos, alemães, ucranianos, poloneses, dentre outros grupos de menor número, e em que pese a colonização, há ainda os descendentes destes caboclos vivendo nesta região, tanto na cidade quanto em pequenas vilas do interior, mantendo a simplicidade em seus modos e muitas vezes, a pobreza, sendo comum encontrarmos benzedeiras e curandeiras, com receitas, ervas e rezas milagrosas. A região teve seu ápice econômico no ciclo da madeira, em meados do início do século XX até a década de 70, com a extração de árvores de madeiras nobres nativas e ainda, da erva-mate. Após este apogeu, houve um declínio muito grande, do qual alguns municípios não se recuperaram até hoje, apresentando índices de pobreza acima do esperado, não havendo demanda de trabalho e pouco investimento do governo para seu desenvolvimento. A região é também visivelmente carente de universidades e hospitais que atendam as mais diversas demandas, sendo comum o encaminhamento de pacientes em longas viagens para a busca de um tratamento de saúde adequado. Neste contexto e buscando atender as necessidades da Região do Contestado e as reivindicações de diversos setores sociais e entidades organizadas ocorreu, a partir do ano de 2007, a descentralização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no município de Curitibanos onde foi instituído os cursos de Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Agronomia, visando a economia fortemente agrícola da região, tendo iniciado suas atividades no ano de 2009. Em 2019, a Universidade Federal de Santa Catarina em Curitibanos, completa 10 anos de existência e neste sentido,

<sup>1</sup> Servidora. Bacharel em direito.

<sup>2</sup> Bibliotecária. Mestre em administração.

\* Autor para correspondência: renata.marafon@ufsc.br



qual a contribuição para o desenvolvimento da região e como a universidade mudou o contexto local? Com a interiorização da UFSC na Região do Contestado, há a necessidade gradual de implantação de novos cursos, incentivando a formação de profissionais que após a graduação, invistam e se fixem no local para o desenvolvimento regional. Com este propósito e visando atender maiores demandas, principalmente na saúde básica, o curso de medicina está em fase de implantação no município, com abertura prevista para o segundo semestre de 2019. Atualmente as atividades dos cursos ocorrem em duas localidades atualmente: 1) Campus sede situado nas margens da Rodovia Ulysses Gaboardi, Km 3; e 2) CEDUP, Centro de Educação Profissionalizante de Curitibanos (cedido pelo governo do estado para a UFSC até 2028). Posto isto, o objetivo geral deste estudo é analisar a contribuição do Campus de Curitibanos para o desenvolvimento da Região do Contestado tendo como ponto de partida a missão institucional da UFSC que é “Gerar e disseminar conhecimento formando profissionais e contribuindo para atendimento de demandas regionais e o desenvolvimento da sociedade”, para isso optou-se pela pesquisa exploratória, bibliográfica e documental: exploratória por permitir melhor compreensão dos objetos de investigação, levantamento bibliográfico e documental através das legislações, quantidade de graduados que o Campus formou nestes dez anos; quantos tinham residência no município; e projetos que auxiliaram os acadêmicos e a comunidade local. Para análise dos resultados levantados foi utilizada a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que objetiva descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (RICHARDSON, 2008). Dentro desses dez anos de contribuição à sociedade, a Universidade Federal de Santa Catarina até o segundo semestre de 2018 formou 529 acadêmicos: 189 em Ciências Rurais; 66 em Engenharia Florestal; 174 em Agronomia e 100 em Medicina Veterinária. Deste total, 286 são/eram residentes em Curitibanos: 124 em Ciências Rurais; 31 em Engenharia Florestal; 105 em Agronomia; e 26 em Medicina Veterinária. Portanto, ficou bastante evidente o quanto a instalação do Campus de Curitibanos proporcionou o desenvolvimento sócio-econômico na região ao seu redor, principalmente no setor de serviços: com o contínuo crescimento no número de acadêmicos, servidores federais que dinamizam o comércio local, através do suprimento de suas necessidades, ou seja, transporte, alimentação, aluguel, vestuário, lazer, material didático e etc. E por conseguinte, o município entra com a contrapartida que é o fornecimento de infraestrutura escolar, hospitalar, cultural, de telecomunicação, lazer e transporte, constituindo em locais atrativos para estabelecimento da população (MORAES, 2000).

**Palavras-chave:** Curitibanos; contestado; universidade.



## QUANDO OS OBJETOS FALAM: A HISTÓRIA POR MEIO DE VESTÍGIOS MATERIAIS

Rogério Rosa Rodrigues<sup>1\*</sup>

(Universidade do Estado de Santa Catarina - Câmpus Florianópolis)

**Resumo:** Todos os vestígios do Contestado conservados entre nós são testemunhas, em primeiro plano, da violência física e simbólica operada pelos inimigos atemporais do movimento, a saber: autoridades políticas, coronéis, forças militares estaduais e federais, a madeireira internacional e a empresa de colonização de terras. Violência física, pois foram relíquias arrancadas dos rebeldes a partir de uma política de repressão efetiva que contou com arsenal bélico, recursos públicos e investimento libidinal voltado para saciar a sanha de vingança de autoridades civis e militares em subordinar os revoltosos aos chamados princípios legais e tradições sociais hierárquicas. Sendo assim, o confisco dos objetos materiais dos rebeldes são testemunhos de uma lógica política, social e cultural que nos informa sobre uma biopolítica que se exprime por meio daqueles que, em determinadas épocas, se assumem a autoridade para governar e deixar viver no âmbito político/social. Violência simbólica visto que não se contentou apenas em prender, intimidar, caçar, julgar e exterminar, mas também desvirtuar os projetos e expectativas rebeldes potencialmente presentes no vir a ser da insurreição cabocla enquanto reunia, resistia e avançava em sua consciência como movimento messiânico e milenarista. Era premente desvirtuar até, e talvez principalmente, a memória, essa herança imaterial que não é transpassada por projéteis, mas inscrita na história e nas subjetividades de um grupo. O confisco de objetos religiosos e outros pertences dos rebeldes, arrancados como souvenir por alguns, e como prova por outros, denuncia a abertura para outra forma de guerra contra os sertanejos, aquela que preserva para a posteridade os sentidos e os papéis de seu pertencimento na sociedade e mesmo seu direito a existir como projeto social e político que ousou contrariar as regras sociais e políticas da época. Testemunhas da violência não somente pelo caráter político de sua captura, mas também pela própria tradição que os preservam no tempo presente. Os museus, arquivos e relicários particulares que guardam objetos do Contestado tem algo a nos informar sobre o que é preservado como história e como tais objetos “agregam” valores simbólicos a quem os tutela. Assim foi entre os historiadores de farda quando da exibição de objetos religiosos recolhidos do Contestado. Eles foram feitos para comprovar a distância existente entre suas respectivas formações intelectuais, religiosas e culturais e a dos sujeitos identificados como fanáticos. A lógica se repete quando da organização do álbum fotográfico sobre o Contestado coordenado por pesquisadores vinculados ao IHGSC e patrocinado pelo então governador Esperidião Amim. Há uma familiaridade “consanguínea” entre os grupos que expuseram relíquias do Contestado arrancados dos rebeldes e os arquivos e museus contemporâneos pertencentes a herdeiros diretos dos vaqueanos com seus lugares de memória criados para preservar a os feitos dos coronéis, dos militares e das autoridades políticas de ontem e de hoje. Há museus, inclusive, que sob o véu de guardiões da memória do conflito, mais não fazem que

---

<sup>1</sup> Docente. Doutor em história.

\* Autor para correspondência: rogerclio@gmail.com



monumentalizar coronéis, autoridades políticas e militares, os mesmo que no passado eram inimigos dos rebeldes. As relíquias do Contestado como objetos de contemplação, outra corruptela da condução coercitiva da memória dos movimentos sociais, em especial do Contestado. Contemplação de que mesmo? Na maioria das vezes elas são utilizadas para indicar a violência que, dizem, ocorreu dos dois lados. O mais interessante nessa ambígua comparação é o seu poder de persuasão, pois projeta a ideia de um intelectual imparcial, como se isso fosse possível em tempos de guerra e de barbárie. Os vestígios bélicos do Contestado expostos ou guardados no acervo dos museus e arquivos contemporâneos geralmente são apresentados como relíquias que testemunharam, e acionaram de forma direta, a violência. Em conjunto com discursos cristalizados, inscritos no imaginário social acerca da violência e indisposição de negociação por parte dos sediciosos, rebeldes ou revoltosos, tais vestígios remetem antes a criminalização dos movimentos e insurreições armadas, que para o caráter rebelde/contestatório e potencialmente revolucionário do movimento. Quando muito, alguns desses vestígios expostos denunciam o caráter violento da repressão. No entanto, se lidos a contrapelo, tal como no ensinou Walter Benjamin, eles também testemunham as estratégias, os valores, as virtudes e as crenças dos rebeldes do Contestado. A cultura material que resta desse conflito guarda consigo, além das violências perpetradas contra os homens e mulheres que atuaram no movimento, também os rastros da experiência cabocla. Amparado nas discussões do filósofo Walter Benjamin, a análise das relíquias sobre o Contestado dará ênfase aos projetos rebeldes e a cultura messiânica, embora sem ignorar os usos e apropriações do passado do Contestado pelas elites políticas contemporâneas. É com essas questões em mente que proponho uma pauta de atividades para análise da cultura material do contestado como documento da história e monumento da barbárie.

**Palavras-chave:** vestígios materiais; contestado; memória do conflito.



## UMA EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA SOBRE O CONTESTADO

Thamiris Fátima dos Santos <sup>1</sup>  
(Instituto Federal Catarinense - Câmpus Fraiburgo)  
Vanderlei Cristiano Juraski <sup>2\*</sup>  
(Instituto Federal Catarinense - Câmpus Fraiburgo)

**Resumo:** A experiência inicia-se no ano de 2017, ano de ingresso da autora no Instituto Federal Catarinense, campus Fraiburgo, no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, que coloca lado a lado o ensino técnico ao ensino das matérias básicas. A imersão neste ambiente, principalmente ocupado pelo objetivo de desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão fez-se abrir novos horizontes de possibilidades, até então desconhecidos. Este desconhecimento, tanto por parte da pesquisa quanto pela falta de ênfase na história estadual/regional, se deve pela ausência destes parâmetros no ensino fundamental, e até mesmo de outras escolas de ensino médio, além da falta de incentivo pela comunidade em geral. Então, apesar da falta de familiaridade com a área técnica oferecida no campus, o que mais se destacou na experiência destes três anos no Instituto Federal foi a participação na pesquisa de 2018, intitulada “Patrimônio Cultural e Resistência: a história do Contestado contada a partir dos redutos”. No ano de 2017, a pesquisa relatou sobre a instalação de Percival Farquhar e a introdução da *Brazil Railway Company*, responsável pela construção da estrada de ferro que ligou Rio Grande do Sul a São Paulo. Além disso, ela também tratou de explicar sobre a unidade do caboclo e como ele caracteriza diante da situação na qual está situado. Já ano de 2018, a pesquisa com mesmo nome teve continuidade, desta vez abordando a temática de caracterizar as relações dentro dos redutos a fim de encontrar mecanismos sociais que mantiveram a coesão grupal. Então, partiu da recusa de aceitar que a violência foi o único meio de manter o reduto como um espaço conciso, procurou-se identificar outras técnicas de coerção grupal, a partir de uma análise comparativa. Portanto, o desenvolvimento do projeto contou com leituras de obras e discussão das mesmas, e uma análise comparativa entre as duas, “Um estudo sobre as origens sociais e a formação das lideranças sertanejas do Contestado” de Machado (2001) que trata de aspectos gerais sobre a organização social dos redutos durante a Guerra do Contestado e as relações de poder dentro dele, e “Os Estabelecidos e os Outsiders” de Elias (2000) que faz uma observação de uma cidade de Winston Parva, onde há grupos distintos de pessoas que, apesar de características comuns, se diferenciam fortemente uns dos outros por um único aspecto, assim, o autor explora relações entre os grupos, e até mesmo dentro dos grupos, mostrando mecanismos que os mantêm afastados uns dos outros, mantendo sua coletividade. As leituras compõem um papel de extrema importância na pesquisa, de maneira que estabelece bases para composição de teorias, argumentação e questionamento perante a história que é retratada. A partir das leituras se tem a discussão, de forma a trazer diferentes visões sobre um determinado assunto, no caso as

---

<sup>1</sup> Discente.

<sup>2</sup> Docente. Mestre em história.

\* Autor para correspondência: vanderlei.juraski@ifc.edu.br



obras lidas, obtendo uma síntese das ideias dos pesquisadores envolvidos. Já a análise comparativa leva a constatar semelhanças entre as obras e neste caso relatar coincidências entre ambas as situações examinadas e obter novos dados relevantes à composição da pesquisa. Entretanto para o desenvolvimento de pesquisas como esta os envolvidos tanto os professores, quanto os estudantes são submetidos a diversos desafios. Quando trata-se dos professores, o tempo direcionado a pesquisa e a dificuldade em encontrar alunos capacitados e interessados são os maiores empecilhos. Já na perspectiva dos alunos o caso do interesse deve ser abordado novamente, já que muitas vezes, não se tem projetos em todas as áreas que o estudante pode vir a se interessar a desenvolver. Uma maneira de resolver estes problemas seria criar nas escolas um espaço onde alunos e professores podem sugerir questões para o desenvolvimento de projetos, mantendo a produção científica ativa. No caso da pesquisa sobre o Contestado, uma outra maneira de incentivar a elaboração de pesquisas seria um incentivo direto por parte dos professores aos estudantes, instigando a curiosidade e a criticidade sobre a história da Guerra nos alunos, trazendo-os ainda mais adentro da história do lugar onde vivem. Nesta experiência com pesquisa, além de estimular a autora sobre questões sobre a história do Contestado, que não são ensinadas em sala de aula, seja no ensino fundamental e/ou no ensino médio, também trouxe um novo horizonte quanto as suas escolhas profissionais, ou seja, também a ajudou na escolha da sua carreira profissional. Com essa experiência, conclui-se que o desenvolvimento de pesquisas, pode ser fundamental ao desenvolvimento do estudante como observador crítico, com um olhar amplo à sociedade, principalmente à história regional, explicitando a história do local onde vive. Além disso, o desenvolvimento do pensamento crítico no ambiente estudantil pode ser de extrema importância para manter ativo ao cenário científico, demonstrando a importância dos materiais que podem ser concebidos a partir de questionamentos sobre os mais diversos temas, neste caso ressaltando a Guerra do Contestado e a história regional.

**Palavras-chave:** projeto de pesquisa; guerra do contestado; história regional.